

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**



DISSERTAÇÃO

**Catadores de Materiais Recicláveis da Cidade de Pelotas:
Situações de Trabalho**

Ricardo Gonçalves Severo

Pelotas, 2008

RICARDO GONÇALVES SEVERO

**Catadores de Materiais Recicláveis da Cidade de Pelotas:
Situações de Trabalho**

**Dissertação apresentada ao
Programa de Mestrado em
Ciências Sociais da Universidade
Federal de Pelotas, como requisito
parcial à obtenção do título de
Mestre em Ciências Sociais.**

Orientadora: Professora Doutora Beatriz Ana Loner

Pelotas, 2008

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Beatriz Ana Loner

Professora Doutora Lorena Almeida Gill

Professora Doutora Anne Marie Wautier

Professor Doutor Ricardo Mayer

AGRADECIMENTOS

À minha Orientadora Professora Doutora Beatriz Ana Loner, pela dedicação e auxílio na realização deste trabalho;

À minha Mãe Suzana, por tudo;

À minha Noiva Renata;

Aos meus Irmãos;

Aos amigos e amigas;

Aos Catadores entrevistados;

Aos antigos colegas da Secretaria de Qualidade Ambiental, em especial ao Alexandre Melo, Lauro Borges e Luiz Rampazzo;

Aos professores do mestrado;

À Mana Gotardo pela ajuda na realização da pesquisa de campo;

RESUMO

O presente estudo analisa as relações de trabalho dos catadores de materiais recicláveis da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. A atividade da catação de materiais é estudada dentro do cenário atual de desestruturação dos postos de trabalho formais e em uma cidade que há muitos anos apresenta uma economia estagnada, não dando oportunidades de emprego, em especial, para as camadas dos trabalhadores não especializados, caso da maioria dos catadores. Assim, com o aumento da demanda de materiais recicláveis, o que não escapa à lógica de desperdício produtivo, são estudadas as formas de subordinação e trabalho na catação local, quais os vínculos com os atravessadores de materiais, as condições de trabalho e a estrutura local da reciclagem.

Palavras-Chave: Catadores de Materiais Recicláveis. Trabalho Informal. Reciclagem.

ABSTRACT

The present study analyzes the relationships of work of the catchers of recyclable materials from the city of Pelotas, Rio Grande do Sul, Brazil. This activity is studied inside of the current scenary of desestructuration of the formal jobs and in a city that there are many years it presents a stagnated economy, not giving job opportunities, especially, for the not specialized workers, the case of the most of the trash catchers. Like this, with the increase of the demand of recyclable materials, what doesn't escape to the logic of productive waste, they are studied the subordination forms and work in the local market of recyclabe, which the bonds with the junk-dealer, the work conditions and the local structure of the recycling.

Key-Word: Trash Catchers. Informal Workers. Recycling.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Esquema do Ciclo de Trabalho	33
FIGURA 2: Horas de trabalho por dia dos entrevistados com rendimentos de 1 a 2 salários mínimos	66
FIGURA 3: Turnos de trabalho por dia dos entrevistados com rendimentos de 1 a 2 salários mínimos	66
FIGURA 4: Dias trabalhados em uma semana dos entrevistados com rendimentos de 1 a 2 salários mínimos	67
FIGURA 5: Meios de trabalho dos entrevistados com rendimentos de 1 a 2 salários mínimos	67
FIGURA 6: Horas de trabalho por dia dos entrevistados com rendimentos inferiores a 1 salário mínimo	69
FIGURA 7: Turnos de trabalho por dia dos entrevistados com rendimentos inferiores a 1 salário mínimo	69
FIGURA 8: Dias trabalhados em uma semana dos entrevistados com rendimentos inferiores a 1 salário mínimo	70
FIGURA 9: Meios de trabalho dos entrevistados com rendimentos inferiores a 1 salário mínimo	70
FIGURA 10: Divisão dos Catadores relacionada ao sexo	81
FIGURA 11: Existência de alguma forma de apoio entre os catadores	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Pessoas de 10 ou mais anos de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e a categoria de emprego no trabalho principal de Pelotas	59
Tabela 2: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e a categoria de emprego no trabalho principal de Pelotas	60
Tabela 3: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal de Pelotas	61
Tabela 4: Cruzamento do número de horas com dias trabalhados por semana dos entrevistados com rendimentos de 1 a 2 salários mínimos	68
Tabela 5: Cruzamento do número de horas com dias trabalhados por semana dos entrevistados com rendimentos inferiores a 1 salário mínimo	71
Tabela 6: Dados referentes a catador entrevistado com renda de 3 a 5 salários mínimos	72
Tabela 7: Dados referentes a catador entrevistado com renda de 6 a 10 salários mínimos	72
Tabela 8: Dados referentes a catador entrevistado que não sabe a renda	72
Tabela 9: Escolaridade dos Catadores entrevistados	82
Tabela 10: Idade dos Catadores Entrevistados.....	83
Tabela 11: Atividades Anteriores à Catação dos Entrevistados	84
Tabela 12: Razão de Realizar a Catação	86
Tabela 13: Outras atividades que gostariam de exercer	88
Tabela 14: Razão porque gostaria de exercer outra profissão	89
Tabela 15: Qual apoio existe entre os Catadores	91
Tabela 16: Razões para vender para determinado Atravessador	92
Tabela 17: Razões para mudar de Atravessador	93
Tabela 18: Preços de compra e venda operado por atravessadores em Pelotas	101

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 Objetivos e Hipóteses	10
1.2 Metodologia	12
1.3 Capítulos	18
2 DETERMINANTES SÓCIO-ECONÔMICOS PARA O DESCENSO PROFISSIONAL DA FORÇA-DE-TRABALHO	19
2.1 O Crescimento da Catação	23
2.2 Algumas Características Comuns aos trabalhadores da catação de recicláveis no Brasil	26
2.3 As Experiências do trabalho na catação e formas de auto-referência da atividade	28
3 O PROCESSO DE REIFICAÇÃO	39
3.1 A Taxa Decrescente do Valor-de-Uso – Aumento do Desperdício	52
4 CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO DE PELOTAS	59
5 AGENTES PRIVADOS DA RECICLAGEM DE PELOTAS	62
5.1 Catadores de Rua	65
5.2 Catadores do Aterro	78
5.3 Características Comuns aos Catadores de Pelotas	81
5.4 Os Atravessadores	98
5.4.1 Médios Atravessadores de Pelotas	100
6 EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO	105
6.1 O Projeto Coleta Solidária (2001-2004)	105
6.2 O Projeto Balneário dos Prazeres	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
FONTES PRIMÁRIAS	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
APÊNDICES	123

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa as relações de trabalho dos catadores de materiais recicláveis do município de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. O interesse pelo assunto surgiu quando trabalhava para a Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental, durante o período de 2002 a 2004 e observava o projeto que vinha sendo desenvolvido junto aos catadores, através do que se denominava Coleta Solidária. Muitas pessoas vinham envolver-se no referido projeto com a esperança de conseguir um trabalho, tendo saído, muitas vezes, de um grande período de desemprego.

Durante o desenvolvimento deste projeto ocorreram vários problemas, tanto de resistência dos moradores dos arredores do galpão, que não queriam os catadores no local, quanto de atravessadores, que viam prejuízo no desenvolvimento de cooperativas para seus negócios. Também o trabalho diretamente com os catadores várias vezes se mostrava problemático, pois muitos buscavam uma relação de subordinação à Secretaria, enquanto o objetivo era o desenvolvimento de um processo de auto-gestão. Inúmeras contradições foram observadas durante este processo, o que me chamou bastante a atenção sobre as dinâmicas de trabalho no setor da reciclagem local.

No ano de 2005 concluí minha monografia sobre moradias irregulares e trabalho informal em determinada vila da cidade, e percebi que, entre as atividades desenvolvidas como alternativas ao desemprego, entre biscates, guardadores de carro, serviços gerais e outros, a que se destacava era a catação de materiais recicláveis.

Percebi que, em razão da estagnação econômica da cidade e da insuficiente incorporação de mão-de-obra aos setores denominados formais do mercado de trabalho, o lixo era a única alternativa para um contingente crescente de trabalhadores sobreviver. Essa é uma mercadoria abundante na cidade e que parece crescer a cada ano, com sua reciclagem empregando muitas pessoas. Daí a necessidade de compreender as relações de trabalho no setor: quem a desenvolve e

qual o histórico profissional destes trabalhadores; quais as razões que os levaram a coletar materiais recicláveis e como se relacionam com os atravessadores locais.

1.1 Objetivos e Hipóteses

Observando como se desenvolve a atividade de catação e as proporções tomadas no referente à mão-de-obra ocupada neste processo, localmente, o presente estudo pretende analisar as relações de trabalho nas quais os catadores de materiais recicláveis do município de Pelotas estão envolvidos. Pretende-se verificar quais são as formas de exploração e sub-remuneração que atingem o conjunto da categoria local, tendo como objetivo perceber qual é o padrão de subordinação ao capital e quais são os mecanismos que regem as negociações no setor de compra e venda de recicláveis.

De acordo com o exposto, o conjunto da categoria de catadores são os sujeitos investigados principais, concentram o foco da análise, como principais portadores das relações de reciclagem local. Com o objetivo de perceber possíveis relações padronizadas, um dos focos se dá com a investigação do histórico profissional destes trabalhadores, quais formas de trabalho experienciaram e, dentro desta investigação, perceber se há também um padrão ocupacional prévio. Serve também para verificar as diferentes funções exercidas por estas pessoas ao longo de sua vida profissional, bem como permite analisar a existência de um padrão de descenso profissional. Ainda, de modo a descrever a sua situação atual, se realiza levantamento dos rendimentos das pessoas que realizam a catação dentro do município de Pelotas, buscando as conexões entre o rendimento e as formas de trabalho local.

Para tal análise, foram observados os processos locais de negociação dos materiais, pensando no ciclo das mercadorias, acompanhando, portanto, as relações de trabalho dos catadores junto aos atravessadores, e por sua vez, as relações destes com as indústrias de reciclagem, tendo como intuito investigar a existência ou não de vínculos de subordinação de trabalho ou contrato informal de prestação de serviço, duradouros ou temporários.

Buscou-se, desta forma, conhecer a estrutura local de comercialização de materiais recicláveis. Com a finalidade de captar as diferentes situações de relações

de trabalho, foram observadas algumas experiências de trabalho autônomas e empreendimentos cooperativados do passado recente, em especial o processo de associação dos catadores dentro do projeto municipal de reciclagem da gestão da Prefeitura no período de 2001 a 2004, denominado Coleta Solidária.

O que se pretende saber é como se realiza o trabalho de catação de materiais recicláveis na cidade de Pelotas. Para responder tal pergunta, é necessário saber quais são os agentes específicos com que os catadores de materiais recicláveis têm de negociar dentro da cidade. Verificado quais são esses agentes, é necessário o questionamento sobre a existência de alguma forma de subordinação no trabalho dos catadores a tais pessoas e se há um padrão ocupacional da atividade de catação, comum aos trabalhadores locais.

Esta dúvida, acerca da padronização das relações, levanta mais uma questão, qual seja; havendo um padrão de trabalho, como se organizam os trabalhadores da catação com referência à divisão do trabalho dentro do setor, às atividades específicas que desenvolvem e a um sentido de classe. Ou melhor, se dentro da categoria é presente a representação e organização política enquanto trabalhadores recicladores. Dependendo da resposta dada a tal pergunta, surge a dúvida se existem formas de apoio na atividade entre catadores que indiquem formas de solidariedade de classe ou se o trabalho é desenvolvido, como regra geral, de forma autônoma.

Uma das formas de verificar tal possibilidade é perguntando quais as características comuns, caso existam, no histórico profissional destes trabalhadores. Quem são os catadores de Pelotas? Observando seu passado e se participam de alguma associação ou organização, procura-se saber se é possível encontrar localmente a auto-representação da categoria enquanto trabalhadores.

Têm-se como hipótese inicial, de forma a responder temporariamente a tais questionamentos, que se acredita existir um padrão de subordinação dos catadores aos atravessadores do município, bem como destes com as indústrias ou os atravessadores médios, como uma forma de relação duradoura que torna uns agentes dependentes dos outros.

Os baixos ganhos dos catadores estão determinados, neste sentido, pela maneira como se estabelece a relação de trabalho, no qual há subordinação na negociação entre produtos, mas não de fato, pois os catadores não se relacionam de

forma salarial com os compradores de materiais recicláveis. Mantêm relações duradouras com agentes específicos, não sendo este o fator que determina a subordinação, mas a *forma* como têm de negociar. Se não vendem para um atravessador, têm de fazê-lo para outro, que oferecerá as mesmas condições de trabalho e negociação. Os baixos rendimentos dos catadores são, portanto, uma necessidade para o funcionamento do setor de reciclagem como um todo no país, sendo percebido este padrão também em Pelotas, pois é estruturalmente baseado de forma a transferir todas as perdas de valor dos materiais aos catadores.

Outros fatores que contribuem para os baixos ganhos dos catadores são: sua não-organização em cooperativas ou associações, levando a uma atomização destes trabalhadores, em razão da dinâmica própria do trabalho e a competição pelo material no quotidiano, dificultando a criação de uma identidade coletiva e comum que possibilite a organização da categoria.

Sobre o histórico profissional destes trabalhadores, acredita-se que a força-de-trabalho que realiza a catação faz parte do contingente dos desempregados no processo neoliberal de reorganização produtiva e dos jovens com baixa escolarização e não especializados, em especial em Pelotas, que tem como característica a estagnação econômica há muitas décadas.

Outro questionamento a se fazer, em termos mais gerais, é: a reciclagem de materiais auxilia na redução de danos ao ambiente, através da forma como atualmente é desenvolvida? Acredita-se que a reciclagem, nos moldes atuais, não reduz o *quantum* de resíduos produzidos, pois não foge da lógica sistêmica de produção de mercadorias, degradando tanto o ambiente quanto os trabalhadores envolvidos na atividade.

1.2 Metodologia

O processo de pesquisa foi composto de dois momentos interdependentes para a elaboração do problema e da hipótese. O primeiro é o dedutivo, momento em que nos detemos na leitura teórica capaz de embasar as hipóteses iniciais do projeto. Geralmente estas hipóteses dedutivas iniciais estão relacionadas à meta teorias generalizações que serão testadas *à posteriori*, mas inicialmente servem de referencial ao projeto. Esta etapa da pesquisa é de extrema importância para o

começo do processo investigativo, sendo operado através da revisão bibliográfica, em que nos detemos em trabalhos de diversos autores que estudaram temas correlatos ao nosso objeto de pesquisa. Assim, levou a formulações mais gerais, perguntas de pesquisa iniciais ao projeto e que servem para teste da relação da teoria estudada com a realidade local, e, em estudo de caso, servirá para o critério científico de verificação da hipótese levantada pelo pesquisador, baseado na teoria metodológica de Karl Popper (QUIVY, 2005). Esta parte da pesquisa é fundamental para a continuidade do projeto, pois liga o estudo imediato com a teoria de referência, que guia o início do estudo e também auxilia a continuidade da pesquisa.

Partindo de uma base teórica que se comunica com o assunto do presente estudo, construíram-se as hipóteses em um modelo geral a ser verificado mediante pesquisa aplicada ao campo de referência, no caso, os catadores de materiais recicláveis de Pelotas. O modelo metodológico empregado para a presente análise é, portanto, o hipotético-dedutivo, tendo sido realizadas entrevistas prévias junto a alguns catadores, levando em conta, portanto, já no início do trabalho, o processo indutivo como componente processual inclusive da formulação das perguntas e hipóteses.

De acordo com o exposto, os processos dedutivos e indutivos são indissociáveis, não tendo um sobre o outro maior valor hierárquico para o processo sociológico de investigação. Considera-se que em algum momento da teoria, que serve de referência ao estudo específico, foi feito um estudo empírico, mesmo que indiretamente, não realizado pelo autor que formula a teoria. Há uma seqüência lógica que serve de auxílio ao pesquisador, e a dedução serve assim como guia inicial, e é utilizada para a criação das hipóteses. A indução, já observada no processo anterior, mas não realizada diretamente, é o guia que destaca o que é essencial e pertinente, o que vai determinar a ocorrência do fenômeno.

Sendo os acontecimentos essenciais os fatores determinantes para o fenômeno, busca-se neles a explicação dos acontecimentos. O motivo pelo qual acontecem e de que forma acontecem. Mesmo o acidental aqui servirá de explicação, na medida em que abre ou encerra perspectivas de novos padrões, observando-se como se inserem no conjunto dos casos. Estes processos vão determinar, então, as necessidades da investigação sobre os fenômenos sociais, buscando conhecer os acontecimentos particulares e os cenários sociais que os

possibilitaram, situações generalizáveis, histórico-sociais que se comunicam com as particularidades encontradas diretamente pelo pesquisador e, consecutivamente, a relação existente ou não entre estes casos, cabível de explicação pelo pesquisador (FERNANDES, 1967).

O segundo momento da pesquisa acontece com o prosseguimento lógico da dedução, sendo a etapa em que as dúvidas, as hipóteses gerais, são colocadas à prova da realidade que se pretende pesquisar. A partir deste momento, a pesquisa tem de se utilizar de instrumentos próprios do método indutivo, aplicados no campo que se estuda de forma a coletar informações diretamente com os sujeitos pesquisados. Tendo os questionamentos sido elaborados, passou-se à construção dos instrumentos indutivos da pesquisa, referidos aos objetivos do estudo e de acordo com as possibilidades abertas no campo. Os sujeitos investigados são os catadores de materiais recicláveis da cidade de Pelotas, sendo considerados aqueles que declaram esta atividade como principal ou única para garantir os seus rendimentos.

Estando delimitado o universo da pesquisa, procurou-se captar o que é essencial, as características comuns aos entrevistados, de forma a demonstrar os padrões possíveis do exercício da atividade local, que viessem a confirmar ou negar a hipótese inicial apresentada. Pelas características do grupo pesquisado, por tratar-se de atividade informal, não existem registros oficiais ou a possibilidade de quantificação exata dos catadores em atividade no município. Mesmo assim, foram encontrados dois registros de mensuração destes trabalhadores. O primeiro registro parte da União Pelotense de Carroceiros e Charreteiros (UPCC) que contabiliza aproximadamente 500 catadores, mas é uma contagem imprecisa, pois a referida entidade congrega diversas pessoas que não são catadoras, e não mantém um registro próprio, amparando-se na memória do presidente da associação.

Há também um estudo feito por pesquisador em medicina do trabalho (SILVA, 2006), que realizou um levantamento próximo aos números apresentados pela referida entidade. Apesar destes indícios, optou-se pela não aplicação de amostra probabilística, em razão da proximidade da amostra a ser aplicada de acordo com este método (400 questionários aproximadamente), ao apontado como totalidade da categoria, o que torna o intervalo de confiança irrelevante, visto o tamanho do universo pesquisado. Desta forma, pelo universo reduzido a ser estudado, acredita-

se haver maior homogeneidade da categoria, sendo desnecessário tal número de entrevistas. Além disso, as impossibilidades materiais, bem como a falta de recursos e de pessoal para efetivar a amostra, pois o pesquisador só contou com seu próprio esforço, foram outros fatores que influenciaram nesta opção.

Em função destes limites da pesquisa, optou-se pela aplicação de amostra não probabilística junto aos catadores locais, sem valor matemático, estatístico, mas de forma qualitativa, buscando entrevistar os sujeitos de referência através da tipicidade, por traços comuns observados que podem se estender ao conjunto da categoria (MARCONI, 1999). Os sujeitos investigados foram abordados em pontos de fluxo da cidade, em que se observa maior movimentação destes trabalhadores durante o dia, procurando realizar as abordagens em diferentes locais.

Para a realização das perguntas aos catadores optou-se pelo questionário de aplicação indireta, quando é aplicado pelo pesquisador e este preenche as respostas (QUIVY, 2005) ou formulário (MARCONI, 1999), com perguntas abertas e fechadas, aplicado diretamente pelo pesquisador. Mesmo tendo em mãos o guia da entrevista, procurou-se aprofundar determinadas questões (em especial nas perguntas abertas), nos questionamentos sobre as particularidades de cada entrevistado, em seu histórico de vida, de forma a agregar características qualitativas, distinguindo cada entrevistado através de anotações feitas em caderno de campo.

Nesta etapa, foram realizadas 43 entrevistas em diversos pontos da cidade, chegando a este número pela saturação das respostas e pelo encontro freqüente dos mesmos entrevistados. Mesmo tendo em mente a busca de um padrão da categoria, tanto pelo método de aplicação, quanto pela hipótese adotada, procurando o que é essencial ao grupo, foi importante, ou ainda, fundamental, o registro de características singulares ou desviantes, de alguns entrevistados, se comparados com o total da amostra, de maneira a enriquecer os resultados e levantar novas perguntas para a pesquisa. Outro motivo para a abordagem em pontos de fluxo diversos, se deu pelas características levantadas inicialmente sobre a categoria, que não está organizada em cooperativas ou associações.

Tendo essa compreensão inicial, seria incorreto iniciar a pesquisa em alguma cooperativa até porque existe o registro de somente uma na cidade. Entendemos, também, que, caso houvesse outras cooperativas não mapeadas na análise prévia, isto seria demonstrado no decorrer das entrevistas com os catadores nas ruas. A

única exceção foi feita com os catadores do aterro, que foram entrevistados em suas casas por não trabalharem com coleta na rua e pela dificuldade de acesso ao aterro. Além disso, pelas próprias características do trabalho naquele local, o tempo é precioso demais para eles, para ser desperdiçado respondendo a questionários. Dessa forma, optamos por procurá-los em outro momento, já que, em maioria, concentram suas moradias na Vila Castilhos, local próximo ao aterro municipal.

Através do registro de tais características e tendo como finalidade de pesquisa levantar dados relevantes sociológica e socialmente, optou-se pelo distanciamento (ELIAS, 1998) como melhor forma de investigação do assunto, muito em razão das características próprias do setor pesquisado e por possíveis desvios dos resultados da pesquisa devido a um envolvimento direto durante o processo.

De fato, pensando-se em uma lógica de organização em movimento social, ele se encontra totalmente desarticulado. Desta forma, um engajamento direto, de forma militante junto a algum grupo, ou ainda a tentativa de constituir ou acompanhar empreendimentos cooperativos, levaria a um desvio grosseiro do estudo e observações de referência, bem como limitaria, acredita-se, as possibilidades de interferência posterior ao estudo, pois o envolvimento direto com sujeitos pesquisados tornaria as possibilidades de análise e pretensão de modificações não generalizáveis, pois detidas a particularidades individuais, referentes ao campo.

Foram entrevistados, ainda, os atravessadores de materiais recicláveis, pois são parte do estudo, na medida em que são os sujeitos em negociação direta com os catadores e com os representantes da Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental da cidade de Pelotas. Para eles, foram aplicados questionários não estruturados.

Cabe pequena explicação sobre os tipos de entrevistas realizadas na pesquisa. De acordo com Cortes (1998) a forma semi-estruturada apresenta perguntas ordenadas, contudo, as respostas são abertas, podendo o entrevistado falar livremente sobre o questionamento. Da mesma forma, o pesquisador tem mais liberdade na conversa, podendo incluir mais perguntas em razão das respostas não estandardizadas do requerido ou caso queira aprofundar mais algum ponto da exposição. Esta forma de entrevista também é mais utilizada quando já existe uma maior elaboração das perguntas e hipóteses da pesquisa, porém mais utilizadas em caráter qualitativo, pois pretendem estudar fatores tanto objetivos quanto subjetivos a serem coletados junto ao entrevistado, não procurando estandardizar ou padronizar

as perguntas e respostas. Já na forma não-estruturada somente se introduz o tema geral sem questionamentos ordenados e o informante fala livremente sobre o assunto, interferindo ou questionando-se apenas quando achar necessário aprofundar determinado assunto em desenvolvimento. Esta forma de entrevista foi utilizada no início da pesquisa, em seu período exploratório.

Com os atravessadores foi realizada a aplicação de entrevista semi-estruturada. Como o número de atravessadores é inferior ao de catadores e por não serem os principais sujeitos investigados, foram feitas apenas três entrevistas. Os critérios de escolha utilizados foram a estrutura de trabalho disponível pelos mesmos e o fato de terem sido citados no pré-teste dos formulários. Os atravessadores foram entrevistados antes dos catadores para que suas respostas agregassem mais dados aos questionamentos feitos para os sujeitos analisados.

Para a análise do Projeto Coleta Solidária foram entrevistados os representantes da gestão de 2001 a 2004, da Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental de Pelotas, período de vigência do referido programa. Para esta etapa da pesquisa utilizou-se a aplicação de entrevista não estruturada ou não diretiva, levantando a pauta da conversa e deixando os entrevistados livres para desenvolver a entrevista de acordo com os pontos que acreditavam ser mais pertinentes. As entrevistas foram feitas com três participantes da referida gestão, para evitar possíveis desvios, ao se confiar em uma única fonte. Desta forma, por informações comuns, bem como pelas diferentes perspectivas dos entrevistados, pode-se montar a análise do projeto em questão. Também foram analisados documentos sobre o referido projeto e estudo de trabalho monográfico sobre o tema, realizado ainda na existência do mesmo, de forma a captar as falas de outros participantes do Projeto Coleta Solidária.

1.3 Capítulos

No segundo capítulo é apresentado o cenário de modificações socioeconômicas do Brasil a partir da década de 1980, e como se deu a entrada da

força-de-trabalho em relações de trabalho precarizadas, em especial para a mão-de-obra não especializada. Dadas tais transformações e em razão da retração do mercado de trabalho, muitos trabalhadores, tanto aqueles desempregados conjunturais quanto estruturais, encontraram a sobrevivência na atividade de catação de materiais recicláveis, sendo discutido o aumento do setor a partir da década de 1990, quais as características destes trabalhadores, como se identificam dentro do setor e suas formas de trabalhar, no Brasil.

No terceiro capítulo é feita a apresentação da reificação como característica central do trabalho dentro do capitalismo, e em especial no referente à produção de mercadorias, o que vai determinar como as pessoas se relacionam com a produção e o consumo no sistema atual. Após, é apresentada a idéia da taxa de utilização decrescente do valor-de-uso das mercadorias, concomitante à reificação das relações de trabalho, como uma das razões para o aumento da reciclagem após a reestruturação produtiva.

No quarto capítulo é feita uma breve apresentação da situação do mercado de trabalho na cidade de Pelotas, demonstrando-se que há similaridade do caso local com a situação do país. Nesse contexto, apresenta-se a situação dos trabalhadores com baixos rendimentos, caso dos trabalhadores da reciclagem.

No quinto capítulo são demonstradas as características dos agentes envolvidos com a reciclagem de materiais na cidade de Pelotas, com ênfase aos catadores, divididos entre aqueles que trabalham na rua e no aterro, atentando para suas características comuns. A última parte do capítulo é reservada aos atravessadores de materiais recicláveis na cidade e como se relacionam com os catadores.

No sexto capítulo são apresentadas duas experiências de trabalho associativo dos catadores em Pelotas. O primeiro é o Projeto Coleta Solidária, que envolveu um grande número de pessoas e entidades governamentais e não governamentais durante a gestão municipal de Fernando Marroni e o segundo projeto, denominado Balneário dos Prazeres, com um número bem menor de participantes e entidades envolvidas, que existiu por curto período, mas com diferenças significativas, em relação ao primeiro.

2 DETERMINANTES SÓCIO-ECONÔMICOS PARA O DESCENSO PROFISSIONAL DA FORÇA-DE-TRABALHO

O desemprego tem levado um contingente populacional cada vez maior a desempenhar atividades laborais precárias, as quais se expressam em trabalhos mal remunerados, sem assistência e tampouco sem contratos de trabalho. Tais atividades têm-se mostrado a única forma de sobrevivência a um contingente dos trabalhadores não especializados no Brasil. Entre essas atividades se destaca a catação de materiais recicláveis, realizado de forma autônoma, representando riscos constantes à saúde em razão do contato direto com material contaminado, utilização de trabalho infantil e aumento ou intensificação de jornada auto-imposta em razão do emprego da força-de-trabalho de forma não regulada pelos direitos trabalhistas. Tais formas de se vincular ao mundo do trabalho têm aumentado significativamente no período neoliberal, sendo a catação de lixo uma destas atividades precarizadas que permitem a um segmento de trabalhadores se manterem na esfera do trabalho, como a única forma que encontram para sobreviver. As análises realizadas sobre a atividade dos catadores concordam sobre o caráter precarizado desta atividade, realizada, de maneira geral, sob as piores condições imagináveis.

Mesmo sendo uma atividade já realizada há muitos anos, a exemplo da catação de trapos desde o século XIX (DOMINGUES, 2004, foi a partir da década de 1990 que a catação se tornou significativa no que diz respeito ao montante de material coletado, bem como na quantidade de pessoas envolvidas neste trabalho. Isto se dá [Início do presente] pelas características do histórico profissional das pessoas que realizam esta tarefa, bem como em razão de ser uma atividade que se baseia, principalmente, nas precárias condições e baixíssimos ganhos dos catadores (LEAL et. al., 2002). É necessário compreender como esta atividade se torna

significativa para um contingente crescente de trabalhadores não-especializados, observando a situação que possibilitou isto do ponto de vista da conjuntura econômica para a força-de-trabalho não especializada. Desta forma, a seguir, se apresenta o cenário de possibilidades cada vez mais restrito, no que diz respeito à entrada no mercado de trabalho a esta parte dos trabalhadores no país, que, de acordo com a presente interpretação, se amplia principalmente a partir de 1980.

A partir dessa década, o país enfrenta a crise da dívida, resultado do modelo de desenvolvimento econômico adotado no período ditatorial. Segue-se, nesse período, um aumento nunca visto da inflação, o fim dos investimentos públicos que impulsionavam a economia interna e a desestruturação do sistema produtivo brasileiro, marcado pela defasagem tecnológica e fechamento ao capital externo. A crise da dívida ocorre quando cessam os financiamentos externos, o que acarretou a desestruturação da economia interna, assentada no investimento estatal no meio privado através dessas fontes. Ocorre uma queda nos investimentos e o período de crescimento industrial, observado desde a metade da década de 1950, é interrompido. Tais problemas são acompanhados pela inflação crescente, que acaba por reduzir a demanda, e em especial a de bens duráveis, ocasionando, portanto, uma redução dos postos de trabalho no setor, iniciando nessa década a diminuição da incorporação da mão-de-obra na indústria.

Mesmo com a existência de tais características, o mercado de trabalho manteve-se essencialmente o mesmo, não havendo, no período, modificações estruturais, mantida a mesma conformação produtiva e observando-se ainda a proteção do mercado interno através do fechamento às importações de bens. Sendo assim, mesmo não havendo um crescimento industrial que acompanhasse o crescimento vegetativo e a entrada de nova mão-de-obra no mercado, os antigos postos de trabalho, bem como a sua organização produtiva, permanecem, embora de forma estacionária.

Assim, a nova força-de-trabalho começa a sofrer, já na década de 1980, pela não abertura de novos postos de trabalho no setor industrial, e como é o setor mais dinâmico, tende a puxar os demais, como a construção civil, por exemplo, o que atinge os migrantes rurais, trabalhadores não-especializados, antes incorporados às atividades urbanas de forma ininterrupta, durante aproximadamente 25 anos.

Na década de 1990, a partir do governo de Fernando Collor de Melo, foram traçadas, como saída para tais problemas, uma série de políticas liberalizantes, que tinham a pretensa lógica de modernização da economia brasileira, pela sua abertura, a possibilidade de importações e compra de empresas locais por estrangeiros.

Inicia-se, nesse período, uma série de políticas de corte neoliberal, destacando-se as políticas de incentivo à competitividade, que centralmente agiram por meio da modificação das características do setor produtivo local através da abertura dos capitais ao setor externo, seguindo a lógica internacional principiada com Margaret Thatcher e Ronald Reagan, começando o período da globalização no país. O desenvolvimento das multinacionais no Brasil, como principais produtoras e empregadoras dos setores avançados, segmentam a produção por etapas, mundialmente, o que reduz a agregação de valor local, pois as etapas da produção se tornam mundializadas e, em especial, os processos produtivos se modificaram através da incorporação de novas tecnologias, descartando processos que utilizavam mão-de-obra não-especializada e diminuindo a força-de-trabalho empregada. Muitas empresas não conseguiram acompanhar tais modificações e tiveram de encerrar os negócios.

Destaca-se, também o aumento da importação, em especial a partir do Plano Real, que para tal supervalorizou a nova moeda, tendo como objetivo o aumento da competitividade, enchendo o mercado consumidor nacional com produtos estrangeiros. Assim, um número ainda maior de empresas não consegue se adaptar ao novo modelo de acumulação e produção. Ainda, para a contenção da inflação, são aumentados os juros para o crédito e o controle da demanda será feito através de uma política salarial liberalizante, que rebaixa o valor real do salário e retira do Estado boa parte da responsabilidade na mediação entre trabalho e capital, tendo como objetivo aumentar a competitividade do mercado. Resulta, destas políticas neoliberais, um aumento da taxa de desemprego dentro da População Economicamente Ativa (PEA), chegando a um patamar de 20% (GUERRA et. al., 2007).

É na década de 1990 que ocorrem as maiores modificações para os trabalhadores não especializados, iniciado na década de 1980 com a estagnação e após com a transformação das características já de longa data do sistema produtivo brasileiro, que prescinde desta mão-de-obra de forma direta, no setor industrial.

Ressalta-se que a nova conformação produtiva, que se assenta na divisão internacional do trabalho, é uma das principais características do setor de reciclagem, extremamente concentrado e que tem como destino, quase que exclusivamente, a exportação.

A nova conformação industrial tende a empregar força-de-trabalho de forma indireta, tanto na realização da mercadoria, sua venda direta ao consumidor final, como em etapas anteriores ao beneficiamento, momentos necessários à produção que se utilizam da força-de-trabalho de forma não diretamente salarial, tampouco subordinada ao agente específico. A informalidade, compreendida como um momento necessário e cenário possível das relações de trabalho a partir da Terceira Revolução industrial ou tecnológica, iniciada na década de 1990 no país, caracteriza-se pelo incremento do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo. Como consequência, percebe-se a redução do emprego de mão-de-obra nos setores industriais de forma direta, empregando-a de forma terceirizada e, geralmente, não regulamentada.

Devido a isso, a não ocorrência da forma salarial nas relações de trabalho tende a degradar a situação de vida desta categoria de trabalhadores informais e sem relação direta com as referidas empresas. Sendo mais do que uma mera determinação jurídica, no qual se percebe *a priori* as formas de trabalho não assalariadas como ilegais ou injustas (NORONHA, 2003), a forma salarial circunscreve os trabalhadores, como sugere Robert Castel (2005), em uma identidade comum (trabalhador assalariado) que lhe confere um *status* positivo junto à sociedade. Ainda, uma cidadania econômica, pois o insere em uma série de direitos ou benefícios, mesmo que de forma subordinada. Contudo, o trabalhador precário, utilizado de acordo com a demanda, torna-se cada vez mais regra, e não são mais um custo, pois seus rendimentos dependem diretamente da realização da mercadoria, agora sob responsabilidade direta dos trabalhadores, de forma a não mais adiantar capital (OLIVEIRA, 2003).

Observa-se, então, que o emprego de trabalho não fica restrito ao espaço da indústria propriamente dito, pois ao utilizar trabalhadores terceirizados ou autônomos na produção ou circulação de mercadorias em grau muito maior, possibilitam a acumulação capitalista nos sistemas periféricos, através da taxa de superexploração destes trabalhadores externos ou sem vínculos diretos. O que decorre disto é o

aumento da informalidade, que tem como principal característica o baixíssimo rendimento destes trabalhadores e trabalhadoras, inimpregáveis no sistema neoliberal vigente (OLIVEIRA, 1998), em que a crise da sociedade salarial se instalou por definitivo, tem como processo central a precarização das relações de trabalho. Compreende-se que estas pessoas em atividades precárias não devem ser categorizadas como supranumerários, de acordo com a denominação de Robert Castel, mas sim no que se denomina zona de fragilidade, integrados em uma rede de sociabilidade restrita, geralmente, ao círculo familiar, pois não contam com organizações do trabalho. Assim, no referente ao mundo do trabalho, desempenham sua atividade de forma atomizada e em oposição, muitas vezes, a outras pessoas na mesma situação. Não obstante, continuam desempenhando papel importante para o sistema produtivo, na medida em que são utilizados tanto como pressão aos trabalhadores empregados quanto na sua utilização de maneira informal.

2.1 O Crescimento da Catação

O crescimento do número de catadores no Brasil ocorre a partir do momento em que se desenvolve a nova conformação produtiva no país, em meados da década de 1990, sendo a catação de materiais recicláveis a alternativa laboral para muitos trabalhadores antes empregados em setores industriais, de construção e serviços, bem como atividades servis; este último em razão da queda do poder de compra da classe média no mesmo período (GONÇALVES, 2006). Assim, há basicamente dois tipos de trabalhadores que vêm a ocupar a atividade de catadores: os mais velhos, desempregados pela modificação das novas características industriais e redução da demanda nos demais setores periféricos, e os mais jovens, que antes eram absorvidos por estes mercados de trabalho, mas hoje em dia tendem a aumentar o número de desempregados estruturais, ocupando atividades informais, em especial a catação.

Estas são as características também encontradas no estudo sobre catadores, de autoria de Antônio Bosi, no Extremo Oeste do Paraná (2005). A maioria dos catadores entrevistados neste estudo tem baixa qualificação profissional e poucos anos de estudo; geralmente têm o primeiro grau incompleto. Grande parte é

composta por trabalhadores de 31 a 60 anos, que tiveram empregos anteriores, sendo que entre os com idade inferior a 30 anos, as atividades informais e temporárias, sem vínculo empregatício, são a regra. Também são, em grande parte, pessoas que têm sua origem no meio rural e que vieram buscar na cidade melhores condições de vida. Chegando à cidade, se defrontam com a nova conformação produtiva, maiores restrições de acesso ao mercado de trabalho formalizado, tendo de ocupar, portanto, a franja produtiva, em atividades como a catação.

Assim, o que se percebe é que estes trabalhadores são marcados por trajetórias ocupacionais relacionadas ao período em que se lançaram ao mercado de trabalho, sendo comum, entre os mais velhos, atividades profissionais de referência, como pedreiros, comércio, serviços, safristas e outras profissões de baixa qualificação, enquanto os mais jovens geralmente não tiveram nenhuma inserção no mercado formal de trabalho, não tendo passado pela experiência de assalariamento.

É importante ressaltar que, conforme observa Marcelino Gonçalves (2006), a baixa escolaridade ou qualificação profissional, mesmo sendo uma característica comum deste segmento de trabalhadores, não deve ser considerada como o agente causador direto da realização da catação como forma de sobrevivência. Tal explicação seria uma fuga teórica, que hiper-dimensionaliza os indivíduos que se encontram nesta situação, desconsiderando, portanto, elementos estruturais do sistema produtivo, apontando como responsável o desempregado pelo seu desemprego e, em especial, pela pobreza. Esta maneira de compreender a pobreza está ligada a uma explicação individualista, como se o sujeito em questão fosse anômico, incapaz, em razão de déficit educacional, drogadição, saúde precária, doença mental ou que, por uma combinação destes fatores, é incapaz de se adaptar e “participar do bem-estar geral” (GALBRAITH, 1974).

Desta forma, quando analisamos a categoria de trabalhadores catadores, sem observar os caracteres sistêmicos do modo de produção, e observando somente casos isolados, ou a visão do indivíduo, muitas análises podem criar estereótipos totalmente desligados da realidade do conjunto desta força-de-trabalho, como a generalização do caso específico de *Estamira* (PRADO, 2005), documentário que acompanha a vida de uma catadora idosa, com graves distúrbios mentais, em razão de sua trajetória sofrida de vida. Ao tomar como característica própria, natural destes sujeitos, por incapacidade individual de ocupar outras atividades, somente ajuda a

ampliar uma pré-noção da atividade em questão, em especial, dos sujeitos que a realizam. Para que seja realizada uma análise que capture todos os elementos que compõem a realidade, é necessária a compreensão das determinações individuais e sistêmicas como elementos interdependentes e mutuamente determinantes, não havendo a possibilidade de isolar um elemento como o principal, seja o plano individual ou coletivo, sob o risco de tornar o estudo estéril. Assim, conforme Norbert Elias:

A crença no poder ilimitado de indivíduos isolados sobre o curso da história constitui um raciocínio veleitário. Não menos destituído de realismo, contudo, é a crença inversa, segundo qual todas pessoas têm igual importância para o curso da história, sendo assim intercambiáveis, não passando o indivíduo de um veículo passivo da máquina social (ELIAS, 1994, p. 51).

Com esta ressalva, se procura levar em conta o cenário social e as determinações individuais agindo sobre os sujeitos, em especial o desenvolvimento das experiências dos indivíduos e como eles se inserem no mundo do trabalho. Na mesma lógica, mas em sentido oposto, acredita-se não poder imputar aos sujeitos uma incompetência imanente, uma impossibilidade inata de se tornar um agente histórico ou social ou incompetência social, como exposto anteriormente, por incapacidades individuais, mas relacionada a determinações conjunturais que se cruzam com as possibilidades de agir dentro deste cenário, de acordo com os instrumentos disponíveis.

De históricos profissionais relativamente homogêneos, diferindo muito pouco ao observar-se a faixa etária, a realização da atividade tem características comuns para grande parte dos catadores. Muitos destes trabalhadores realizavam a catação anteriormente, nos breves períodos em que se encontravam desempregados, mas quando se tornou mais difícil voltar à atividade de referência, tornou-se um trabalho permanente. Assim também é com aqueles que sempre realizaram trabalhos informais, os “bicos”; à medida que se tornam mais difíceis de aparecer, tornam a catação a única atividade laboral disponível. Contudo, no momento em que ela se torna a atividade principal, única fonte de renda, mais difícil é para o trabalhador procurar ou encontrar outro trabalho, ainda mais quando revelam a possíveis empregadores que trabalham com catação (GONÇALVES, 2006).

2.2 Algumas Características Comuns aos Trabalhadores da Catação de Recicláveis no Brasil

Grande parte dos catadores do país não participa de associações ou cooperativas, sendo seu trabalho autônomo. Estes trabalhadores têm dois locais principais para a coleta de seus materiais; os lixões e as ruas, sendo que geralmente se especializam em um destes locais, de forma a criar uma espécie de rotina de trabalho. Os catadores de rua geralmente recolhem seu material nos comércios, condomínios e lixeiras domésticas. Neste ambiente, geralmente entram em conflito com motoristas, com os quais têm de disputar espaço, em especial quando utilizam charretes com tração animal, havendo uma série de embates dos catadores com o poder público, que tenta restringir seu acesso aos centros. Frequentemente surgem notícias sobre isso, envolvendo cidades diferenciadas. Por exemplo, em São Paulo, polícia e carroceiros envolveram-se em embate debaixo do viaduto Glicério¹.

Devido a isso, as Prefeituras costumam fazer projetos de lei que proíbam o trânsito de charretes no perímetro urbano, e em especial nos centros (Catadores de Porto Alegre debatem política sobre carroças na cidade². Torna-se cada vez mais freqüente os comércios venderem os materiais para os catadores, em especial o papelão, material que antes lhes era doado, reduzindo, assim, ainda mais o valor recebido por estes trabalhadores.

No referente ao trabalho nos lixões, há um maior risco à saúde dos trabalhadores, quando a Administração Municipal não tem uma política de coleta seletiva, em especial, de resíduos hospitalares, podendo levar à contaminação e a riscos à saúde. Também são comuns os conflitos entre as administrações e os

¹ Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/01/22/ult23u1004.jhtm>>.

² Disponível em; <http://www.mncr.org.br/artigos_integra.aspx?artigo=95>.

catadores dos lixões, especialmente entre os trabalhadores da Prefeitura que realizam o trabalho de manutenção dos lixões, sendo freqüentes os acidentes nestes locais, como atropelamentos dos catadores, que ocorrem quando os caminhões de lixo trafegam, despejando o lixo.

A principal razão para que isto ocorra é a forma como se classificam os lixões. Quando há o soterramento contínuo dos resíduos, estes locais são classificados como aterros controlados. Continuam a contaminar o solo, mas não deixam o lixo disposto a céu aberto (LIMA, 2004). Em tal caso, os catadores buscam recolher este material antes que sejam enterrados, motivo de muitos acidentes.

A forma mais comum de enfrentar o problema, pelas Prefeituras, é proibir o acesso dos catadores a estes locais. Isto acontece em razão da necessidade de atender normas técnicas estabelecidas para aquisição de verbas federais de gerenciamento de resíduos. Também atuam criando regimentos, como uma forma de cadastro dos catadores, autorizando somente alguns a entrar nos locais para a retirada dos materiais. Os cadastros geralmente ocorrem informalmente, de maneira a não gerar vínculo entre Prefeitura e catadores, e, logo, essa não precisa assumir responsabilidades pelo trabalho realizado no interior do lixão (GONÇALVES, 2006).

Não foram encontrados registros sobre as diferenças de rendimentos entre os que trabalham nos lixões e os que trabalham nas ruas. Foram encontradas informações de que os rendimentos são de aproximadamente um salário mínimo ou menos para os catadores autônomos, que realizam o trabalho somente de catação, sendo também comum a realização de uma jornada de trabalho, na média, maior que oito horas diárias para garantir tais rendimentos (BOSI, 2005). Para estes ganhos, existe ainda a competição entre si para coletar o material, e acabam vendo os outros catadores como concorrentes diretos para o que auferem. No caso dos trabalhadores não cooperados influenciam, também, a inexistência de associação ou cooperação no trabalho cotidiano, disputas de rotas de coleta, clientes e, dentro do lixão, até os materiais recicláveis.

Outro determinante para os baixos ganhos dos catadores é a forma como o setor da reciclagem se estrutura em nível nacional. As indústrias que realizam a reciclagem estão concentradas nos grandes centros industriais e recebem o material com alta exigência de pré-seleção, bem como em quantidades significativas de cada vendedor. Sendo assim, os catadores não realizam a venda direta a estas indústrias,

pois antes do beneficiamento, o material passa por uma série de intermediários. Como estas indústrias se encontram concentradas, e em muitas cidades não há outro comprador dos materiais dos catadores, além de pequenos ou médios intermediários, também denominados habitualmente como sucateiros ou atravessadores, não há outra forma de negociação, nos casos de trabalho não cooperado, do que com os negociantes. Assim, o catador passa seu material para o intermediário, que por sua vez irá vendê-lo a um comprador maior, que se encontra mais próximo da indústria e que conta com os equipamentos necessários para o pré-beneficiamento do material reciclável, e este último também é um intermediário, que finalmente venderá o material para a indústria beneficiadora.

Neste circuito, quase todo valor é absorvido na intermediação e havendo queda dos valores pagos pelos recicláveis, o prejuízo é repassado à ponta do circuito, ou seja, aos catadores. Foi o que ocorreu no ano de 2005, em que a queda dos preços dos recicláveis foi de 40% a 50%, em especial o alumínio. A queda foi considerada como consequência da política cambial, que tornou a importação de material virgem mais barato que o reciclado, atingindo diretamente o mercado da reciclagem. Os mais afetados pelos efeitos da queda dos valores foram os catadores, que acabaram absorvendo a queda dos valores de todo setor (BOSI, 2005).

2.3 A Experiência do Trabalho na Catação e as formas de Auto-Referência da Atividade

Mesmo dividindo características comuns sobre a realização do trabalho e as formas de mediação necessárias, percebe-se uma diferença grande de como muitos catadores encaram sua atividade, as formas de se perceber como trabalhadores. Enquanto alguns ressaltam a importância do trabalho para o ambiente, dando uma conotação positiva em um sentido de utilidade social, outros trabalhadores se referem à atividade como uma forma de se salvaguardar de uma situação de total desligamento das relações de trabalho, respondendo que catar “é melhor do que roubar” (CALDERONI, 2003), resposta presente também em alguns catadores entrevistados em Pelotas. Pode-se, assim, compreender que encaram a atividade

como fronteira a situações de marginalidade, interpretada como a necessidade de cometer infrações para sobreviver. Tais formas diferenciadas de perceber a mesma atividade pelos diversos atores mudam de acordo com as diversas trajetórias ocupacionais percorridas pelos sujeitos investigados. Desta forma, destaca-se a importância das diversas experiências individuais, que criam maneiras diferentes de compreender a atual ocupação, tornando a percepção profissional dinâmica e relacional, referida às diversas ocupações realizadas e pela origem dos indivíduos (MALAGUTI, 2001). Por exemplo, aqueles que tiveram profissões estáveis, com carteira assinada, podem dar uma conotação negativa à catação, enquanto aqueles que vieram a trabalhar nesta atividade, vindo antes de situações de total desalento, podem dar um valor positivo à mesma. Ainda, pela origem da família, se tinham recursos ou viviam à beira da miséria, ou do meio de origem, se rural ou urbano, todos estes elementos concorrem para a atribuição que os indivíduos darão à sua atual ocupação.

Tais variações das características individuais vêm a enriquecer a categorização da situação comum dos ocupantes desta atividade, quando analisamos a sua forma de trabalho e os seus rendimentos e os colocamos em conjunto em uma zona de fragilidade sócio-econômica (CASTEL, 2005), mas que se percebem de maneiras diferenciadas, apesar de executarem a mesma ocupação.

Abarcar a análise do histórico dos catadores, conferindo poder explicativo para as diversas formas de organização da categoria e a vinculação possível em cooperativas ou associações, por exemplo, partindo assim das diferentes experiências sociais, pode-se apresentar como uma maneira interessante de compreender as diversas maneiras de organização do trabalho no setor.

Ricardo Mayer (2007) estudou aqueles catadores que nunca pertenceram a nenhuma categoria salarial e que vivem em situação de sub-cidadania pela falta de recursos. Surgem, segundo o mesmo, como categoria histórica desde o século XIX com o fim da escravidão e com os movimentos migratórios do meio rural no século XX, e sua não incorporação na sociedade formal, ocupando as franjas, o que se mostra nas favelas, nas sub-ocupações. Pensando nas categorias específicas, baseadas na desvinculação ao trabalho formal, é elaborado pelo autor um modelo de análise que observa as lógicas das ações destes sujeitos, o qual se baseia na sociologia da experiência, de François Dubet. Os elementos estão relacionados às

experiências sociais dos indivíduos. Nesta perspectiva, de acordo com o espaço social ocupado pelos sujeitos, há uma série de possibilidades de ações abertas aos mesmos, mas que não estão pré-determinadas, de antemão. Sendo a experiência social o instrumento que explica a ação social, compreende-se a lógica ao analisar tanto o sujeito quanto os sistemas de referência deste (MAYER, 2007, p. 6). Em tal caso, a experiência social se constrói no trânsito do sujeito nas diferentes possibilidades sociais e é relacionada a três sistemas que vão determinar a lógica da ação do sujeito:

- ? **A integração** que liga o sujeito à comunidade, forma de *input* individual no coletivo. A identidade é referida a um papel atribuído ao sujeito pelo espaço que ocupa ou pelo papel que executa, ligando a identidade aos moldes clássicos, pois é formada pela aceitação de outros sujeitos, ou pela não-aceitação. Caso não sejam aceitos ou integrados, buscam sê-lo através de estratégias diferenciadas ao grupo de referência, o que pode resultar, por exemplo, em conflito.
- ? **A estratégia**, referida ao mercado, como irá se vincular a este. A estratégia será a ação que se utiliza como recurso da identidade dos sujeitos, compreendida como capital simbólico ou *status* que possui e mobiliza para atingir determinado objetivo. Esta estratégia pode ser definida também pela carência de *status* ou capital social para o referido campo em que pretende atuar, tornando a ação uma maneira de adquirir integração por diferentes meios, seja pelo conflito ou por subordinação.
- ? **A subjetivação**, ou como o sujeito se portará, mediante o sistema de produção, com a alienação ou dominação, maneiras de *output*. A subjetivação é a maneira como o sujeito se percebe e é relacionada à possibilidade deste se tornar agente frente a uma percepção das relações sociais que o alienam. Esta alienação é compreendida como a impossibilidade de perceber a dominação ou relações desiguais, e que, ao ser apreendida, faz com que haja ação crítica frente à realidade, mobilizando ou isolando o agente (WAUTIER, 2003).

No que se refere à integração social, se consideram, assim, as relações imediatas, como as de vizinhança, o parentesco, etc. No caso específico estudado por Mayer, observa-se a participação dos catadores em associações e cooperativas, bem como a maneira como eles integram tais empreendimentos, sendo observado pelo autor duas variedades, de acordo com seu estudo em associações de catadores em Porto Alegre. Há a integração que se relaciona à liderança carismática, e que busca a participação na melhoria individual das condições materiais, vinculando-se ao empreendimento enquanto não surge melhor oportunidade, sendo, portanto, mais pragmática. Outra forma é aquela que se baseia em uma identidade construída em um projeto classista que subsume a identidade individual a uma coletiva, de forma a criar uma solidariedade através de caracteres comuns que se colocam em disputa contra um mesmo adversário. Neste âmbito, são analisadas as redes de sociabilidade disponíveis aos sujeitos e como se integram aos sistemas de solidariedade, seja de caráter comunitário ou societário.

A ação estratégica se refere, essencialmente, à busca de reconhecimento através de mecanismos diferenciados e, no caso estudado, como os sujeitos não estão integrados em uma rede de trabalho formal, buscam organizar-se em associações, por exemplo. Desta forma, a maneira como está integrado em determinada associação abrirá a possibilidade de organização em ações coletivas, como na participação em cooperativa e, consecutivamente, na luta por reconhecimento da categoria profissional, conferindo a este eixo uma dimensão política que busca pressionar, no exemplo dado, o poder público para atingir determinado objetivo, neste caso, a inclusão dos catadores na Classificação Brasileira de Ocupações.

O terceiro elemento, a subjetivação, cruza as maneiras diferenciais de integração e ação estratégica, resultando em experiências sociais que podem definir as ações baseadas na instrumentalização da classe social de referência e, em suas experiências coletivas, vindo a definir o campo de possíveis ações (MAYER, 2007). Ainda, conferem maneiras diferenciadas de se identificar perante os demais. Por exemplo, quando o diretor e documentarista Evaldo Mocarzel finalizou seu filme de curta-metragem “À Margem da Imagem”, em 2003, que acompanhava a vida de moradores de rua, preocupou-se em debater a estetização da miséria.

Para isso, foi procurar os movimentos sociais que apareciam no documentário para debater o tema, em especial o movimento pela moradia e também a cooperativa de catadores. Estes solicitaram a retirada de suas imagens do filme, pois não queriam ser confundidos com os moradores de rua, principalmente por serem movimentos políticos com pautas específicas e entendiam que se diferenciavam do público que Evaldo debatia. A partir deste debate, o diretor decidiu realizar outros dois filmes, “À Margem do Concreto” e “à Margem do Consumo”, nos quais serão debatidos os temas referentes aos dois grupos específicos (Jornal da Globo, 24/10/2006).

Uma das formas de identidade coletiva aos catadores é a participação no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que é uma entidade ativa na defesa da categoria, buscando criar uma identidade de classe frente aos diversos segmentos da sociedade, e em especial na relação com o Poder Público, através da defesa da atividade enquanto atividade de interesse público. A inserção neste movimento em específico, visto suas características, sugere a participação anterior de seus integrantes em partidos políticos ligados à esquerda ou em movimentos sociais ligados à luta pela terra e reforma agrária. No entanto, o que se destaca no referente à categoria de catadores propriamente dita, é a participação deste movimento na elaboração dos elementos que compõem a atividade para a identificação do catador na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), servindo a inserção da atividade nesta lista como forma de reservar maior legitimidade destes trabalhadores frente ao poder público (Classificação Brasileira de Ocupações e o Catador de materiais recicláveis, 09/03/2007, www.mnrc.org.br).

Conforme tal classificação, é de responsabilidade da categoria cerca de 89% do ciclo de trabalho do setor, o que aparece no gráfico elaborado pelo MNCR:

Esquema do ciclo de trabalho

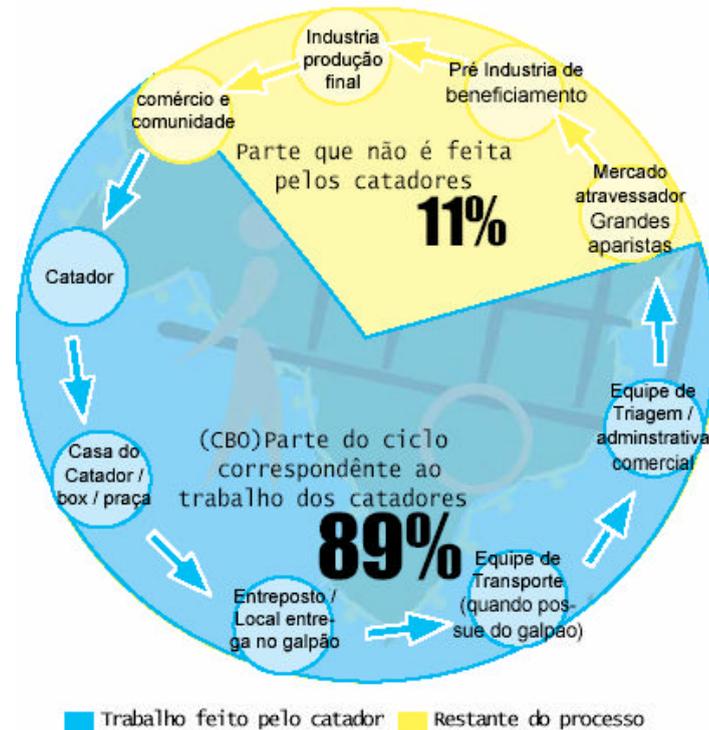


Figura 1: Esquema do Ciclo de Trabalho

Fonte: Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

Percebe-se que a proposta incluída na CBO sobre a atividade dos catadores, conforme o exposto no gráfico acima, refere-se aos que estão organizados em cooperativas ou associações, atribuindo grande parte das atividades somente aos próprios catadores. No entanto, o cooperativismo e associativismo dos catadores é restrito a uma minoria de trabalhadores do setor, não correspondendo à divisão do trabalho proposta para o conjunto da categoria, mesmo que abarcando parte do trabalho destes. Assim, a proposta normativa do MNCR agrega os catadores organizados de forma associativa, uma das principais bandeiras deste movimento, servindo, inclusive, como alternativa para aumentar seus rendimentos e agregar

valor, realizando tarefas que se encontram sob responsabilidade dos atravessadores. No entanto, a proposta não chega àqueles que não se encontram organizados, situação da maioria dos trabalhadores.

O referencial organizativo deste movimento é a organização enquanto classe, disputando espaços de trabalho contra sucateiros e, principalmente, ressaltando o valor ambiental do trabalho dos catadores. Entretanto, não chegando esta identidade à maioria da categoria dos catadores, àqueles não organizados em cooperativas, tais trabalhadores carecem de uma identificação coletiva, baseada nas características próprias à atividade e, desta forma, buscam uma representação para o trabalho nos moldes tradicionais, na ocupação de papéis sociais.

A partir da fragmentação do mercado de trabalho, a identidade social não é mais referida às divisões macro-sociais, como, por exemplo, as classes sociais. Havendo uma modificação no sistema social, no sentido de uma desestruturação de papéis ou lugares, torna-se o eixo de análise a experiência dos sujeitos, transitando nos vários espaços disponibilizados pelo sistema social de referência. É neste sentido que se percebe uma fragmentação do trabalho e das classes, a partir da crescente segmentação produtiva que faz distinguir trabalhadores em uma série de ocupações e com diferenciados estatutos. Esta crescente divisão da estrutura de ocupações faz com que a idéia de um antagonismo entre classes opostas diminua, segundo Dubet, sendo o exercício da dominação observado nestas realidades parcelares, através de agentes que não se percebem interligados a processos que superam suas relações imediatas.

Ademais, as desigualdades são multiplicadas, (por fatores variáveis, não relacionados estritamente à estrutura ocupacional de acordo com Dubet (2003). Pensando no acesso à categoria ocupacional, pode-se observar a diferença nos ganhos ou na restrição do acesso ao trabalho formal por um filtro geracional, por exemplo. Os mais jovens, em razão da conjuntura econômica, passam a ter maior dificuldade para acessarem postos de serviço mais qualificados, multiplicando-se as desigualdades.

Para este autor, a adesão a uma identidade coletiva se desvincula do mundo industrial, como fonte única de atribuição de representações, a partir da modificação das características produtivas. Assim, não existe mais um único conflito central, tangível a estes sujeitos não vinculados diretamente ao trabalho formal. As classes

sociais não explicarão, por si só, a existência de conflitos sociais, muito em razão da fragmentação, da heterogeneidade social, o que torna as ações sociais não coordenadas coletivamente em um único sentido, mas em vários, quando existem. Isso ocorre, também, porque as maneiras de exercer dominação se multiplicaram, junto à fragmentação, e, neste sentido, especializaram-se. A ação social refere-se, portanto, a uma realidade específica. A noção ligada ao conflito central de classe se torna mais distante porque a mobilidade de classe ou de ocupações é muito maior do que nos períodos anteriores, em especial agora, com a fragmentação. As experiências sociais serão, portanto, as possibilidades que os sujeitos têm de agir dentro de um sistema social de referência, do qual as limitações objetivas lhes escapam. Age dentro de um campo de possibilidades, que aceitará ou tentará modificar (DUBET, 2003).

Mesmo escapando a apreensão de um conflito central em razão das modificações nas relações produtivas, ou ainda, sua maior divisão, se percebe a busca da identidade relacionada às relações salariais, em especial nos segmentos mais desprotegidos dos trabalhadores. O emprego se torna referência em razão do aumento do desemprego. Paradoxalmente, não é uma situação, muitas vezes, experienciada, mas é desejável por aqueles que se encontram em atividades precárias e, neste sentido, disciplina o comportamento na busca de integração.

A busca de uma cidadania aos segmentos desassistidos da sociedade, do qual os catadores fazem parte, se dá através da busca de integração, por meio de um dos poucos elementos do Estado Providência no Brasil, sendo a formalização do trabalho através da relação salarial com carteira assinada, uma delas. Este seria um espaço em que as desigualdades seriam abrandadas através da adoção de um estatuto comum, democrático, que é ao mesmo tempo integrador, pensando-se nos direitos sociais comuns àqueles protegidos por seu estatuto e diferenciador, pois é uma situação que não se dirige ao conjunto dos trabalhadores. Sendo referencial não tangível, como visto, em razão da nova estrutura produtiva, fica demarcado um mercado de trabalho primário, com empregos estáveis e outro secundário, de atividades precárias, criando uma divisão entre integrados e excluídos (DUBET, 2003).

O novo cenário produtivo tornou os excluídos das relações formais, antes uma situação transitória ou restrita, permanente; uma possibilidade de relação antes

compreendida como atípica, se tornou própria do sistema produtivo, não como mero exército de reserva, mas como participante do sistema produtivo no *continuum* de posições. Esta situação comum a muitos, não leva necessariamente à sua modificação pelo auto-reconhecimento enquanto trabalhador precário, quando da quebra da alienação de sua posição social. Ao reconhecer sua situação como desfavorável, ele vê no outro, em mesma situação, não um igual, mas um concorrente, e, buscando estratégias de modificação individual, tenta a conquista da relação salarial, inclusive podendo se vincular a atores sociais que o exploram.

Ressalta-se que a perda da visão de classe se dá em razão da fragmentação da atividade, própria das ocupações precárias e informais, o que faz com que os sujeitos sociais em tal situação, não se percebam como pertencentes de um coletivo sócio-econômico, a classe trabalhadora, e não em razão de uma modificação ou retração da necessidade do trabalho na sociedade atual. Somente significa que o trabalho está mais parcelado, dividindo-se em duas grandes divisões contínuas: trabalhadores formais e informais, que por sua vez, contém suas subdivisões. Desta forma, o sentido de classe continua válido enquanto fator pertinente da análise da sociedade, sendo a característica descrita da divisão, a forma de gestão do capital sobre a força-de-trabalho. Muitas vezes tais fatores não são percebidos, pois os trabalhadores informais estão dispersos, não ligados diretamente ao processo industrial. O que se quer dizer é que não é percebido pelos sujeitos precarizados que não se sentem em um coletivo em razão da maneira como tem que trabalhar (BERNARDO, 2000).

Mesmo sendo o mercado formal restrito e que fecha o acesso a um significativo contingente de trabalhadores, ele permanece como referencial, percebido como generalizável, acessível.

Mas, ao mesmo tempo, esses atores não estão em condições de satisfazer essas aspirações por causa de sua pobreza e acabam interiorizando os estigmas que lhes são impostos deixando de responsabilizar-se por seus vizinhos. A partir daí, sua experiência extrema em relação às desigualdades é vivida como uma colonização interna, uma colonização da experiência vivida já que eles se identificam com um ideal igualitário que os invalida. Apesar de eles ressentirem muito fortemente a distância que separa seu desejo de igualdade de suas desigualdades reais, essas são muito dispersas para reunificar sua experiência e para produzir uma mobilização contra uma condição julgada intolerável (DUBET, p. 49-50, 2003).

Estando à margem do sistema institucionalizado, do trabalho formal, constroem sua identidade tendo esta referência como desejável, utópica, mas não tangível. Desdobra-se, a partir daí, um sentimento de responsabilidade sobre sua situação, que é vista como de fracasso social, e pelo qual sentem responsabilidade. Quando há uma tomada de consciência sobre isso, a dificuldade de acessar o estatuto formal, por exemplo, a desigualdade se introjeta nos sujeitos criando uma *consciência infeliz*, pois seus referenciais deixam de ter validade, não os confortando mais.

Ao não partilhar objetivos comuns perceptíveis, a dificuldade de organização do setor se dá também pela ligação com a maneira como o trabalho é desenvolvido. As possibilidades de organização das ações estão relacionadas às estruturas próprias de cada posição de classe. Desta forma, a mobilização e a ação são realizadas através da capacidade de coordenar as vontades individuais, as quais vão interferir no processo produtivo através de sua relação direta com este sistema.

Aos trabalhadores, cabe a propriedade da força-de-trabalho, a qual é organizada pelo capital de formas diferenciadas, enquanto ao capitalista cabe a posse do capital, os bens variados e coordenados por agente privado. Resulta que para os trabalhadores é necessário organizar as vontades individuais heterogêneas dentro de um padrão de classe, de forma a resultar em uma atividade sistematizada e uniforme, enquanto ao capital é necessário mobilizar a vontade individual do controlador de recursos relacionados à produção. Esses são fatores de *inputs*, a relação da posse de determinado capital referido à produção. A posição estrutural daqueles que detém capital lhes dá vantagem na coordenação dirigida à produção. As possibilidades individuais entre trabalhadores e capitalistas, no referente às sanções são, portanto, incomparáveis, repousando o poder do capitalista no controle de seus recursos, sobre a possibilidade de agir de forma independente à necessidade de coordenação de uma variedade de vontades, salvo em caso de demanda política frente ao Estado (OFFE, 1984).

As dificuldades são ampliadas, para os trabalhadores, quando a execução do trabalho não requer imediatamente a solidariedade, como acontece com os catadores de material reciclável, que negociam individualmente com atravessadores, em caso de trabalho não cooperativado.

Nestes casos em que o trabalho é autônomo, existem diversas percepções sobre a forma como se autodefinem os catadores, a maneira como se integram a uma identidade profissional negativa ou positiva, variando de acordo com a forma de organização e histórico profissional dos sujeitos. Mesmo sendo variáveis tais identidades, elas não modificam as relações produtivas do setor de reciclagem. Mesmo que a atividade não seja executada de forma salarial, estes trabalhadores estão indiretamente ligados às indústrias de reciclagem, as quais dependem quase que inteiramente do trabalho dos catadores para lhes garantir o material reciclável que será a matéria-prima de seu processo produtivo. Há, portanto, uma clara dependência de todo o setor, ao seu trabalho.

O que pode dificultar a percepção das conexões dos agentes é exatamente a forma como ganham a vida os catadores, que, ao receberem a remuneração pelo trabalho de forma autônoma, estando subsumidos apenas formalmente ao capital (ANTUNES, 2004), sua remuneração não é imediatamente de responsabilidade das empresas e não há autoridade agindo sobre tais trabalhadores.

Por outro lado, pela maneira como é realizada a catação, os ganhos são muito baixos, pelos motivos já expostos, atendo-se as diferentes análises no resultado do trabalho, com seus rendimentos geralmente insuficientes para a melhoria de sua vida. Mesmo estando desempregados formalmente, estão vinculados ao setor de reciclagem, garantindo os ganhos em razão da maneira como desenvolvem o trabalho (LEAL, et. al, 2002).

3 O PROCESSO DE REIFICAÇÃO

A reificação é a forma específica de como se dão as relações produtivas no atual modelo histórico, abarcando a totalidade societal. De acordo com Goldman (1979), existem leis que determinam as formas de agir em cada período histórico, próprias às relações sociais vigentes e que determinam, em especial, as formas de controle social, modificando-se as mesmas leis com a passagem para outro modo de produção. Desta forma, se na Idade Média eram relevantes as relações de dominação baseadas na autoridade religiosa com suporte na origem familiar, sob o capitalismo sobressaem as relações econômicas, definidas pelo controle do capital para o exercício da dominação sobre o modelo societal.

Assim, cada momento histórico é regido por leis próprias, sem que haja uma determinação atemporal, ontológica, que determina como se darão as relações sociais em dado momento. Há, antes, uma “totalidade estruturada” de acordo com o modelo histórico em vigência, que determina quais arranjos estruturais definem como acontece a dominação. Resulta daí que o econômico tem mais significância no modelo analítico de Marx, por ser o fator determinante no período histórico sob o capitalismo, ou seja, é uma “primazia de fato” em relação ao momento que se detém a análise. Isto se dá em razão da mediação com a natureza realizada através do trabalho executado para a satisfação de necessidades humanas, o que requer cálculo econômico, tanto individual quanto coletivo, pois a satisfação das necessidades humanas, para a imensa maioria da população, só é possível mediante o dispêndio de sua força-de-trabalho.

No modelo atual, há o controle desta produção de forma privada, representada pela apropriação individual do capital. Para que tal controle ocorra,

internamente às leis do modelo atual, existem maneiras de reforçar a dominação no tocante às características das mercadorias, que são apresentadas aos consumidores e que são específicas do modo de produção vigente.

Marx (1983) comumente caracterizava como *fetichismo da mercadoria* o fenômeno específico do processo produtivo e de resultado diretamente objetivo. As características dos bens utilizados pelos homens, enquanto valores de uso, são resultado dos atributos físicos destes e do trabalho agregado ao material para que possa tornar-se útil. No entanto, as características que resultam de sua transformação em mercadoria, o seu valor-de-troca, é um traço atribuído a esse bem pela formação social na qual é produzido e não imanente a este, resultando de fatores próprios às formas de mediação necessárias para realização de seu consumo e produção. Isto se dá na medida em que o modo de produção exija que homens tenham que se submeter a trabalhar para outros, de determinada maneira, no sistema capitalista, sendo que a subordinação específica cria uma relação de alienação com o produto do trabalho. Porém, o valor da mercadoria não se apresenta aos homens, com as características de como são socialmente produzidos, mas como característica própria do produto, junto com os demais atributos físicos deste. Como isto ocorre?

De acordo com Marx, este processo ocorre através do processo de trabalho, em que se considera o tempo de produção para o cálculo de seu valor, sendo este um atributo geral das mercadorias, cada uma demandando determinada quantidade de tempo de trabalho para sua produção. Assim, há diferença quantitativa para a produção dos diversos trabalhos concretos, medidos pelo tempo necessário à sua produção, assim como em seu resultado, valores de uso diversos, mas há a unidade qualitativa de mensuração de seu valor para realização de troca, o tempo de trabalho vivo necessário em cada espécie e etapa de produção. O que ocorre, de acordo com Marx, é que esta característica é tomada como própria dos produtos, a grandeza do valor ligada indiretamente às formas sociais que a propiciaram, como se o objeto definisse as relações, tornando-se uma relação entre objetos e constituindo esta característica em marca distintiva do período capitalista. Tendo sido feitas diversas operações individuais de produção, estas mercadorias só podem se realizar mediante troca a se dar no mercado; então diversos trabalhos são dirigidos à produção de valores de uso para outras pessoas, valores de troca alienáveis. A

relação direta do trabalhador com a produção se dá com a necessidade de trabalhar para garantir seus ganhos, na forma de salário.

Na outra ponta, como os consumidores só se relacionam diretamente com o resultado do trabalho, não com o processo de produção particular, interessando somente a aquisição do valor-de-uso em questão, percebem a relação diretamente com a mercadoria, sem vinculação com seus produtores. Produtores e consumidores só se comunicam indiretamente, através da mercadoria, no ciclo da circulação das mesmas, com seus símbolos monetários. Os produtores não pensam em produzir valores de uso para terceiros, mas em realizar sua atividade com o objetivo de receber seus salários. Da mesma forma, o consumidor pensa somente na aquisição de determinado produto.

Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo de fetichismo que adere aos produtos do trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 1983, p. 71).

Além destes fatores, a forma comum monetária tomada pelas mercadorias ajuda a velar as relações sociais de produção, pois é tomada como substituto comum de mensuração de seu valor, em substituição ao trabalho incorporado, expressando o conjunto das relações produtivas. As mercadorias mascaram as relações, aparecem como uma coisa independente tanto aos produtores quanto aos consumidores, com o valor expresso monetariamente e não em relação com o trabalho necessário à sua produção. Nesta lógica, o capital torna-se agente independente, não revelando as relações que o produzem. Assim, o traço fundamental do capital é a sua coisificação, sua apreensão enquanto ente autônomo, como se existisse independente das relações que lhe conferem esta aparência.

Mas o capital não é uma coisa, mas determinada relação de produção, social, pertencente à determinada formação sócio-histórica que se representa numa coisa e dá um caráter especificamente social a essa coisa. O capital não é a soma dos meios de produção materiais e produzidos. O capital são os meios de produção transformados em capital, que, em si, são tão pouco capital quanto ouro e prata são, em si, dinheiro.

São os meios de produção monopolizados por determinada parte da sociedade, os produtos autonomizados em relação à força-de-trabalho viva e às condições de atividade exatamente dessa força-de-trabalho, que são personificados no capital por meio dessa oposição (MARX, 1983, p. 269).

Georg Lukács (2003) na explicação da apreensão do modo capitalista de produção, compreende por reificação o movimento de introjeção, subjetivação das relações sociais capitalistas em aspecto amplo, ligando o conceito, portanto, ao fetiche da mercadoria. Segundo Lukács, as relações sociais tomam o caráter de uma coisa, transformam-se em uma “objetividade fantasmagórica” que escamoteia a forma como se cria o valor dentro do modelo societal presente, baseando-se esta falsa apreensão da realidade no fetiche da mercadoria, fenômeno específico do período capitalista, dando vida a estas, tornando-as animadas e ocultando, nas palavras do autor, “a relação entre os homens” (LUKÁCS, 2003, p.194). Assim, na medida em que a forma mercadoria se generaliza ao conjunto da sociedade, tomando forma quantitativa significativa e dominante do modo de produção, modifica qualitativamente as relações sociais, se tornando traço metabólico característico da sociedade, sem a qual não é mais possível viver sem que se passe pela mediação mercantil.

Nesta forma, a própria força-de-trabalho vem a transformar-se em mercadoria, passando o homem a viver uma mediação de segunda natureza, não produzindo mais com o objetivo direto da fruição dos valores de uso produzidos por ele, mas como atividade meio de satisfazer necessidades, e não fim, subordinado ao agente privado detentor do capital. Esta mediação modifica como os homens se relacionam com os valores-de-uso, tomando uma forma misteriosa para estes, na medida em que não mais se identifica com o produzido como obra sua. Estas mercadorias são tidas como relações dissociadas de seus produtores, conduzidas ou determinadas pelo mercado, ente abstrato que foge às relações determinadas dentro do sistema do capital na compreensão dos produtores.

O mecanismo para que isto ocorra, de acordo com Lukács, é o modo como os sujeitos se relacionam com sua força-de-trabalho, sua atividade útil, como algo que só se ativa em razão da forma como é empregada, presa a uma formação social determinada. Tal forma de trabalho, socialmente determinada, é naturalizada, ignorando a transformação do trabalho produtivo, originalmente aquele de intercâmbio orgânico com a natureza, ou mediação de primeira ordem, no qual o

homem modifica o ambiente para criar valor-de-uso, como objetivo final. Na passagem para o sistema capitalista, passa à forma de mediação de segunda ordem, pois modifica o ambiente e cria valor-de-uso para realização de valor-de-troca, sendo o dispêndio de força-de-trabalho, agora, meio para satisfação de necessidades através da subordinação do trabalhador ao capital, não sendo necessário somente produzir, mas produzir *quantum* muito maior para apropriação de seu empregador³. A atividade que era fim, trabalho auto-determinado, se torna atividade meio e subordinada ao capital (ANTUNES, 2003).

Através da explicação de como se dá a produção no capitalismo, ao comparar com modos de produção sociais anteriores, Goldman explica o mecanismo de reificação no modo capitalista de produção. Por exemplo, no período feudal, o servo tinha de produzir durante certo período de tempo para seu senhor e tinha o restante de tempo para produzir para si, ficando visível, portanto, que parte de seu tempo de trabalho era tomado pelo senhor. Ainda, o que motivava a produção era a obtenção do valor-de-uso dos produtos para satisfação das necessidades de seus produtores. Tal divisão, nos dias de hoje, não é visível, sendo computado em conjunto o tempo para si e para o outro pela forma de dispêndio da força-de-trabalho, em que esta é encarada como mercadoria e utilizada por determinado período de tempo pelo capitalista, que paga pelo seu emprego em meios de produção de sua propriedade.

Assim, o trabalhador produz por determinado período uma quantidade de valores que é de propriedade do capitalista. Todo o sistema é montado para realizar a venda das mercadorias e as necessidades vão ser satisfeitas no plano individual, depois de ser mediadas pelo mercado. Dessa forma, “o preço substitui qualquer outro organismo planejador (GOLDMAN, 1979, p. 117)”.

Na explicação da categoria trabalho enquanto intercâmbio orgânico com a natureza, Foster (2005) retoma a compreensão de Marx de maneira a abarcar elementos ecológicos à sua análise. Segundo este autor, a dissolução da relação orgânica com a natureza de primeira ordem, se dá originalmente com a expulsão dos trabalhadores rurais do campo (daí o orgânico). Iniciado este processo com as *enclosures*, o que compreende um dos aspectos da acumulação primitiva através da expropriação do solo de uso comunal, o que vem a dar origem à expulsão dos trabalhadores do campo, obrigando-os a tornarem-se proletários, ou despossuídos.

³ “O trabalhador produz não para si, mas para o capital.” (LESSA, 2005, p.57).

A pessoa se torna trabalhador manual. O resultado desta situação foi não só o início da exploração capitalista da terra, mas também o desenvolvimento acentuado das manufaturas e da indústria.

Como o modo de produção é realizado com a mediação de segunda ordem, no qual só se cria valor-de-uso para a criação de valor-de-troca, e logo lucro, o sociometabolismo com a natureza tem forma estranhada (alienada), pois produz para que se lucre e degrada o ambiente, através deste sistema que tem como objetivo a reprodução do capital e não a reprodução social. Não sendo auto-determinada a mediação, pois não é controlada pelos produtores e nem definida socialmente, segue que o sistema produtivo gera mercadorias que, no sistema atual, são produzidas sem que tenham como finalidade principal, ou apriorística, a satisfação societal abarcando o processo produtivo, pois tem como objetivo central a realização do valor-de-troca, para que haja criação de mais valia, transformada em lucro, e entregue à fruição individual do capital por meio da propriedade privada.

O trabalho é visto como realidade objetiva, alheia ao controle de seu produtor direto. As relações de produção não são dirigidas pelos executores, colocando-se como determinação exterior e realidade autônoma. Assim, em uma economia capitalista, para satisfazer as necessidades, o trabalhador tem de, invariavelmente, colocar sua força-de-trabalho à venda, tal qual qualquer outra mercadoria, que servirá para satisfazer alguma necessidade alheia, neste caso a de obter lucro.

Objetivamente, quando surge um mundo de coisas acabadas e de relações entre coisas (o mundo das mercadorias e de sua circulação no mercado), cujas leis, embora se tornem gradualmente conhecidas pelos homens, mesmo nesse caso se lhes opõem como poderes intransponíveis, que se exercem a partir de si mesmos (LUKACS, 2003, p. 199).

Tal situação de subordinação ao capital é generalizável ao conjunto do corpo social de trabalhadores na medida em que eles são o suporte do modelo mercantil de produção, sendo forma dominante de sobrevivência econômica, tanto para os que se encontram em atividade, quanto para aqueles que necessitam trabalhar, mas se encontram desempregados ou sub-empregados, abarcando a totalidade social, através da pretensa ou latente igualdade qualitativa das relações sociais que os dominam e são necessárias à produção da vida. Dessa forma, colocam-se enquanto possuidores de mercadoria que produz valor, a força-de-trabalho. Têm de confrontar-

se no “mercado de trabalho” com outros em mesma situação, em busca de emprego que possibilitem seu sustento. Essa disputa, resultado da transformação de sua atividade em mercadoria, cria uma individualização e disputa, um sentimento de solidão e atomização, no que se refere às formas de ligação ao trabalho, ou o acesso a este, e que são comuns ao conjunto dos trabalhadores. Elas aparecem inicialmente como processo natural e permanente que deve ser enfrentado para viver. Tal realidade leva à dissociação sistêmica de modos de vida solidários ao conjunto do corpo dos trabalhadores. De acordo com Lukács:

Em seu destino, é típico da estrutura de toda a sociedade que essa auto-objetivação, esse tornar-se mercadoria de uma função do homem revelem com vigor extremo o caráter desumanizado e desumanizante da relação mercantil (LUKÁCS, 2003, p. 209).

Com a transformação generalizada dos valores de uso como suporte de valor-de-troca, as características singulares são destituídas de sua originalidade. A percepção dos valores se dá somente na forma mercadoria, quando da passagem da sociedade das trocas meramente ocasionais para a mercantil, como modelo produtivo generalizável, forma de intermediação de segunda ordem com a natureza, característica do sistema capitalista. A máquina torna-se principalmente fonte de aumento da produtividade, a terra, de renda, o trabalho, de mais valor. Dinheiro que reproduz dinheiro, através de juros (MARX, 1983). Estes elementos se tornam reais, tidos como objetivos e naturais, pois são validados por instituições que atuam diretamente sobre a vida das pessoas ou por parte destas. Tornam-se todas estas características naturais aos elementos a que se referem, como se vinculados à materialidade do produto, a relações determinadas.

Sendo a única formação social que reconhecem, a forma mercantil se interioriza no subjetivo das pessoas, fazendo com que elas percebam a realidade de forma a ligar diretamente esta relação determinada como a forma natural, própria dos produtos, do relacionamento, das formas como se realizam o consumo e a produção. Estas formas sociais de interação se estruturam no conjunto dos elementos normativos da sociedade, penetrando no direito e no Estado, por exemplo, o que vem a reforçar os instrumentos psíquicos da reificação.

Pois a essência do cálculo racional se baseia, em última análise, no reconhecimento e na previsão do curso inevitável a ser tomado por determinados fenômenos de acordo com as leis e independentemente do "arbitrio individual" (LUKÁCS,2003, p. 218).

Tal instrumental de regulação societal serve como reforço para manutenção das condições necessárias à reprodução dos modelos de desenvolvimento capitalista, estruturando as relações em determinados patamares de subordinação da força-de-trabalho a normas que mantém a separação dos produtores e do produzido em base, principalmente, da propriedade privada. Tal interpretação de Lukács tem influência direta de Weber, conforme o próprio autor, ao falar sobre a racionalização do mundo e a burocratização crescente. Segundo o mesmo, as formas de ordenação se dão através de instrumental jurídico e Estatal, desdobramento necessário da crescente racionalização da produção, servindo como forma de calcular o conjunto do sistema através de regramento de condutas generalizáveis ao conjunto do corpo social em dispositivos coercitivos, diretos e indiretos. Tais instrumentos criaram as condições para o desenvolvimento e aplicação do cálculo racional, expresso em técnicas de produção que se tornaram aplicáveis em conjunto com o instrumental jurídico e político; como exemplo, a coordenação produtiva taylorista/fordista, leis trabalhistas sobre o tempo de trabalho e o atendimento estatal de complementação indireta de renda, através da educação, saúde, etc.

Nota-se, porém, que o modo capitalista constantemente revoluciona as formas de produção para manter o próprio sistema funcionando. Daí resulta a total discrepância, em grande número de vezes, do instrumental jurídico com a realidade que tenta regradar, não correspondendo com os movimentos reais das relações sociais. Assim, estas contradições se resolvem através das modificações internas ao sistema jurídico em observância às novas determinações econômicas, acontecendo isto na forma de choque de forças interessadas em rumos específicos de tais modificações, de acordo com a conjuntura. Muitas vezes esta contradição vem a se resolver por omissão dos estatutos até novo rearranjo. Atualmente tais mudanças são resultado no novo rearranjo produtivo, baseado no toyotismo, na produção e acumulação flexíveis, e que vêm a se implementar em consonância, mas não de

forma harmoniosa, com a retirada de direitos trabalhistas e a redução do atendimento na forma de rendimentos indiretos. (ANTUNES, 2005).

O que é fundamental, para que o fenômeno da reificação ocorra, é a generalização e manutenção da forma mercantil em todos os aspectos da vida. Tomando forma natural, penetra no direito, na administração, como momento necessariamente anterior à fruição e como realidade independente dos sujeitos que as tornam possíveis.

A metamorfose da relação mercantil numa forma dotada de uma “objetivação fantasmática” não pode, portanto, limitar-se à transformação em mercadoria de todos os objetos destinados à satisfação das necessidades. Ela imprime sua estrutura em toda a consciência do homem; as propriedades e as faculdades dessa consciência não se ligam mais somente à unidade orgânica da pessoa, mas aparecem como “coisas” que o homem pode “possuir” ou “vender”, assim como diversos objetos do mundo exterior. E não há nenhuma forma natural de relação humana, tampouco alguma possibilidade para o homem fazer valer suas “propriedades” físicas e psicológicas que não se submetam, numa proporção crescente, a essa forma de objetivação (LUKÁCS, 2003, p.222-223).

Um momento determinando o outro, a objetividade da relação com a mercadoria, com a subjetivação desta relação, a reificação, servem assim, para Goldman, como analogia à Marx a cerca da infra-estrutura e super-estrutura, como momentos interdependentes que se reforçam. De acordo com isto, o processo de reificação vem a desenvolver a consciência enquanto mero reflexo das formas tomadas pela produção dentro do sistema capitalista. Isto se dá em razão da tomada do modelo mercantil da totalidade das expressões de experiências direcionadas à fruição, havendo a possibilidade de sua transformação positiva somente através da consciência ativa, capaz de apreender estes esquemas não percebidos. Tal divisão, salienta o autor, deve levar em conta necessariamente as expressões, o comportamento dos indivíduos, pois segundo o mesmo não há um recorte entre determinado setor da consciência, como a divisão entre racional e afetivo, constituindo os indivíduos, assim como grupos, totalidade a ser analisada de acordo com o conjunto das expressões, em um sentido da *práxis*, sendo a mesmo coerente com a totalidade das experiências, a vivência de um grupo ou sujeito.

Sendo específico do modo de produção capitalista, a consciência passiva, forma que domina a maneira como são compreendidas as relações sociais no

período atual, ocorre em razão do processo de reificação que contamina todos os setores não especificamente econômicos da vida através de sua transformação em mercadorias, suporte de valor-de-troca. Todas as atividades ou objetos que eram realizados como fim, em razão de seu uso, sua fruição, são agora apreendidos pelo econômico que tende a “esvaziá-las por dentro”, tirando a originalidade e subvertendo o objetivo destas expressões antes autônomas, não ligadas à obtenção de lucro.

Tal transformação não é percebida pelas pessoas em razão da alienação referente ao processo produtivo, compreendendo estas expressões como naturais e exteriores. Ainda, tal incorporação de setores antes autônomos ao econômico, só se tornou possível em razão das proporções tomadas pelo sistema mercantil ao se tornar relação societal dominante. Neste modelo de organização os produtores e consumidores são abstraídos em razão da distância entre si, sendo as mercadorias a corporificação das relações que as produziram, ultrapassando diferenças culturais e sociais, fazendo-se presente enquanto ente imediatamente perceptível e independente de quem as fez. Estas mercadorias realizam o seu ciclo através da busca do lucro pelos capitais individuais, substituindo entidades reguladoras das necessidades pelo mercado.

Desta forma, produzir no modelo capitalista tem como objetivo final a obtenção de lucro, o qual se dá na realização das mercadorias, produto que encerra em si determinado valor-de-troca. Para tal se realizar é necessário que todas as mercadorias sejam comparáveis qualitativamente no que se refere a este valor, modificando a quantidade, tempo de trabalho despendido nestas, trabalho abstrato em geral. São comparáveis porque são resultado de dispêndio de força-de-trabalho, o qual se dá dentro de relações sociais determinadas e comuns. Por esta razão, a mensuração do valor em uma unidade socialmente aceita, como dinheiro, são intercambiáveis.

Também, só vêm a se tornar novamente valor-de-uso na esfera privada, quando passar por todo circuito do mercado antes de chegar a tal estágio. O resultado deste processo, segundo Goldman, é que o momento do uso, da satisfação do consumo, se dá no mundo privado, familiar, o qual é identificado com solidariedade em que se satisfazem as necessidades sem haver a intermediação de segunda ordem; e o momento coletivo, relacional amplo das relações sociais, o

intercâmbio, no qual se realiza a troca, é identificado com a desumanização, egoísmo, mera relação mercantil quantitativa. Tem de colocar-se enquanto mercadoria, vender sua força-de-trabalho disputando no mercado de trabalho com outras pessoas em semelhante situação. Sendo assim, as relações não diretamente familiares, fora da vida privada, são tidas como antagônicas à solidariedade, contrapondo-se o valor-de-uso ao valor-de-troca e não importando imediatamente a satisfação das necessidades fora do campo meramente individual, solitário ou familiar.

Como a satisfação das necessidades é realizada individualmente, servindo a produção para realização do valor-de-troca, formas que se referem diretamente à obtenção do ganho particular, os modos de produção que visam à conservação de características sistemicamente qualitativas, mas não econômicas, no sentido de corte de custos, tende a ser desconsiderado. A observância dos processos qualitativos da produção são considerados, desde que sejam rentáveis, tais como os ligados à preservação ambiental, por exemplo, pois os aspectos não comercializáveis são ignorados. Nas palavras do autor:

Também é verdade que o desenvolvimento da produção capitalista, baseada no fator puramente quantitativo do valor-de-troca, fechou progressivamente a compreensão dos homens aos elementos qualitativos e sensíveis do mundo natural. A sensibilidade a esses elementos tornou-se cada vez mais um privilégio “dos poetas, das crianças e das mulheres”, isto é, dos indivíduos à margem da vida econômica (GOLDMAN, 1979, p. 121).

Tais mecanismos produtivos do sistema capitalista vêm a fortalecer a ideologia liberal baseada na concorrência imanente das relações humanas e a busca da satisfação das necessidades de forma individualista, através do cálculo racional, baseado no atual modelo de produção de recusa de solidariedade ao conjunto social e benefício indireto através do egoísmo, reforçado pela atomização do trabalho.

Com o desenvolvimento do sistema produtivo e especialização crescente das atividades, bem como o aumento da oferta de mão-de-obra, o trabalhador não é mais o único portador de uma especialidade, de um atributo específico que o diferencie, ou a sua força-de-trabalho, dos demais, sendo uma mercadoria substituível na medida em que seja mais econômica ao empregador. Este se transforma em um “produtor de mercadorias, de valores-de-troca” (GOLDMAN, 1979,

p.122), sendo a especialidade o trabalho concreto que produz, juntamente com seu portador, insignificante ao contratante, pois facilmente substituível. Torna-se produtor de quantidades de valores de troca com indistinto caráter qualitativo, tendo de produzir lucro, não importando diretamente a este ou ao empregador qual o valor concreto, desde que garanta o salário ao primeiro e o lucro ao segundo. Todas estas mediações se expressam através da relação entre os preços das mercadorias, ignorando suas características individuais ou a capacidade de satisfazer uma necessidade como característica apriorística. Transformam-se as relações que produziram os bens, ficando as mesmas mascaradas nos valores monetários destes produtos, o que se torna característica “física”, não havendo a percepção do valor social agregado ao produto. O consumo e a produção não se realizam entre, por exemplo, o fazendeiro e o consumidor, mas entre batatas e dinheiro. Conforme Goldman:

Ora, isto não é um fato isolado; é, pelo contrário, o fenômeno social fundamental da sociedade capitalista: a transformação das relações humanas qualitativas em atributo quantitativo das coisas inertes, a manifestação do trabalho social necessário empregado para produzir certos bens como valor, como qualidade objetiva desses bens; a reificação que conseqüentemente se estende progressivamente ao conjunto da vida psíquica dos homens, onde ela faz predominar o abstrato e o quantitativo sobre o concreto e o qualitativo (GOLDMAN,1979, p.122).

Para tal, segundo este autor, o capitalista transforma os meios de produção empregados, portadores de categorias qualitativas (força-de-trabalho, maquinário, insumos), em relações quantitativas, em preço, valor para venda no mercado e obtenção de lucro, abstraindo os caracteres anteriores (por exemplo, o tecelão X, que produz determinado tecido e é empregado pelo capitalista Y). Colocados os produtos no mercado, os homens tornam-se agentes passivos, sendo regulado o intercâmbio por relações nas quais os produtores são meros “espectadores” sem papel ativo.

Pronta a mercadoria, esta não mais se relaciona com seu produtor a não ser de forma acidental, como no consumo privado, não arrolado diretamente com sua produção. Como estes produtos se constituem em objetos físicos do qual as pessoas podem utilizar-se através da compra no mercado, não são percebidas as relações determinadas que as produziram, tampouco são levados em conta seus agentes,

dando ares de realidade autônoma a estas mercadorias, pois são momentos distantes da realização do consumo e que não aparecem conectados ao mesmo. Aparecem como mercadorias que “tem um valor e preço próprios (GOLDMAN, 1979, p. 125)”. Este fenômeno se acentua mais caso a atividade seja não especializada e parcelar, para os produtores, que não se vêem como responsáveis pelo processo final da produção, mas se relaciona apenas com a atividade fragmentada e com os seus ganhos particulares, expressos no salário, compreendendo a própria força-de-trabalho como mercadoria.

Em resumo, a economia mercantil, e em particular a economia capitalista, tende a substituir na consciência dos produtores o valor-de-uso pelo valor-de-troca e as relações humanas concretas e significativas por relações abstratas e universais entre vendedores e compradores; tende, assim, a substituir no conjunto da vida humana, o qualitativo pelo quantitativo. Além disso, separa o produto do produtor, e fortalece, por isso mesmo, a autonomia das coisas em relação à ação dos homens e à mutação (GOLDMAN, 1979, p.125).

Sendo o homem mero suporte de valor, outra mercadoria, é posto ao lado dos demais valores de troca como iguais. Assim, as “coisas inertes” são cambiáveis por dinheiro em uma relação direta e não conectada com os produtores. O que compreende o fenômeno da reificação é, portanto a autonomização do setor econômico através da introjeção deste nos demais setores da vida, transformando tudo em suporte de valor para obtenção de lucro. No exemplo de Goldman:

Isso é fácil de constatar em qualquer domínio da vida espiritual. Atenhamo-nos – apenas a título de exemplo – à literatura e ao cinema. Um livro ou um filme são, em primeiro lugar, entre outras coisas, mercadorias. Como tal, inserem-se num setor da produção capitalista que não sobreviveria se não fosse rentável, se não produzisse lucros (GOLDMAN, 1979, p.134).

Nesta lógica, tornando-se o próprio homem fonte de extrair valor, gerar lucro, e lucro a outra pessoa, o trabalhador não vê a realização de suas necessidades através do trabalho a não ser como fonte mediadora de rendimentos necessários à sua sobrevivência, e não atividade fim. Segue que o seu trabalho é trabalho alienado, servindo diretamente ao seu empregador. A reificação, para Goldman, é

reflexo direto da produção dirigida ao mercado e não planificação ou planejamento das necessidades coletivas.

3.1 Taxa Decrescente do Valor-de-Uso – Aumento do Desperdício

No que concerne ao aumento da utilização da reciclagem, acredita-se que um componente fundamental para a compreensão de tal situação está diretamente ligado às formas de produção atuais, caracterizadas pelo aumento do desperdício e diminuição da durabilidade das mercadorias, como fórmulas para o aumento da lucratividade e está expresso na taxa decrescente do valor-de-uso das mercadorias (MÉSZÁROS, 2002).

A taxa de utilização decrescente é percebida em três setores do consumo, de acordo com Meszáros. O primeiro se refere aos bens e serviços, que tem seu círculo de consumo aumentado quando são oferecidas novas mercadorias às camadas populares, transformado em consumo de massa. Estes bens apresentam baixa qualidade pelos motivos apresentados anteriormente, pela dissociação da relação direta do valor-de-uso e do valor-de-troca, com vias ao aumento do lucro, movimentos próprios da lógica de acumulação.

O segundo elemento diz respeito à maquinaria e as instalações para produção e consumo e relaciona-se diretamente com o primeiro elemento. Expandido o consumo, dirigindo-se este às massas, o capital atinge novos limites para expandir-se. Tal expansão se dá com a redução do tempo de vida útil do maquinário e instalações. Este ocorre através da “obsolescência planejada”, empregando tecnologias que têm o intuito diretamente ligado ao lucro e não necessariamente ao aumento ou melhoria das condições de produção. Tal obsolescência se dá, por exemplo, através dos programas de qualidade total (ANTUNES, 2003), montados para ditar parâmetros artificiais que definem como se dará a substituição do maquinário, forma planejada de substituição lucrativa. Este se refere tanto aos produtos destinados ao consumo

privado, como por exemplo, os computadores pessoais, quanto ao maquinário produtivo. Estes últimos, tendo sua durabilidade reduzida, necessitam repor o seu valor mais rapidamente. Tais práticas elevam os níveis do desperdício através da subutilização dos produtos.

O terceiro elemento se refere à força-de-trabalho, a maneira como esta é utilizada dentro do modelo de produção atual e o elemento contraditório que carrega, pois é descartada ou sub-utilizada, e são os sujeitos ligados ao consumo os necessários à perpetuação do sistema. Desta forma, o capital individual procura reduzir custos, mas, ao mesmo tempo, a aumentar o círculo de consumo. Assim, se faz necessário buscar outras formas de aumentar os ganhos, além do número de produtos a vender, também reduzindo o custo de produção, diminuindo salários, por exemplo.

Estando, pois, a taxa de utilização decrescente do valor-de-uso das mercadorias intimamente ligada à necessidade de aumentar a velocidade do ciclo de consumo dos produtos, isso se dá com o emprego de formas de produzir que levam em conta tão somente a lucratividade ou a realização das mercadorias, independentemente da quantidade ou durabilidade do valor-de-uso a ser utilizado na concretização do valor-de-troca. Esse fato torna esta produção mais agressiva ao ambiente, devido à utilização das novas tecnologias que não observam fatores qualitativos, elementos ligados à natureza, como a utilização de materiais biodegradáveis, ao invés daqueles produzidos com derivados de petróleo.

A produtividade é identificada com o crescimento, sendo compreendido útil todo bem vendável, sendo assim, não referido imediatamente ao valor-de-uso, mas ao de troca. Neste sentido, o que identifica as necessidades, de maneira a satisfazer o que é biologicamente e socialmente necessário, é ultrapassado pela lógica de criação de necessidades baseada na óptica do aumento do lucro privado e não dos ganhos sociais. Tal se dá em razão das características sistêmicas que criam necessidades artificiais referidas, de forma subordinada, à mediação do mercado, o qual age sobre a seletividade do consumível, manipulando os gostos através da propaganda.

Em essência, para o autor, a desregulação sistêmica da produção, e conseguinte taxa de utilização decrescente do valor-de-uso se dá como um determinante sistêmico do capital, quando da separação do trabalhador de seus

meios de produção. A partir daí o controle da produção e consumo é modificado, pois trata de subordinar os valores de uso ao valor-de-troca, criando a forma de controle social reificada ou alienada. A utilização dos produtos não é imediatamente relevante, desde que seu valor-de-troca seja realizado, mediante sua disposição no mercado. O útil é o que pode ser vendido e não por qualidades inerentes às possibilidades de consumo, forma qualitativa de encarar a produção. Do ponto de vista do capital, quanto mais valor-de-troca for realizado, melhor é do ponto de vista da acumulação, característica fundamental para sua reprodução e continuidade sistêmica. Daí, como o valor-de-uso não pode ser dissociado do valor-de-troca, sendo, aliás, o receptáculo deste, quanto mais rápido o ciclo de reposição da mercadoria, quanto maior for a necessidade de realizar novo consumo, melhor para o capital, pois aumenta a velocidade de seu ciclo de reprodução.

O capital torna possível tal situação através da redução da durabilidade e aumento de valor agregado não diretamente consumível, ligado à necessidade motivadora do consumo específico, mas pago pelo consumidor, de forma a adicionar maior lucro às operações individuais pela depreciação do conteúdo do produto que interessa imediatamente para o consumo.

Nesse sentido, o que é verdadeiramente vantajoso para a expansão do capital não é um incremento na taxa (ou grau) com que uma mercadoria – por exemplo, uma camisa – é utilizada e sim, pelo contrário, o decréscimo de suas horas de uso diário. Enquanto tal decréscimo for acompanhado por uma expansão adequada do poder aquisitivo da sociedade, cria-se a demanda por outra camisa. Ou seja, em termos mais gerais, se a taxa de utilização de um determinado tipo de mercadoria pudesse ser diminuída de, digamos, 100% para 1%, mantida constante a demanda por seu uso, a multiplicação potencial do valor-de-troca seria correspondentemente centuplicada (isto é, assumiria a estonteante figura de 10.000%). De fato, essa tendência de reduzir a taxa de utilização real tem sido precisamente um dos principais meios pelos quais o capital conseguiu atingir seu crescimento verdadeiramente incomensurável no curso do desenvolvimento histórico (MESZÁROS, p. 661).

A necessidade da acumulação como característica essencial do capital é o que o torna, enquanto modo de produção, e considerando as novas possibilidades de produção a partir da revolução tecnológica, insustentável, pois tem de constantemente crescer para perpetuar-se, não significando tal crescimento a ampliação do consumo, mas que ele carrega consigo cada vez maior número de elementos materiais necessários à realização da mercadoria para garantir os novos

patamares de lucro. O desenvolvimento produtivo é acompanhado por formas de desperdício crescentes, intrínsecas à necessidade auto-expansiva do capital. As necessidades humanas são postas em relação antagônica com as necessidades da produção, em que o primeiro tenciona a fruição do valor-de-uso e outro procura o aumento do valor-de-troca. A expressão de tal fenômeno é a maneira como são aplicadas as inovações tecnológicas, que apropriadas pelo capital, são instrumental de lucro, modelo reificado de ciência. O instrumental tecnológico posto em movimento pelo sistema produtivo busca aumentar a produtividade através do aperfeiçoamento do maquinário empregado. Via de regra, se diminui o custo produtivo reduzindo a mão de obra empregada diretamente, aumentando desta forma o desemprego em massa.

Tal forma de produzir alcança caráter sistêmico na medida em que não está ligado somente aos produtos, mas à própria forma, à tecnologia empregada para a produção. No constante revolucionamento tecnológico, o aparato, o maquinário, a divisão do trabalho, nos mais diversos setores, são descartados, havendo, portanto, o desperdício não exclusivo às mercadorias, subutilizadas no consumo privado, mas na própria produção, incluindo aí trabalhadores que têm sua especialidade descartada, pois tornada obsoleta.

Com este avanço produtivo, a procura do equilíbrio entre produção e consumo, de acordo com Meszáros, é extremamente problemática em uma sociedade que tende a produzir cada vez mais mercadorias descartáveis. O equilíbrio toma a forma, então, do consumo perdulário, diminuindo o tempo de vida útil das mercadorias de modo artificial. Esta taxa de utilização decrescente não se refere a uma natureza própria da produção, mas ligada à formação social na qual são produzidos os bens. Como é direcionada ao consumo enquanto meio de obtenção de lucro, não é diretamente preocupada na preservação de recursos necessários ao consumo contínuo, reutilizável, se esta preocupação não é referida ao ganho individual. Molda, de forma sistêmica, o consumo que deveria se dar de forma durável, em imediato, supérfluo. Tais avanços trazem consigo modificações qualitativas que se referem diretamente à taxa de utilização decrescente, pois sendo as possibilidades tecnológicas à produção cada vez mais ilimitadas, o consumo de luxo tende a ser relativizado em inúmeros setores, pela possibilidade aberta do

aumento da produtividade, pois abre tempo socialmente disponível para novos ramos produtivos, explora novas necessidades geradas pelo desenvolvimento social.

Mészáros refere-se, principalmente, aos produtos de consumo durável ao trabalhar este conceito, como por exemplo, o tempo de vida útil cada vez menor dos computadores que, em função de novas tecnologias, tornam-se obsoletos em questão de meses, ou de maquinarias que poderiam servir como meios de produção e que são substituídos por novos inventos antes mesmo que sejam utilizados. Pensemos nos eletrodomésticos de antigamente, como as geladeiras, que duravam praticamente a vida toda. Enfim, bens de consumo durável que têm sua durabilidade reduzida para que seja necessária nova compra de mercadorias. No entanto, este conceito também se estende aos produtos de consumo imediato, como produtos de alimentação.

A síntese desta lógica é que os produtos devam durar pouco ou ser agilmente repostos no mercado, desconsiderando, no entanto, quão supérfluos o sejam, ou ainda, quanto de valor supérfluo, como propaganda, deve ser agregado ao produto para realizá-lo. No que diz respeito à lógica da realização das necessidades, desde que economicamente viáveis, e, portanto lucrativas, portadores de valor-de-troca que se realizem, esta produção é conseqüentemente justificável. Neste sentido, pode-se falar em uma lógica destrutiva da produção, pois desconsidera o desperdício das operações realizadas, ou o quão consumido é ou não um produto em sua integralidade, desde que se realizem os valores de troca das mercadorias.

Para esta análise, nos deteremos no ciclo produtivo das mercadorias de consumo imediato, como produtos para alimentação, higiene, etc. Estes apresentam significativa taxa de utilização decrescente de seus valores de uso através da adoção de práticas produtivas que tem aumentado, por exemplo, a quantidade de embalagens descartáveis utilizadas, seja através da redução da unidade das mesmas (latinhas de alumínio cada vez menores, tamanho *baby*) ou pela substituição de embalagens antes retornáveis. Sendo assim, segue a mesma lógica de necessidade de aceleração do ciclo de consumo, empregando para tal uma forma destrutiva de produção, a qual se verifica no aumento do lixo produzido diariamente. Desta forma, no exemplo dado, também é reduzido o valor-de-uso efetivamente consumido do produto em relação ao seu valor total, que toma parte deste como valor agregado, como exemplo das embalagens menores. Estas se tornam resíduo

ao consumidor final, mas contabilizada ao ser produzida a mercadoria em questão e paga por este, ou seja, tendo realizado seu valor-de-troca, o que, de fato, é o que importa nas operações capitalistas.

Esta é, portanto, a variante da taxa decrescente de utilização do valor-de-uso das mercadorias de consumo imediato. O que é efetivamente consumido do produto é, em muitos casos, a menor parte constituinte do valor da mercadoria produzida, sendo o restante do valor não consumido de forma útil, e logo, descartado, causando impactos negativos crescentes ao ambiente, importando ao capital somente o fato de a mercadoria ter sido paga pelo consumidor. O resultado deste processo é um círculo vicioso, no qual cada vez mais deve ser produzido, para manter as taxas de lucro e com mais desperdício, de acordo com o processo descrito acima. Daí acredita-se que surja o crescimento da utilização da reciclagem, não como uma forma alternativa e ecológica de produção, mas inteiramente concatenada com a produção capitalista destrutiva, pois não a modifica, apenas a auxilia a perpetuar-se econômica e ambientalmente.

Como já foi dito, temos que a taxa decrescente de utilização do valor-de-uso diminui o valor efetivamente consumido e aumenta o valor residual não consumido das mercadorias, que se não reutilizadas, tornam-se rejeito. O que ocorre, portanto, é que com o aumento da demanda industrial de materiais que sirvam à produção destas mercadorias, uma quantia cada vez maior de materiais que se tornariam rejeito, são reinseridos no ciclo produtivo através da reciclagem. Esta prática se vista de forma isolada, ou seja, sem levar em conta a forma como é reintroduzida no ciclo produtivo, acaba sendo percebido como positiva, porém há de se considerar o processo de trabalho, para verificar que está inserida na lógica destrutiva do capital que dilapida, além do ambiente, a força-de-trabalho, no caso, a dos catadores, através da forma como é dispendida.

Os materiais reinseridos no ciclo produtivo, como matérias-primas, contêm em si um valor residual, como dito anteriormente, pois não foram consumidas, e sim descartadas, contendo a materialização de dispêndio de força-de-trabalho pretérito na sua produção. Assim, no processo de catação, o valor contido nesta mercadoria que será reintegrado ao processo produtivo através da reciclagem é depreciado ao ser adquirido pelo atravessador a um preço inferior ao seu valor residual (trabalho-

morto, pretérito), o qual foi recuperado e logo acionado por novo dispêndio de força-de-trabalho por parte do catador, trabalho vivo.

Sendo assim, está contido aí o ganho dos atravessadores, bem como o das indústrias, em que há consumo de força-de-trabalho na catação destes materiais, e que tendo expressado no valor destes materiais recicláveis a sua remuneração e estando a mesma depreciada, o catador tem que gastar maior tempo de trabalho para satisfazer suas necessidades. É nesta medida que se acredita que o processo de reciclagem segue a lógica de redução de custos através da utilização de força-de-trabalho precarizada e informal, lhe fornecendo matéria-prima para novo processo produtivo, qualitativamente diferenciado da matéria-prima advinda do primeiro ciclo de produção, ou não reciclada, o que se verifica na economia de energia para rebeneficiamento da mesma⁴, pois resultado de trabalho anterior. Tais materiais recicláveis têm de necessariamente ser mais baratos do que a matéria virgem para serem rentáveis.

Ainda neste sentido gera valor não pago na catação, pois o material recuperado é depreciado, e, desta forma, uma parte do tempo de trabalho empregado na catação, torna-se trabalho não pago e repassado aos atravessadores e à indústria, o que torna o setor lucrativo comparando-se àqueles setores que utilizam matérias-primas virgens. Também seu trabalho tem caráter produtivo pelas suas características, pois recupera e acrescenta insumos a preço baixo à produção, sendo trabalho útil, pois cria valor-de-troca, ao reativar as propriedades de material inerte e, em termos capitalistas, produtivo, por gerar lucro ao industrial ou atravessador. Não realiza a mercadoria somente, tem de utilizar força-de-trabalho para recuperá-la, transforma valor potencial, adormecido ou não realizado no primeiro ciclo produtivo, realização da mercadoria manufaturada com matéria-prima virgem, em valor ativado pela intermediação com ambiente natural modificado.

É no destino final ou ambiente modificado, em que é realizado o trabalho dos catadores, recuperando valores-de-uso, mercadorias já realizadas, as quais só podem ser reinseridas no ciclo produtivo por novo dispêndio de força-de-trabalho, pela catação, atividade que está subsumida formalmente⁵ ao capital pela forma

⁴ Segundo Sabetai Calderoni (2003) a economia de energia para beneficiamento de matéria-prima advinda da coleta realizada por catadores é de 95% para o alumínio, 78,7% para o plástico, 71% para o papel, 74% para o aço e 13% para o vidro.

⁵ Meios de trabalho próprios e auto-assalariamento (MARX, 2004, p.162).

como se executa e é remunerada, a qual não advém de forma precedente de trabalho, mas como resultado do metabolismo entre sociedade e natureza (FOSTER, 2005) alienado (estranhado) e que possibilita a exploração de força-de-trabalho dos catadores através da depreciação do seu preço de trabalho, meio de reduzir os custos da reciclagem. Toda redução dos valores ofertados pelas mercadorias recicláveis são, geralmente, repassados aos catadores.

4 CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO DE PELOTAS

Acredita-se que um traço marcante no desenvolvimento da ocupação da mão-de-obra do município, que se sustenta no crescimento de ocupações irregulares e mal pagas, é causada pela incapacidade de absorção de força-de-trabalho pelos setores produtivos, estagnado há anos e que apresenta características pouco dinâmicas e utiliza-se em grande parte destes trabalhadores de forma sazonal, tornando as possibilidades de trabalho dentro da cidade limitadas, tendo no setor terciário o maior contingente de trabalhadores (VARGAS, 1994). Tal situação acaba gerando um maior contingente da população local com baixos rendimentos, o que não foge à regra brasileira.

Tabela 1: Pessoas de 10 ou mais anos de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e a categoria de emprego no trabalho principal de Pelotas.

Faixas de Rendimento	%
Até 1 sm	20,5
1 a 2 sm	28,7
2 a 3 sm	12,5
3 a 5 sm	13,2
5 a 10 sm	12
10 a 20 sm	5
Mais de 20 sm	2,5
Sem rendimento	5,6
Total	100

Fonte: Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Conforme se pode observar na tabela acima, 54,8% das pessoas ocupadas encontram-se ganhando até 2 salários mínimos ou não tem rendimentos, demonstrando o baixo índice de rendimentos da população em razão das formas de

trabalho predominantes no município que são em sua maioria estabelecidas pela falta de direitos trabalhistas e portanto depreciam o valor da força-de-trabalho.

Tabela 2: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e a categoria de emprego no trabalho principal de Pelotas

Categoria de Emprego	%
Empregado carteira assinada	39,5
Militares/ funcionários públicos	6
Sem carteira	17,2
Empregadores	3,3
Conta própria	29
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	4
Trabalhadores na produção para o consumo próprio	1
Total	100

Fonte: Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

De acordo com a tabela acima, 17,2% da população que se encontra ocupada está empregada sem carteira de trabalho assinada, possibilitando o rebaixamento do valor de sua força-de-trabalho pela não observância do cumprimento dos direitos trabalhistas, e ainda 29% da população trabalha, segundo o censo, por conta própria, sendo parte destes caracterizados também por trabalhadores sem carteira de trabalho. A diferença é que estes não estão diretamente subordinados a um empregador, porém, parte deste contingente contabiliza aqueles trabalhadores expulsos do mercado de trabalho formal e que tem de, necessariamente, dedicar-se a atividades autônomas.

Ambas as categorias somadas totalizam 46,2% do universo pesquisado e caracterizam os trabalhadores informais que, se acredita, têm os piores índices de ganhos familiares (excetuando obviamente os desempregados, que não entram neste cálculo, de acordo com o método de IBGE, que diz respeito somente àqueles que se declaram realizando alguma atividade remunerada).

Para uma noção ampliada, que abranja o total de pessoas para que se inclua aquela parcela da população desempregada, utilizou-se como referência a próxima tabela que contabiliza os rendimentos nominais mensais, não tendo relação com a ocupação dos pesquisados.

Tabela 3: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal de Pelotas

Faixas de Rendimento	%
Até 1 sm	17,3
1 a 2 sm	17
2 a 3 sm	8
3 a 5 sm	8,3
5 a 10 sm	8
10 a 20 sm	3,3
Mais de 20 sm	1,8
Sem rendimento	36,5
Total	100

Fonte: Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Procedendo desta forma, calculou-se o total de habitantes do município que se encontra em situação de precariedade no que diz respeito aos rendimentos familiares, mas não necessariamente significando trabalho precário ou informal.

Quando se somam as categorias sem rendimento e de ganhos até 2 salários mínimos, o total observado de pessoas com baixos rendimentos gira em torno de 191.117 pessoas, que representam 70,8% do total pesquisado, demonstrando assim uma parcela expressiva da população do município que vive em uma situação de fragilidade sócioeconômica.

Nesta perspectiva analítica percebe-se que o município de Pelotas está perfeitamente integrado à lógica produtiva atual, a qual procura desestruturar o maior contingente possível de trabalhadores, através da superexploração de sua força-de-trabalho, o qual é expresso nos seus rendimentos diretos e pelas formas de trabalho. Uma das formas mais comuns de sobrevivência para um contingente crescente de trabalhadores e que se insere nas descrições acima, será a catação de materiais recicláveis.

5 AGENTES PRIVADOS DA RECICLAGEM EM PELOTAS

Os catadores de materiais recicláveis na cidade de Pelotas realizam sua atividade principalmente em dois locais: as ruas da cidade ou o aterro controlado do município. A maioria é composta pelos trabalhadores que coletam os materiais nas ruas da cidade, e em especial no centro, deslocando-se de bairros mais distantes, como Três Vendas, Fragata e Areal, bem como de regiões mais próximas ao centro, como os bairros Porto e Várzea. A ocupação do espaço urbano por parte deste segmento de trabalhadores ocorre nas periferias, que hoje conta com 60 regiões no município (989,42 hectares), as quais são classificadas pelo Plano Diretor⁶ como Áreas de Especial Interesse Social (AEIS). São assim denominadas em razão da situação de vida da população que ocupa estes locais e também pela situação de irregularidade dos terrenos - por serem terrenos municipais, federais ou particulares. Existe a regularização jurídica, mas não há a regularização urbanística. Estas áreas estão localizadas em logradouro público ou em áreas verdes⁷, espaços demarcados como praças.

Ainda, deste total, nove encontram-se em Áreas Ambientalmente Degradadas (60,25 hectares), pois sua ocupação causou impacto negativo pela destruição do ambiente natural e, conseqüentemente, a não existência de infra-estrutura mínima prejudica os moradores destes locais. No campo subjetivo, esta denominação lança um estigma sobre estas pessoas, como responsáveis pela degradação local⁸.

Como ocorria no passado, a ocupação destas áreas não se dá de forma planejada e por livre iniciativa de seus ocupantes, mas sim pela impossibilidade de

⁶ Informações sobre o Plano Diretor e saneamento coletadas em entrevista realizada no dia 06 de outubro de 2006 com Fernando Caetano, Arquiteto, participante da equipe técnica responsável pela montagem do Plano Diretor de Pelotas.

⁷ Dados fornecidos pelo Naurb-Faurb-UFPEL sob responsabilidade de Nirce Saffer Medvedovski (Profa. Dra. Arquiteta).

⁸ "A Prefeitura limpa, a população suja." Diário Popular, Pelotas, 22/06/2006.

arcar com as despesas de aluguel ou financiamento de imóvel em outra região, pois os moradores das periferias são geralmente aqueles trabalhadores que exercem atividades informais, ou seja, sem direitos trabalhistas, com baixos rendimentos mensais, não podendo, em sua maioria, arcar com uma despesa fixa⁹.

Tal situação de moradia não pode ser interpretada sem se observar as formas de trabalho desempenhadas pelas pessoas que ocupam a periferia, ou seja, que a ocupação laboral é determinante para a ocupação espacial, fortalecendo a constatação de que a cidade é dividida por classes. Percebe-se que as moradias precárias localizadas na periferia refletem a redução do valor da força-de-trabalho e resultam em dispêndio de sobretrabalho quando seus ocupantes constroem suas casas, forma predominante de moradia em muitos locais (SEVERO, 2005).

Soma-se a isso a falta de infra-estrutura, ou bens de consumo coletivos, que deixam de ser oferecidos a estas parcelas da população, devido à lógica pela qual o Estado é pautado, deixando de investir em bens tais como; lazer, saúde, saneamento; e os investidos em bens de capital, que são apropriados ou utilizados pela iniciativa privada, na forma de isenções fiscais e vias de transporte para vazão da produção. Mesmo quando aplica na infra-estrutura, esta pode acabar sendo apropriada por especuladores imobiliários. Segue-se que o rebaixamento do valor do trabalho torna o acesso aos bens imóveis ainda mais difícil, pois muitas vezes os trabalhadores tem de realizar a construção de suas moradias para economizar o valor que seria pago a um pedreiro. Os ganhos para a moradia deveriam estar presentes nos rendimentos destes trabalhadores, o que não ocorre, sendo necessário sobretrabalho. No lado do Estado, a ausência de bens de consumo coletivo expressam a condição de espoliação urbana a qual a maioria da população está submetida (KOWARICK, 1983).

O resultado das péssimas condições de trabalho e moradia, somadas ao não oferecimento da infra-estrutura por parte do Poder Público, gera a maior incidência de doenças nestas regiões periféricas, as quais poderiam ser evitadas ou minimizadas através do oferecimento de serviços de saneamento. Onde antes havia

⁹ Como aqueles trabalhadores que no passado não tinham como pagar os financiamentos oferecidos para morar em vilas operárias e ocupavam os cortiços que não ofereciam serviços de infra-estrutura (Labirintos ao Redor da Cidade: as vilas operárias em Pelotas, Lorena Gill, 2006, p. 14). Na atualidade é possível fazer a comparação com o financiamento oferecido para o Projeto de Arrendamento Residencial (PAR), subsidiado pela Caixa Econômica Federal, o qual não é acessível para estas camadas de trabalhadores pelo valor elevado das parcelas.

doenças como a febre tifóide, varíola, peste bubônica ou tuberculose (GILL, 2006), agora são constatadas anemias sem causa detectável e viroses que não se curam, por insuficiência alimentar, ambas responsáveis pela maior mortalidade da região periférica, principalmente a infantil. Estas doenças estão associadas diretamente à falta de saneamento, pois o esgoto a céu aberto carrega efluentes não tratados residenciais e industriais, ressaltando-se a presença de metais pesados, responsáveis pela contaminação do ambiente e das pessoas diretamente em contato com o mesmo, depositando-se no organismo e não se apresentando como causa principal da doença. Mesmo havendo uma melhoria na saúde pública em termos absolutos, as taxas de mortalidade, nas regiões de ocupação irregular não decaem, fruto desta contaminação associada às condições de vida das pessoas de baixa renda, que podem apresentar insuficiência alimentar que se consorcia com as condições ambientais de seu local de moradia.

Em Pelotas, segundo entrevista com arquiteto que presta serviços para a Prefeitura, o local que mais chama a atenção pela degradação social e ambiental é a ocupação Anglo, localizada no prosseguimento da Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, junto ao Canalete do Pepino. Neste local, um dos entrevistados relatou que o lodo retirado do esgoto é utilizado pelos moradores da ocupação como aterro para construção de suas casas, que totalizam 34 residências localizadas em áreas de risco, sendo que esta área contém um índice muito maior de detritos do que o normal, pois este esgoto não tem vazão até o Canal São Gonçalo, ficando depositado no ambiente. Segundo o seu relato, quando em inspeção no local, viu crianças se pintando com este lodo para brincar. Tal situação, aparentemente, está para ser modificada pela Prefeitura Municipal de Pelotas, a qual pretende construir casas populares com financiamento da Caixa Econômica Federal¹⁰, coincidentemente próximo à região onde será instalado o novo Campus da UFPEL.

Consoante a esta série de problemas de moradia periférica, ocupadas por catadores que realizam separação prévia em casa, são criados verdadeiros lixões nos pátios destes trabalhadores, aumentando a poluição e a contaminação, especialmente na referida área, bem como nas regiões próximas aos canais de drenagem de esgoto a céu aberto.

¹⁰ Regularização Reafirmada. Diário Popular, Pelotas, 08/10/2006.

Ressalta-se, ainda que, no município, as regiões de maior risco, em razão da geografia local, são as baixadas, em que ocorrem maiores riscos de alagamentos, e, por serem mais desvalorizadas, são deixadas vazias e ocupadas de forma irregular. Muitas destas regiões localizam-se nas imediações do centro da cidade, onde se concentram grande parte dos catadores locais de materiais recicláveis.

Destas áreas, os catadores vão geralmente para a região central que concentra os maiores comércios, além de grandes condomínios residenciais que descartam maiores quantidades de materiais recicláveis com maior frequência, pois o lixo é coletado diariamente pela Prefeitura e, dessa forma, também a população o coloca à disposição todos os dias.

5.1 Catadores de Rua

Para a determinação dos ganhos dos catadores de rua, a pesquisa demonstrou que parece não haver uma relação direta ou exclusiva entre os rendimentos e o tempo de trabalho. A maioria dos trabalhadores realiza mais do que oito horas diárias, geralmente nos períodos da manhã e tarde, havendo muitos casos de catadores que realizam a coleta durante a noite, pois assim recolhem o material antes que o caminhão coletor o faça e também reduzem a competição com outros catadores, pois seu fluxo, neste horário, é bem menor.

De acordo com os cruzamentos realizados entre renda e tempo de trabalho, considerando-se o número total de horas por dia e o total de dias da semana trabalhados, as faixas que recebem menos de 1 salário mínimo mensal e aqueles que recebem de 1 a 2 salários mínimos apresentam poucas diferenças. Os de menores ganhos, no conjunto, chegam a trabalhar maior quantidade de tempo por dia do que os catadores com ganhos superiores a um salário.

Do total de 43 entrevistados, entre homens e mulheres, 22 encontram-se na faixa de rendimento de 1 a 2 salários mínimos. A maior parte deles trabalha mais do que oito horas diárias.

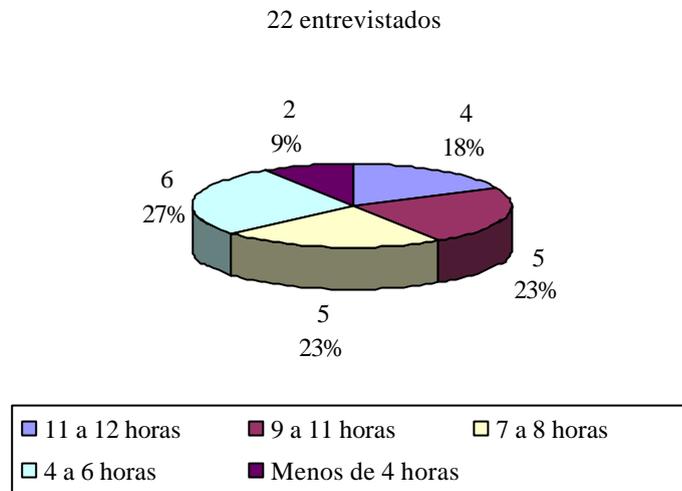


Figura 2: Horas de trabalho por dia dos entrevistados com rendimentos de 1 a 2 salários mínimos

Também, em sua maioria, realizam dois turnos de trabalho diários, durante toda a semana, sem dia de descanso para muitos destes.

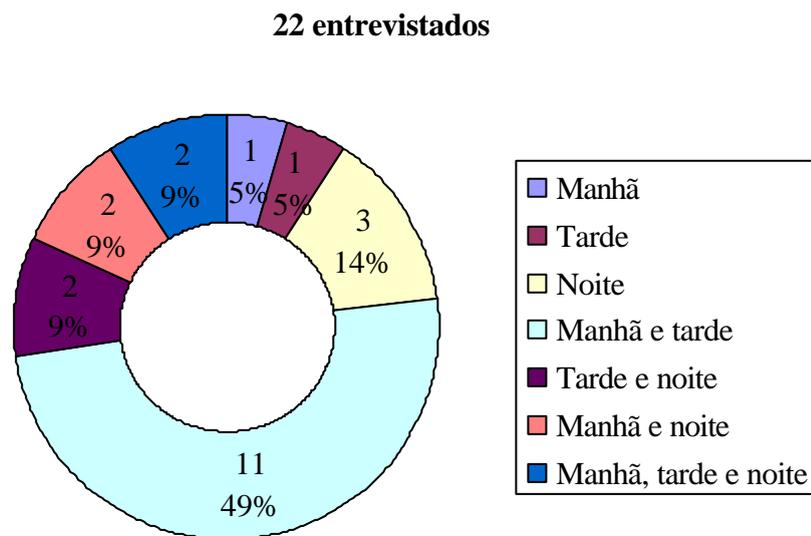


Figura 3: Turnos de trabalho por dia dos entrevistados com rendimentos de 1 a 2 salários mínimos

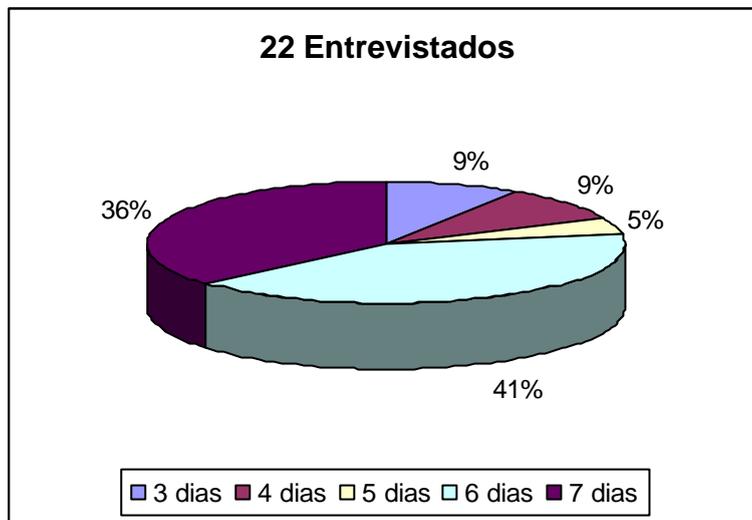


Figura 4: Dias trabalhados em uma semana dos entrevistados com rendimentos de 1 a 2 salários mínimos

A maioria, conforme demonstrado acima, trabalha de seis a sete dias por semana, o que combinado com os turnos longos, resulta em uma longa jornada de trabalho. Somado a isso, têm à disposição para o trabalho diário o carrinho de tração humana, na maioria dos casos. Utilizam também a charrete, de tração animal, e poucos não dispõem de qualquer transporte para o material coletado, carregando-o nas costas.

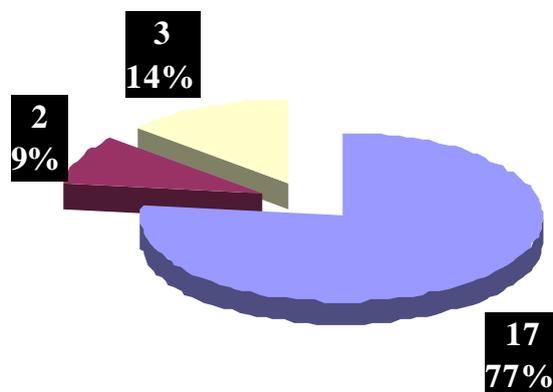


Figura 5: Meios de trabalho dos entrevistados com rendimentos de 1 a 2 salários mínimos



A seguir, apresenta-se a tabela de cruzamento dos dias trabalhados na semana com o número de horas trabalhadas diárias, de forma a fazer a média do total de horas trabalhados pelos catadores com rendimentos de 1 a 2 salários.

Tabela 4: Cruzamento do número de horas com dias trabalhados por semana dos entrevistados com rendimentos de 1 a 2 salários mínimos

Horas de trabalho por dia	Dias de trabalho por semana						
	1 dia	2 dias	3 dias	4 dias	5 dias	6 dias	7 dias
11 a 12 h							4
9 a 11 h			1			4	
7 a 8 h				1	1	1	2
4 a 6 h			1			3	3
Menos de 4 h				1			
Total Entrevistados	22						
Média do total de horas trabalhadas por catadores em um mês	162 horas						

De acordo com o cruzamento realizado entre as horas de trabalho diário e os dias na semana trabalhados, verificou-se, portanto, que os catadores que declararam receber de um a dois salários mínimos têm de trabalhar, em média, 162 horas por mês para alcançar tais rendimentos.

A seguir, são apresentados os dados dos catadores que declararam receber menos de um salário mínimo em um mês de trabalho, os quais somam dezoito entrevistados.

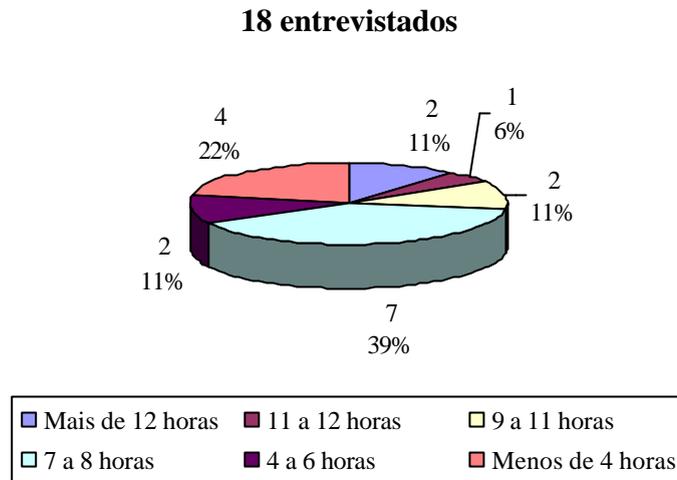


Figura 6: Horas de trabalho por dia dos entrevistados com rendimentos inferiores a 1 salário mínimo

Em comparação com os catadores que recebem de um a dois salários, os que têm rendimentos inferiores a um salário trabalham, em média, mais horas por dia. Também, trabalham em média, mais turnos por dia.

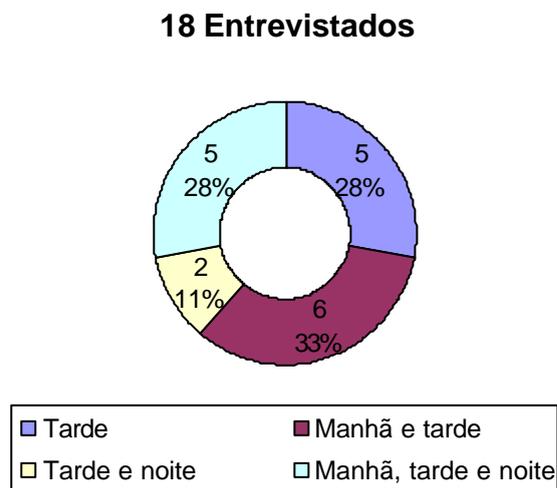


Figura 7: Turnos de trabalho por dia dos entrevistados com rendimentos inferiores a 1 salário mínimo

Observa-se, abaixo, que os catadores de rendimentos menores trabalham mais dias da semana que aqueles com maiores ganhos.

18 entrevistados

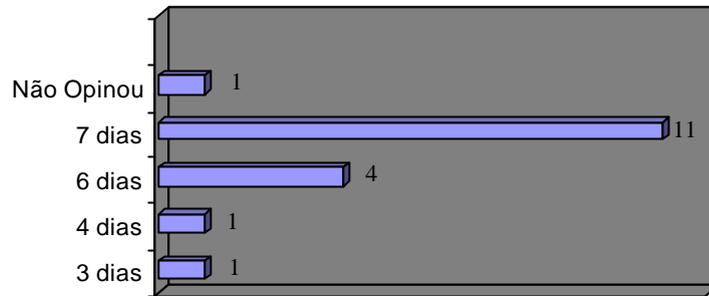


Figura 8: Dias trabalhados em uma semana dos entrevistados com rendimentos inferiores a 1 salário mínimo

Na figura abaixo são apresentados os meios de trabalho à disposição dos catadores com ganhos inferiores a um salário mínimo, e que novamente se diferencia dos dados dos catadores com ganhos superiores.

18 entrevistados

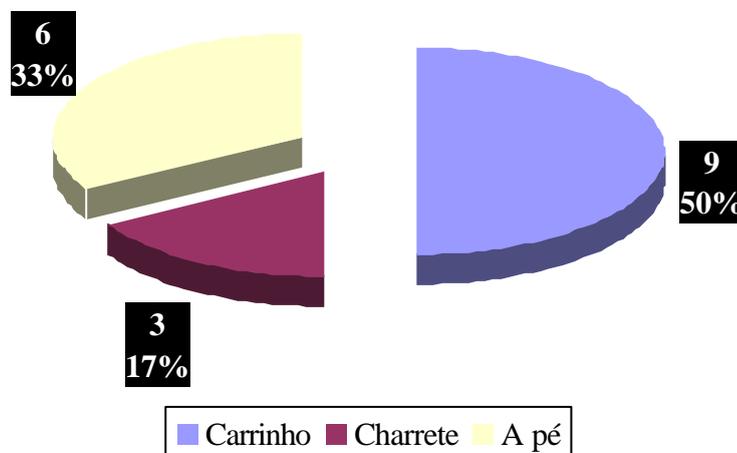


Figura 9: Meios de trabalho dos entrevistados com rendimentos inferiores a 1 salário mínimo

Este é o dado que mais diferencia as duas camadas de rendimento, pois muitos não têm à sua disposição qualquer meio de transporte, o que influencia em seus rendimentos, levando-os a compensar com maior número de horas trabalhadas.

Tabela 5: Cruzamento do número de horas com dias trabalhados por semana dos entrevistados com rendimentos inferiores a 1 salário mínimo

Horas de trabalho por dia	Dias de trabalho por semana						
	1 dia	2 dias	3 dias	4 dias	5 dias	6 dias	7 dias
Mais de 12 h							2
11 a 12 h							2
9 a 11 h							1
7 a 8 h						2	4
4 a 6 h				1		2	
Menos de 4 h			1				2
Não Opinou				1			
Total Entrevistados				18			
Média do total de horas trabalhadas em um mês				190 horas			

Conforme se pode observar acima, a maioria dos dados são bastante próximos, excetuando os meios de trabalho disponíveis, que apresentam uma diferença nas possibilidades de transporte, mas não são o único fator de limitação dos rendimentos. Assim, de acordo com os dados apresentados, o tempo de trabalho não é o fator de linearidade para mensurar a renda destes trabalhadores.

O mesmo não ocorre com aqueles que declararam receber 3 salários mínimos ou mais, sendo lineares os rendimentos cruzados com o tempo trabalhado. Contudo, neste caso, trata-se apenas de dois indivíduos, constituindo, os mesmos, a exceção na categoria, permanecendo a maioria na faixa de, no máximo, um salário ou menos¹¹.

¹¹ Na época da pesquisa, o salário mínimo era de R\$ 350,00.

Abaixo são apresentados os dois casos, que se diferenciam, principalmente, pelo número muito maior de horas trabalhadas por mês.

Tabela 6: Dados do entrevistado com Renda de 3 a 5 Salários Mínimos

3 a 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	1 ENTREVISTADO
Profissão anterior	Pedreiro com carteira assinada
Horas de trabalho por dia	9 a 11 horas
Horários de trabalho	Manhã, tarde e noite
Dias trabalhados em uma semana	7 dias
Meios de trabalho	Carrinho
Média de horas trabalhadas no mês	280 horas

Tabela 7: Dados do entrevistado com Renda de 6 a 10 Salários Mínimos

6 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS	1 ENTREVISTADO
Profissão anterior	Gerente de Clube
Horas de trabalho por dia	Mais de 12 horas
Horários de trabalho	Manhã, tarde e noite
Dias trabalhados em uma semana	7 dias
Meios de trabalho	Carrinho
Média de horas trabalhadas no mês	336 horas

Há ainda um entrevistado que não sabia os rendimentos oriundos de seu trabalho. O informante era uma criança, que há pouco começou a coletar materiais. Queixou-se que roubaram as latinhas de alumínio de sua casa. Até mesmo esses trabalhadores, com baixíssimos rendimentos, e ainda mais uma criança, são alvos de roubo.

Tabela 8: Dados do entrevistado que não sabia sua renda

NÃO SABE A RENDA	1 ENTREVISTADO
Profissão anterior	Estudante
Horas de trabalho por dia	4 a 6 horas
Horários de trabalho	Manhã e tarde
Dias trabalhados em uma semana	6 dias
Meios de trabalho	Charrete
Média de horas trabalhadas no mês	144 horas

Dos resultados dos rendimentos, compreende-se que os ganhos não estão ligados exclusivamente ao tempo despendido na coleta, pois a quantidade de material recolhido nas ruas não é determinada exclusivamente pelo tempo

trabalhado, sendo muito variável. Entre as variáveis estão o tipo de resíduos, modificadas de acordo com o recorte de classe econômico dos moradores dos locais onde se coleta. Quanto maior a renda dos moradores de determinado bairro, maior a probabilidade dos resíduos conterem maior quantidade de recicláveis. Também se considera os tipos de estabelecimentos comerciais e se eles disponibilizam os materiais para os catadores, as rotas realizadas e se há exclusividade na entrega de materiais. Isto é, não há uma relação exclusiva entre tempo trabalhado com o total coletado de material reciclável, sendo necessário considerar vários outros fatores para determinar o quanto de material cada catador consegue coletar diariamente, bem como os rendimentos oriundos da atividade.

Em resumo, o que parece determinar mais a renda dos catadores de rua do que o tempo é, necessariamente, a quantidade e os tipos de materiais coletados e esta é garantida por estratégias diferenciadas de trabalho, como as rotas percorridas e o relacionamento com os condomínios ou lojas. Se elas disponibilizam papelão, pet e alumínio, só para determinado catador, este pode ter uma vantagem extra em relação aos demais. É o caso de um dos entrevistados, que disse trabalhar somente quatro horas por dia e conseguir uma renda superior a R\$ 400,00 mensais, pois sai somente no final da tarde e passa em determinados comerciantes que já o conhecem e entregam o papelão somente a ele. Este catador criou uma “clientela” fixa, segundo o mesmo, que lhe permite trabalhar menor tempo por dia, enquanto outros, que não conseguiram ou não procuraram estabelecer esta relação, coletando somente em lixeiras durante todo o dia, tem de trabalhar muito mais, para conseguir um rendimento inferior ou próximo ao dele.

Mas, como esta situação não é o comum para a maioria dos catadores, e como também não há uma limitação da jornada por agentes externos, em razão da forma dos rendimentos destes trabalhadores, segue-se que, havendo a necessidade de coletar o maior número possível de materiais para efetuar a venda, suas jornadas são limitadas apenas por seus desgastes físicos diários, como se observou nas entrevistas realizadas. Dessa forma, elas podem variar de 4 horas até 18 horas, dependendo da capacidade física que estes catadores têm para percorrer a cidade.

A extensão das jornadas ocorre em função da forma de trabalho. Pode-se considerar que eles se auto-empregam, pois não tem qualquer relação formal com o comprador das mercadorias que coletam. Daí decorre que, apesar da aparente

autonomia que os catadores têm para realizar as tarefas, esta é determinada pela depreciação do valor da mercadoria coletada, imposta diretamente pelo atravessador.

Por não terem vínculos empregatícios regulados com os atravessadores, que são os compradores das mercadorias, sua jornada de trabalho não é remunerada pelo período de tempo trabalhado, mas pelas peças vendidas, e têm de geralmente trabalhar muito mais tempo do que aquelas jornadas regulamentadas por lei.

Assim, o maior tempo de trabalho é necessário para compensar a depreciação do valor da mercadoria que coleta para garantir sua sobrevivência. E ele está diretamente ligado ao comprador desta mercadoria, que passa do atravessador local para o atravessador de grande porte e deste para a indústria beneficiadora dos materiais recicláveis. O não-visível é que a exploração ainda se dá pela conexão produtiva, não do trabalhador-catador ao empresário, proprietário da indústria de reciclagem, mas do ciclo da mercadoria necessária à indústria, coletada pelo catador. No entanto, a diferença resulta da inexistência da subordinação formal do catador ao empresário, o que ocorre pela lógica produtiva deste setor. Em resumo, estes trabalhadores não são os controladores de sua vida produtiva (THOMPSON, 1987, p. 282) apesar da caracterização do seu dispêndio de força-de-trabalho como autônomos ou auto-empregados.

Em essência temos o catador na ponta inicial do processo, o atravessador, (que também é caracterizado como autônomo, mas que no ciclo da reciclagem desempenha o papel do capataz) no meio do processo, e finalmente a indústria, com suas sub-divisões internas ao final. Observa-se que neste setor de atividade, passa-se daquilo que Thompson denomina como capitalismo industrial disciplinado (1987, p. 291) ao capitalismo desregulamentado da autodisciplina, imposta pelas condições de miséria destes trabalhadores. É possível ver o que esta forma de trabalho faz com as crianças, pois, após as 19 horas pode-se observá-las disputando o material descartado pelo comércio do Calçadão da Andrade Neves e em frente ao Café Aquário na Rua XV de Novembro, dois locais centrais e que concentram muitas lojas em Pelotas.

Ressalta-se, não é o fim de um período de disciplina do trabalho e o começo de outro, mas a comunicação entre estas duas formas, pois a catação depreciada é o início do ciclo produtivo da reciclagem, tendo seu término na indústria, e nessa,

ainda conta a disciplina assistida ou regulada. Existe um *continuum* de tempos diferenciados de trabalho e, desta forma, a auto-disciplina é crescente.

Foram percebidas estratégias diferenciadas, maneiras de se autodisciplinar neste sentido. Muitos procuram realizar a coleta um pouco antes do caminhão de lixo passar naqueles bairros com moradores de maior rendimento, de forma a garantir a coleta do melhor material. No calçadão da cidade, em que há grande número de lojas, existe um constante recolhimento de materiais recicláveis por parte de catadores, geralmente os mesmos, e que permanecem durante parte do dia no local, pedindo os materiais, em especial o papelão, para os comerciantes. Já no final da tarde, o despejo de material é bem maior, fazendo com que haja um grande fluxo de catadores, sendo comum observar-se crianças trabalhando junto de seus pais para garantir maior quantidade de material, bem como brigas por pontos específicos, nos quais a maioria do lixo é depositado.

Alguns buscam ganhar a confiança de zeladores e síndicos dos condomínios residenciais, de forma a garantir a coleta de todo resíduo, mas, em muitos casos, isso não se mantém por muito tempo, pois quando não há quantidade satisfatória de material reciclável no total do lixo, eles acabam por abandonar a coleta nestes locais, ou reduzem a quantidade de vezes que realizam a mesma rota, o que ocasiona a irritação do doador do material, que não mais o entrega ao mesmo catador. Há, em razão disso, as reclamações dos condomínios, sendo a mais comum a de o catador não cumprir os horários ou dias estabelecidos informalmente para a coleta, ocasionando o acúmulo de material, bem como do fato que muitos selecionam aquilo que lhes interessa no local, deixando o restante, muitas vezes, espalhado.

Por parte dos catadores, a reclamação mais comum é sobre este fato, pois consideram que muitos moradores os tratam como lixeiros, lhes atribuindo a responsabilidade de recolhimento de todo material, tanto o orgânico quanto o reciclável, o que lhes traz mais dificuldades para o trabalho. Isso gera atritos com os moradores que, na maioria das vezes, não realizam a separação dos resíduos em casa. Também ocorrem desentendimentos com os moradores quando, mesmo se realizando uma pré-seleção dos materiais em casa, os catadores não levam todos, deixando os de menor valor comercial para serem recolhidos pela coleta regular. Isso se dá pela compreensão diferente que cada agente têm do sistema de reciclagem. Muitos destes moradores acreditam que já reciclaram o material, ao

dispor de forma separada aos catadores, confirmando a alienação em relação ao processo produtivo específico e as formas de trabalho dos catadores. Inclusive, acreditam estar fazendo um favor aos catadores, dando-lhes seu lixo.

Mas nem todo o material reciclável pode ser aproveitado lucrativamente pelos catadores. Uma das razões para isso é que muitos materiais não são comprados pelos atravessadores, como o isopor, a borracha, alguns tipos de plástico e o vidro. Os mais comercializados, e logo, os que são coletados pelos catadores são o pet, o papelão e o alumínio, principalmente. A reciclagem, antes de tudo, é um negócio que deve ser lucrativo, não fugindo à lógica sistêmica do capital de produção de mercadorias. Caso os atravessadores não queiram comprar determinados materiais, alguns são reaproveitados de maneiras diferenciadas pelos catadores, como o vidro. Este último é recolhido por alguns, para ser vendido aos produtores de doces artesanais ou cachaças caseiras, mas, em razão do baixo valor comercial, não é negociado com os atravessadores.

Sendo uma das principais reclamações da população em relação aos catadores de rua, a seleção que eles faziam do material nas lixeiras domésticas, a gestão da Prefeitura de 2001-2004 propôs a implantação do que denominou Contentores de Lixo Limpo (COLIPO) e Contentores de Lixo Orgânico (CORGA), que tinham como objetivo educar a população pela diferenciação dos materiais dispostos em cada uma destas lixeiras, separando, portanto, o material orgânico do reciclável. Também tinham como característica a forma como se acondicionava o lixo, protegido de intempéries por ser fechado, o que evitaria a criação do chorume, líquido tóxico proveniente da reação química do lixo misturado. Ainda, destacava-se que o material seria eficaz contra a coleta realizada por catadores não cadastrados, evitando que ficasse jogado no chão, pois o equipamento vinha com uma chave, o que faria que somente a Prefeitura ou catadores cadastrados recolhessem todo o material, de forma a evitar as reclamações sobre lixo na rua.

Foi realizado um projeto piloto no bairro Laranjal, escolhido por ter uma população residente mais concentrada e por ser distante do centro, bem como, acreditava-se, ter menor número de catadores no local, o que facilitaria as campanhas de educação ambiental sobre a coleta seletiva junto à população local. Desta forma, foram instalados no bairro Laranjal 15 COLIPOS e 1 no bairro Doquinhas no ano de 2002, bem como foi elaborado material educativo sobre a

coleta seletiva a ser entregue aos moradores destes locais (RAMB, 2002). Após este teste, a colocação dessas lixeiras foi expandida a todos os bairros, mais especificamente aos condomínios residenciais da região central, sobre os quais recaia a responsabilidade do pagamento dos mesmos. Por exemplo, todos os condomínios do Projeto de Arrendamento Residencial (PAR) têm este equipamento.

Mas, o que ocorreu após a implantação, ao contrário do planejado, foi o surgimento de novos problemas. O primeiro foi em relação à população que não fazia a separação dos diferentes resíduos, havendo até casos, de acordo com uma entrevista, dos moradores colocarem fezes e animais mortos dentro dos COLIPOS, segundo a fonte, por não gostarem da administração de então. Assim, ocorreu um trabalho extra para a equipe responsável pela coleta dos materiais que deveriam ser recicláveis, tendo que também realizar a limpeza e manutenção dos equipamentos dispostos na rua.

O segundo problema se referiu à pretensa inviolabilidade destes equipamentos por parte de pessoas não cadastradas. A experiência mostrou que as lixeiras eram facilmente abertas por qualquer pessoa que conseguisse uma chave Allen, responsável pelo fechamento do sistema da lixeira. Portanto, uma das vantagens do equipamento, o impedimento de catadores não cadastrados acessarem o material reciclável e a não disposição destes na rua, não se efetivou. O acesso de qualquer pessoa ao material das lixeiras, salvo aquelas que se encontravam no interior dos condomínios, ocasionou um outro gasto para a Prefeitura, que contava com um caminhão específico para o recolhimento do material nestes equipamentos, ou de charreteiros cadastrados ao projeto Coleta Solidária. Não havendo materiais nestas lixeiras, as cooperativas existentes na época recebiam muito pouco material e geralmente os de menor valor. Assim, isso gerou um gasto extra com pessoal responsável pelo transporte do material e baixos ganhos provenientes dos materiais coletados nestes equipamentos por parte dos catadores cadastrados.

O terceiro problema foram as reclamações dos condutores de automóveis, que, via de regra, reclamavam da diminuição do número de vagas de estacionamento, ou, ainda, as reclamações dos riscos de colisão de automóveis com carrinhos ou charretes de catadores parados próximos aos COLIPOS para recolhimento de material. Estas situações descrevem como se deram as relações

dos catadores de rua com o Poder Público e com a população neste período, fazendo com que muitos deles criassem resistência à participação em qualquer projeto de ordenação da coleta, por entendê-lo como restritivo à sua atividade. Muitas dessas reclamações, no entanto, foram fomentadas pela resistência dos atravessadores, que instigavam os catadores contra a administração da Prefeitura, de acordo com um entrevistado que, à época, fazia parte da gestão.

Conforme exposto, muitas das reclamações se deram por processos de desumanização destes catadores, por parte de alguns segmentos da população. Não são percebidos como agentes sociais, muito em razão de não haver contato social, interação entre estes atores sociais. A relação desta parte da população se dá somente com seu resíduo, e muitos compreendem, como descrito acima, que o mero descarte do material com pré-seleção já é reciclagem. Assim, quando se relacionam indiretamente com os catadores, não o fazem cientes das relações sociais inerentes ao processo específico da reciclagem. É, ainda, um processo contraditório, pois quando há uma relação com catadores, muitos a realizam de forma assistencial, como se estivessem tratando com um mendigo, acompanhando, mesmo que de forma diferenciada do primeiro exemplo, uma distância social, em especial no referente às atividades laborais entre quem assiste e quem é assistido. Carrega em si uma hierarquia.

Ainda no que se refere ao distanciamento, à coisificação destes sujeitos, os condutores de veículos os consideram como obstáculos. Este processo, propriamente capitalista, gera os conflitos descritos acima pela não percepção dos agentes sociais envolvidos nos processos produtivos.

5.2 Catadores do Aterro

O número de catadores trabalhando no aterro controlado do município é inferior ao de catadores que trabalham nas ruas; motivo desta diferença é o espaço insuficiente para todos neste local. Os primeiros geralmente realizam a coleta de materiais somente no aterro, não saem às ruas para coletar materiais, enquanto que os últimos trabalham apenas nas ruas. Em Pelotas, há um acordo informal entre catadores e a administração municipal. Este acordo permite a entrada no aterro

somente no período das 21 horas até às 4 horas da manhã. Conforme se observou nas entrevistas, o rendimento médio dos trabalhadores do aterro é um pouco maior, quando comparado com os rendimentos dos demais. Um dos motivos desta diferença é a maior quantidade e concentração de resíduos neste local, não sendo necessário realizar longas caminhadas para recolher o material reciclável, tornando o trabalho mais intenso.

Nestas condições há, pelo que se percebeu nas entrevistas, uma maior padronização dos ganhos, pois no local existe o cruzamento de um tempo determinado de trabalho, (estabelecido pela administração) e um ritmo constante de recolhimento e seleção dos materiais, o qual é imposto pela competição com os outros catadores no local, bem como pela rapidez necessária para a coleta do material antes que este seja enterrado pelas retroescavadeiras. Há, diferentemente dos catadores de rua, uma imposição, mesmo que indireta, do ritmo do trabalho, o que sugere a mensuração de uma produtividade, grosso modo, determinada pelo tempo de que dispõe e pela disputa entre si, uma concentração destes trabalhadores em um local comum e o ritmo ditado pela máquina que soterra os materiais.

Este ritmo de trabalho e as condições nas quais se realiza, geram inúmeros acidentes, principalmente relacionados às máquinas. Além disso, existe a dificuldade de trabalhar à noite e sem iluminação no local, causando cortes, machucados, contato com material contaminado. Estes trabalhadores procuram fixar residência próxima ao aterro, dando preferência à Vila Castilho. Nesta vila existe, inclusive, uma rua ocupada exclusivamente por catadores - Rua dos Trilhos. Neste local existem casas com os pátios repletos de materiais que serão selecionados no próprio local, causando a contaminação do solo e aumentando os riscos à saúde, conforme exposto anteriormente.

Neste local foi entrevistado um menor de idade que trabalha no aterro. Segundo seu relato, sempre ocorrem acidentes, cortes nas mãos, machucados com seringas e existe constantemente o perigo de atropelamentos pelos caminhões. Mesmo trabalhando em tais condições, o entrevistado disse que não gostaria que fosse proibida a entrada no local para coleta, pois consegue bons rendimentos. Disse ainda que mudaria de trabalho se encontrasse algo "fixo", com carteira assinada, já que os riscos à saúde no atual trabalho são muito grandes. Também foi relatada a sorte de um dos catadores do local, ao encontrar aproximadamente R\$

2.500,00 escondidos em uma meia. Este dinheiro foi usado na construção de um sobrado no local, feito de madeira irregular.

Em compensação, há os casos trágicos, como de um catador que não foi visto pela retroescavadeira e quase teve uma perna amputada. O mesmo depoente contou dos riscos ao seu cavalo, que, mesmo com ferraduras, pode se cortar ao tráfegar no escuro, que é outro problema do trabalho, aumentando ainda mais os riscos. Na vila, há uma grande quantidade de atravessadores, em razão do grande número de catadores da área. E também existem muitos porcos, que têm seu alimento originado do aterro.

De acordo com entrevista do responsável técnico pela coleta de lixo do município, tais condições referentes ao aterro devem ser modificadas ainda em 2008, pois, segundo o mesmo, os problemas sociais, no caso os catadores, não devem ser resolvidos criando-se um problema técnico, ou seja, permitindo a entrada destes no aterro controlado.

Segundo seu relato, para a diferenciação das formas de gestão da coleta do lixo domiciliar, existem diferenças nas formas de disposição final dos resíduos. O mais comum de se encontrar no país são os lixões, forma de depósito sem qualquer tratamento, disposto a céu aberto e com presença de catadores e animais, como porcos, por exemplo, já citados acima. O caso de Pelotas difere pelo tratamento que é dado, como o constante aterramento dos resíduos, os lagos de estabilização para o chorume, tratamento de gases, etc. Aqui o lixo é enterrado, mas continua sendo depositado indistintamente, tanto o orgânico quanto o reciclável. Desta forma, a Prefeitura pretende contratar segurança armada para que seja impedido o acesso dos catadores ao aterro, isso em razão dos problemas gerados por eles, como brigas, bem como para evitar que ocorram acidentes no local. Assim, seguindo administrações municipais de outras cidades, o poder público local buscará proibir a entrada dos catadores no aterro controlado, obedecendo a normas técnicas de gerência de resíduos. Também, de qualquer maneira, a Prefeitura acaba por se beneficiar do trabalho realizado pelos catadores, pois estes reduzem a quantidade de material depositado no aterro, sem pagar nada a estas pessoas. A proibição para a entrada dessas pessoas se dá justamente por essa razão, pois ao trabalhar dentro do aterro, realizando um trabalho que mesmo que não seja diretamente dirigido à Prefeitura, pode compreender, através da omissão do poder público, uma relação

laboral, uma prestação de serviço. Também, pelos acidentes freqüentes descritos anteriormente, podem trazer prejuízos à Prefeitura.

5.3 Características Comuns aos Catadores de Pelotas

Distinguidas as particularidades das duas principais formas de coleta no município, interessa destacar as características comuns aos catadores. A catação na cidade de Pelotas é uma atividade predominantemente masculina, mas não somente masculina, constituindo estes a maioria dos entrevistados. Do total de 43 entrevistados, grande parte era de homens.

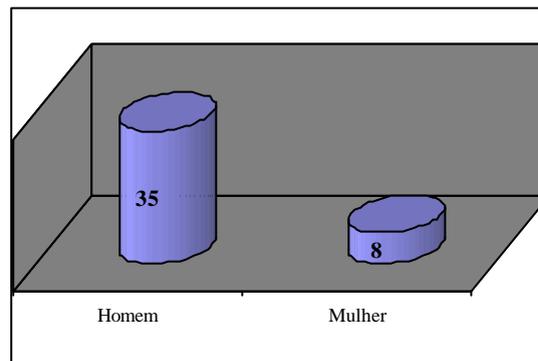


Figura 10: Divisão dos Catadores relacionada ao sexo

A catação propriamente dita é relegada aos homens, mesmo quando é uma atividade que envolve toda família. Foram entrevistados casais que realizavam a catação em conjunto, homens com filhos e algumas poucas mulheres, que relataram não realizar habitualmente a catação. O que se percebeu é que para as mulheres, bem como às crianças, é dada a atividade de separação e enfardamento dos materiais em casa, nos casos em que a venda do material não é realizada diariamente, enquanto os homens saem para realizar a coleta. Geralmente estes casos são observados quando há crianças pequenas na família, provavelmente uma das razões de as mulheres não saírem para a coleta.

Aqueles que têm filhos declararam que os mesmos, quando em caso de ajuda na catação, o fazem quando não estão na escola, não deixando os estudos para realizar a atividade. Contudo, quando realizada uma entrevista direta com uma criança, ela declarou trabalhar no período das férias, mas que provavelmente continuaria trabalhando quando começassem suas aulas.

No que diz respeito à formação escolar, a maioria dos entrevistados têm o ensino básico incompleto, até o 5º ano e não realizaram cursos de profissionalização, com exceção de um entrevistado que era técnico em eletrônica, com ensino médio completo. O restante faz parte do contingente de trabalhadores não especializados, sem formação profissional e educacional conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 9: Escolaridade dos Catadores entrevistados

	Freqüência	Porcentagem
Ensino Fundamental Completo	3	7,0%
Ensino Fundamental Incompleto	32	74,4%
Ensino Médio Completo	1	2,3%
Ensino Médio Incompleto	1	2,3%
Analfabeto	5	11,6%
Não Sabe/Não Respondeu	1	2,3%
Total	43	100,0%

O catador com ensino médio técnico, concedeu as informações mais precisas sobre como se deu seu ingresso na atividade da catação. Segundo ele, a partir de 1994, iniciado o governo Fernando Henrique Cardoso, a situação para os trabalhadores autônomos tornou-se insustentável, em razão da competição aberta entre trabalhadores de seu ramo. O valor pago por seus serviços foi ficando cada vez mais reduzido, pois as pessoas não consertavam mais os aparelhos ou ofereciam um valor muito baixo pelo serviço, inferior, segundo o mesmo, aos custos. Assim, teve de ir para a catação, desde então. Ressalta ainda, na atual atividade, a discriminação que sofre, por mexer em lixeiras e por trafegar com sua bicicleta e carrinho com os materiais, tendo consciência que não é dado o devido valor à atividade.

Em relação à idade, a maioria dos trabalhadores encontra-se na faixa dos 40 aos 60 anos, representando este segmento um recorte distintivo, em relação ao histórico profissional, comparado com os catadores das demais idades. O segundo grupo em número se encontra na faixa de 30 a 40 anos, mas também foram entrevistadas crianças e adolescentes desacompanhados de adultos e trabalhando.

Tabela 10: Idade dos Catadores Entrevistados

Idade	Frequência	Porcentagem
15 a 18 anos	4	9,3%
19 a 24 anos	1	2,3%
25 a 29 anos	2	4,7%
30 a 40 anos	9	20,9%
41 a 50 anos	13	30,2%
51 a 60 anos	11	25,6%
até 14 anos	1	2,3%
mais de 60 anos	2	4,7%
Total	43	100,0%

Percebeu-se uma distinção do histórico profissional na relação com a(s) atividade(s) anteriores à catação, bem como a forma como encaram a atual profissão. Os mais velhos geralmente se reportam às atividades anteriores, como a atividade própria ou principal, de forma nostálgica, vendo nela sua profissão de fato. Isto ficou claro, em especial, ao realizar entrevistas com as mulheres, a maioria delas safristas das indústrias de conservas da cidade. Inicialmente, muitas delas realizavam a catação de materiais somente nos períodos de entre-safra, em que não havia atividade industrial, servindo a atividade de coleta somente nestes breves períodos, em que esperavam o chamamento para dar início ao trabalho no setor de conservas.

Com o passar do tempo e a desestruturação do setor conserveiro, cada vez mais a catação passou de atividade esporádica à atividade principal, pois elas não conseguem mais se recolocar no mercado local, pela sua nova configuração. Única exceção se deu com uma entrevistada já aposentada, que trabalhava em indústrias

de conserva e dizia que realizava a atual atividade por duas razões. A primeira, porque era muito doente e precisava de dinheiro, pois o que recebia da aposentadoria era insuficiente para seus remédios. A segunda razão, por gostar muito de trabalhar com reciclagem, criando uma relação de amizade com praticamente todos aqueles que lhe concediam o material reciclável. De acordo com a mesma, ela se sente como se fosse da família, às vezes, pois seus fornecedores, depois que fazem o churrasco no fim de semana, lhe reservam alguma carne e ainda lhe dão as latinhas.

A mesma dificuldade de recolocação no mercado de trabalho acontece com muitos homens, em especial aqueles ligados à atividade de construção civil. Em períodos anteriores, segundo os mesmos, antes de terminar uma obra, já tinham a encomenda de uma próxima, mas esta situação foi cada vez mais se reduzindo. Então, foi sendo necessário, inicialmente, exercer a catação nos períodos em que não havia trabalhos no setor e, finalmente, ela tornou-se a única ocupação. A seguir, a tabela com as ocupações anteriores à catação de todos os entrevistados.

Tabela 11: Atividades Anteriores à Catação dos Entrevistados

	Frequência	Porcentagem
Abatedor de frigorífico	1	2,3%
Ajudante de serralheiro	1	2,3%
Almoxarife	1	2,3%
Ariava alumínio	1	2,3%
Eletricista	1	2,3%
Engenho coquiando saco	1	2,3%
Entregador de jornal	1	2,3%
Estudante	2	4,7%
Funcionário de empresa	1	2,3%
Gerente de clube	1	2,3%
Vigia de motel	1	2,3%
Guardador de carro	2	4,7%
Jardineiro	1	2,3%
Mecânico	2	4,7%
Não fazia nada	1	2,3%
Não Sabe/Não Respondeu	5	11,6%
Padeiro	1	2,3%
Pedreiro	9	20,9%

Pintor	2	4,7%
Safrista	4	9,3%
Serviços gerais	1	2,3%
Vendedor ambulante de alimentos	2	4,7%
Vigia de boate	1	2,3%
Total	43	100,0%

Os trabalhadores mais velhos geralmente tiveram uma experiência longa com uma única atividade, ou com mais de uma, de maneira formal, regulada pelo Estado. Existem ainda os casos dos trabalhadores de mais idade que, em razão de algum problema de saúde ou perda de capacidade física, não conseguiram mais empregos formais, tendo de realizar, a partir daí, somente a catação. Todos estes históricos demonstram a impossibilidade do retorno às relações formais de trabalho, tanto em razão de modificações estruturais do mercado ao qual estavam ligados, quanto por perda individual de capacidade de trabalho, mas esses últimos são exceção no conjunto de trabalhadores na catação.

Um dos entrevistados chamou a atenção pelas características que deu à atividade, bem como pelo seu histórico profissional, parecendo, pelo seu relato, a encarnação do tipo ideal protestante de Weber. O entrevistado disse ter entrado no ramo porque havia percebido ser muito lucrativo, um trabalho fácil. Trabalhava como gerente em um clube social, tendo um salário, à época, de R\$ 1.000,00. Com a atividade da catação, atualmente, ganha por mês uma média de R\$ 3.000,00, trabalhando muito mais que doze horas diárias (tabela 4), fazendo pequenas paradas de quinze minutos somente quando descarrega o material em um galpão. Este fica localizado junto à igreja batista da qual faz parte.

No local, enquanto fazia a entrevista, havia uma mulher, uma adolescente e um menino, aos quais o entrevistado chamou de secretários, pois eram responsáveis pela venda do material que coletava diariamente. Ele tinha feito um carrinho com capacidade para 500 quilos e estava aprontando, com o serralheiro, outro com capacidade para 800 quilos. Perguntado sobre sua relação com o atravessador, se considerava ser empregado ou cliente do mesmo, respondeu ser o contrário. Como o atravessador era “obrigado” a comprar seu material, este era seu empregado. O interessante na entrevista com esta pessoa foi o desejo de passar um sentimento de

independência, até de empreendedorismo de sua parte. Deixou seu trabalho anterior porque quis e entrou na catação porque viu uma oportunidade lucrativa.

Mesmo que quase todas as atividades anteriores relatadas, com a exceção de um entrevistado, técnico em eletrônica, sejam trabalhos que não exigiam qualificação profissional, há uma diferença na maneira como alguns catadores, que já tiveram outro emprego, encaram o trabalho na catação, em relação aos demais. Geralmente são os mais velhos que parecem sentir certo constrangimento com a ocupação atual. Os catadores mais jovens, em sua maioria, não experienciaram atividades formais, iniciando o trabalho já enquanto catadores ou em outras atividades informais, como serviços gerais, guardadores de carros, jardineiros ou fazendo “bicos” de maneira geral, e parecem encarar a atividade como qualquer outra, algo comum.

Perguntados sobre a razão de realizar a catação, a maioria absoluta dos entrevistados disseram que estão na atividade em razão do desemprego ou a falta de opção para se sustentar. Muitos se auto-responsabilizam pela situação precária de trabalho, como quando declaram a responsabilidade por não ter estudado. No entanto, para a maioria, foi o desemprego e a impossibilidade de entrar no mercado formal que os levou ao trabalho atual.

Tabela 12: Razão de Realizar a Catação

	Freqüência	Porcentagem
Ajudar o pai	1	2,3%
Arrumar uma carnezinha	1	2,3%
Dá dinheiro	1	2,3%
Desemprego	19	44,2%
Desemprego por causa da idade avançada	1	2,3%
É o que dá mais dinheiro	1	2,3%
Falta de opção	7	16,3%
Gosta de trabalhar em catação	1	2,3%
Não teve estudo	3	7,0%
Obrigação humana (não roubar)	1	2,3%
Problemas de saúde	2	4,7%
Sustentar a casa	2	4,7%
Tem AIDS e não dão serviço	1	2,3%
Trabalhar por conta	2	4,7%
Total	43	100,0%

Há, assim, um recorte nos históricos profissionais, diretamente ligado à conjuntura sócioeconômica do município, no momento em que se inseriram no mercado de trabalho e a sua incapacidade de absorver mão-de-obra em diversos setores em razão da modificação ou redução dos mesmos.

As razões para seu desemprego, geralmente é especificado de outra forma pelos mais velhos, que dizem não arranjar trabalho em razão de sua idade avançada ou porque têm problemas de saúde. Muitos destes trabalhadores também compreendem a atividade como limítrofe à situação de marginalidade, em especial aqueles que exerceram atividades formais no passado, sendo comum a muitos a resposta “é melhor do que roubar”, o que compreende uma auto-imagem extremamente negativa relacionada à atividade. O relato do técnico em eletrônica demonstra como isto ocorre, sendo uma imagem atribuída à categoria e internalizada por muitos destes trabalhadores. Existem também formas positivas de se relacionar com a atividade, naqueles casos em que é citado o bem que gera ao meio ambiente, ao “reciclarem” o material. Também há aqueles que reclamam por realizar um trabalho para Prefeitura, pois recolhem o material que iria para o aterro e o sobrecarregaria mais rapidamente, compreendendo-se, portanto, também como agente ambiental.

O que parece comum à maioria absoluta dos trabalhadores da catação é a insatisfação com a atividade. Os mais velhos declaram que, caso pudessem realizar outra atividade, gostariam de trabalhar em suas antigas ocupações. Os mais novos, mesmo não tendo ocupado atividades formalizadas, declaram que gostariam de realizar qualquer atividade que lhes garantisse direitos trabalhistas, salário fixo, bem como a possibilidade de aposentadoria. Os bem jovens, gostariam de jogar futebol.

Tabela 13: Outras atividades que gostariam de exercer

	Freqüência	Porcentagem
Advogada	1	2,3%
Ariar alumínio	1	2,3%
Artesanato	1	2,3%
Caseiro	1	2,3%
Eletricista	1	2,3%
Entregador	1	2,3%
Frigorífico	1	2,3%
Jogador de futebol	2	4,7%
Jogar bola	1	2,3%
Limpeza	1	2,3%
Marceneiro	1	2,3%
NS/NR	14	32,6%
Operário	2	4,7%
Padeiro	1	2,3%
Pintor	2	4,7%
Qualquer outra	5	11,6%
Ronda	1	2,3%
Segurança	1	2,3%
Servente de pedreiro	4	9,3%
Varredor de rua	1	2,3%
Total	43	100,0%

É comum às duas gerações de trabalhadores (jovens- atividades sempre informais/velhos – atividades informais relativamente recentes) a referência ao trabalho institucionalizado, legal, como sendo uma maneira aparentemente mais fácil de garantir melhoria de vida. Isso ocorre muito em função dos direitos previdenciários que advém deste tipo de relação trabalhista, sendo uma constante a reclamação do cansaço físico e problemas de saúde gerados pela atividade de catação. Perguntados sobre as razões de querer realizar outra atividade, estas foram as respostas:

Tabela 14: Razão porque gostaria de exercer outra profissão

	Frequência	Porcentagem
Acha bonito	1	2,3%
Costume/sempe fez	8	18,6%
Ganhar um pouco mais	3	7,0%
Gosta deste trabalho	1	2,3%
Gosta do campo	1	2,3%
Melhor remuneração	2	4,7%
Menos cansativo/não ter que fazer esforço	3	7,0%
Não correr risco de pegar doenças	3	7,0%
Não Sabe/Não Respondeu	15	34,9%
Sempre gostou	1	2,3%
Serviço fixo/salário/segurança/direitos	4	9,3%
Trabalho melhor	1	2,3%
Total	43	100,0%

Neste sentido, em especial sobre a insatisfação com a catação e com os problemas físicos decorrentes da atividade, foi feita uma pesquisa no município junto aos catadores, que tinha como objetivo verificar quais os principais problemas de saúde relacionados a este trabalho. A pesquisa verificou que entre eles há um grande índice do denominado “problemas psiquiátricos menores”, e expressados em depressão, cansaço, alcoolismo e outros problemas que acabam por trazer, além de um desgaste emocional, maior probabilidade de acidentes no trabalho. Deste estudo, aplicado a 440 catadores e a um grupo de comparação composto por 441 pessoas com características socioeconômicas similares, mas de profissões diferentes, verificou-se que 44,7% dos catadores apresentavam os referidos “problemas psiquiátricos menores”, os quais, segundo o estudo, estão relacionados à forma como é executado o trabalho, pela repetição monótona de tarefas, de acordo com 90% dos entrevistados.

O desgaste físico pelo levantamento de peso, pela vibração, posturas desconfortáveis constantes e também o desgaste emocional, relacionado à insatisfação com a atividade, em função dos baixíssimos rendimentos auferidos, atingem com maior intensidade as mulheres e resultam em problemas físicos diretamente ligados à atividade (SILVA, 2006). O autor da pesquisa ressalta que uma quantia ínfima dos entrevistados disse ter problemas psiquiátricos desta ordem, quando no exercício de outras atividades anteriores à catação.

As possíveis causas para o quadro de insatisfação, além dos fatores físicos relatados são: a baixa remuneração, que de acordo com as entrevistas realizadas, não garantem a muitos sequer um salário mínimo; a imagem negativa atribuída à atividade, sentido por muitos; a falta de solidariedade dentro da categoria; e a fraca, ou inexistente, coesão do grupo em âmbito local. Este último fator apareceu quando perguntado se havia alguma forma de apoio entre os catadores, sendo recebidas as seguintes respostas:

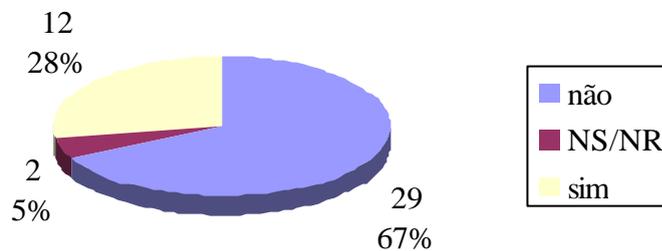


Figura 11: Existência de alguma forma de apoio entre os catadores

Não há, para a maioria, qualquer forma de representação da categoria; acredita-se que muito em razão pela maneira como é realizado o trabalho. Eles se colocam em disputa pelo material reciclável, não havendo cooperação na atividade direta, salvo algumas exceções, conforme segue.

Tabela 15: Apoio existente entre os Catadores

	Frequência	Porcentagem
Ajuda para carregar material	4	9,3%
Cada um tem lugar para pegar material	2	4,7%
Dão material quando tem pouco	1	2,3%
Não há briga pelo material	1	2,3%
Não Sabe/Não Respondeu	33	76,7%
UPCC	2	4,7%
Total	43	100,0%

Assim, ações como o respeito pelos lugares de coleta, não brigar e a ajuda para carregar o material, são vistos como atitudes de apoio mútuo, mas que destoam da regra da atividade. Quanto a União Pelotense de Carroceiros e Charreteiros (UPCC), ele é citada geralmente quando há o cruzamento da catação com a de charreteiro, freiteiro, o que não é muito comum.

Quanto aos baixos ganhos da categoria, estão determinados, em primeiro lugar, pela estrutura local da “produção” dos recicláveis. Conforme exposto anteriormente, o setor é extremamente segmentado, se localizando as indústrias somente em algumas grandes cidades. Em Pelotas, os catadores encontram a possibilidade de venda de seus materiais somente para os pequenos e médios atravessadores, também denominados sucateiros. Mesmo que houvesse maiores compradores, por eles só comprarem grandes quantidades, isso descartaria negócios diretamente com os catadores. Os atravessadores locais compram o material dos catadores e, por sua vez, o revendem para grandes atravessadores, localizados na região metropolitana do Estado. Desta forma, grande parte deste valor é retido nesta intermediação, antes da chegada até a indústria. As diversas etapas que são descritas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada com o auxílio do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e que a princípio seriam executadas pelos catadores, chegando a 89% do total do trabalho executado no setor, não se aplica em Pelotas.

Por falta de recursos, organização ou informação, muitos catadores locais só realizam as etapas iniciais do trabalho: a coleta e pré-seleção dos recicláveis, deixando de agregar grande parte do valor prévio ao beneficiamento destes

materiais, como enfardamento, picotagem, prensagem, realizado pelos atravessadores que têm os equipamentos necessários para isso.

Muitos catadores mantêm relações de trabalho com os atravessadores, o que os tornam dependentes destes. Isto se dá, por exemplo, nos casos em que o carrinho utilizado é de propriedade do atravessador, tendo como contrapartida a venda exclusiva para ele. Quando a venda é realizada diariamente, não há uma pré-seleção dos materiais, podendo reduzir ainda mais os seus valores. Estes casos acontecem com os catadores que não dispõem de carrinhos (a tração humana) ou charretes (tração animal) ou local próprio para a prévia separação.

As formas de relação com os atravessadores têm pequenas variações locais, mantendo-se os limites locais de negociação. Muitos catadores permanecem negociando com o mesmo atravessador por longos períodos, dependendo a relação, basicamente, do valor que é oferecido pelos diversos materiais.

Tabela 16: Razões para vender para determinado Atravessador

	Freqüência	Porcentagem
Busca o material em casa	4	9,3%
Deixa o material guardado no local	1	2,3%
Empresta carrinho	2	4,7%
Empresta dinheiro	4	9,3%
Está acostumado	6	14,0%
Mais honesto	1	2,3%
Mais perto de casa	1	2,3%
Melhor preço	20	46,5%
Não Sabe/Não Respondeu	2	4,7%
Só conhece ele	1	2,3%
Urgência do dinheiro	1	2,3%
Total	43	100,0%

No entanto, os entrevistados disseram mudar de atravessador por serem desonestos, a forma de tratamento e a maneira de trabalhar. A reclamação mais comum é que a balança sempre acusa um peso inferior ao que o catador levou, modificando o resultado apresentado na balança. Também houve relatos daqueles que diziam não estar trabalhando com determinado material em certo período, pois

estaria sendo oferecido um valor muito inferior pela mercadoria. Houve muitas queixas em relação ao tratamento dispensado pelos preneiros, trabalhadores empregados diretamente pelo atravessador, que destratam os catadores. É interessante destacar que foi verificado nas entrevistas com os atravessadores que muitos destes preneiros já foram catadores, e agora estão contratados pelo estabelecimento de relações duráveis.

É possível, então, que uma das razões para esta animosidade dos preneiros seja em razão da forma como procuram se diferenciar e da possível disputa pelo seu emprego. Este, já tendo sido catador, procura se distanciar o máximo, destratando e demonstrando fidelidade ao atravessador, ao mesmo tempo em que afasta a possibilidade daquele que entrega o material se empregar nesta função. Como dito antes, muitos procuram se diferenciar individualmente, como estratégia para mudança de situação, e para tal buscam a vinculação com quem detém o controle da relação econômica e social, no caso, o atravessador. Mesmo sendo freqüente esta situação, não é a regra o desejo de vinculação permanente.

Tabela 17: Razões para mudar de Atravessador

	Freqüência	Porcentagem
Balança rouba	4	9,3%
Brigou com o balanceiro	1	2,3%
Fecha muito cedo	1	2,3%
Fechou	1	2,3%
Longe	5	11,6%
Mudou o dono	1	2,3%
Não buscava material em casa	2	4,7%
NS/NR	20	46,5%
Pagava menos	4	9,3%
Tinha que avisar a entrega	1	2,3%
Vendia em caso de emergência	3	7,0%
Total	43	100,0%

Um dos entrevistados disse que parou de negociar com um atravessador determinado porque este o tratava como “candango”, o destratava, exigia o cumprimento de horários. Em razão disso preferiu percorrer maior trajeto para entregar seu material a outro, a continuar negociando com esta pessoa. Neste

sentido, alguns trabalhadores demonstram certa satisfação, necessidade de se afirmarem enquanto trabalhadores autônomos, sem subordinação a ninguém. Uma das entrevistadas declarou que a melhor coisa da atividade era de não ter que cumprir horário estabelecido por um patrão, sendo livre para fazer o trabalho na hora em que queria. O trabalhar por conta aparece como uma forma de se sentir independente frente aos diversos problemas da atividade.

A entrevistada reconhece as dificuldades, principalmente os baixos ganhos, mas, de acordo com a mesma, isso é compensado com a ajuda de lojistas, que lhe dão comida, roupas, remédios e ajudas eventuais, um exemplo do estreito limite da atividade da catação com a mendicância e o clientelismo inerente às relações desiguais entre os excluídos do consumo e os incluídos, estes últimos, trabalhadores formais e gerentes de lojas. Mesmo assim, a entrevistada recorda-se do período em que era assalariada, como mais seguro.

Os catadores são trabalhadores não subordinados a um patrão, são autônomos, e assim têm a liberdade de vender a mercadoria que coletam para quem lhes ofereça o melhor preço. Contudo, o que fazer quando todos estes oferecem o mesmo preço ou com pouquíssima diferença? Os atravessadores fixam o mesmo valor às mercadorias, formando um cartel de exploradores da força-de-trabalho dos catadores, através da depreciação extrema das mercadorias negociadas. Mesmo não havendo a formalização das relações de trabalho, este setor da economia tem bem delimitadas as etapas necessárias à realização de negócios lucrativos, representando os atravessadores, ao comparar-se com o ciclo de trabalho industrial, os capatazes, que trabalham de fato como autônomos, porém, utilizando a força-de-trabalho alheia para produzir seus rendimentos. No final do processo há a indústria que adquire o valor não pago aos catadores pelo trabalho despendido na coleta de materiais recicláveis.

Além da depreciação dos valores pagos pelos materiais coletados, existem relatos de coação sobre os catadores e ameaças quando da organização dos mesmos em cooperativas; seja de forma auto-gerida, ou assistida pela gestão municipal¹². Em um caso, foi cortada a dependência direta com os atravessadores

¹² Segundo entrevista realizada em 10 de julho de 2006 com Luis Antonio Paiva Rampazzo, ex-Diretor do Departamento de Políticas Ambientais da SQA e relato realizado por Solaine Gotardo, integrante do Grupo de Reciclagem da Incubadora Tecnológica de Cooperativas (INTECOOP) da UCPEL.

locais pelo Poder Público¹³, em momento que este se responsabilizava pelo envio dos materiais coletados à indústria e, assim, tomava o lugar do atravessador, sem, no entanto se apropriar dos materiais e, ao contrário, subsidiando os catadores. Tal iniciativa não logrou êxito, pois estava presa à iniciativa da gestão municipal 2001/2004 e não teve continuidade. Ainda, por não ter sido uma ação autogestionada, e sim elaborada por grupos politicamente constituídos previamente que não contavam com catadores em sua organização ou na formulação do projeto, ficou atrelada à dependência de iniciativa do poder público para sua continuidade, o que não ocorreu, pela opção política tomada pela nova gestão municipal de não trabalhar mais em parceria com os catadores, de acordo com o que será apresentado no capítulo sobre o Projeto Coleta Solidária.

De acordo com o que é observado localmente, tal possibilidade é nula em razão da maneira como é realizada a relação de trabalho entre catadores e atravessadores. Estes últimos não têm qualquer forma de obrigação formal para com estes trabalhadores. Também as indústrias não mantêm qualquer vínculo formal com qualquer dos agentes, mesmo que dependa totalmente deles. Acredita-se, portanto, que a maior parte do valor será apropriado neste último setor.

Ainda, por não ter sido uma ação auto-gestionada, e sim elaborada por grupos politicamente constituídos, que não contavam com catadores em sua organização nem na formulação do projeto, ficou atrelada à iniciativa do poder público para sua continuidade. Esta continuidade não ocorreu, pois a nova gestão municipal optou por não trabalhar mais em parceria com os catadores. Este ponto será abordado adequadamente no capítulo sobre o Projeto Coleta Solidária.

Outra situação ocorreu ao final do referido projeto, logo após a Prefeitura retirar todos os subsídios. Um atravessador ofereceu seu galpão (dizendo ser membro de uma cooperativa, quando na verdade era proprietário do local) para os catadores remanescentes darem continuidade ao seu trabalho. Para que estes catadores conseguissem desenvolver seu trabalho no galpão “cedido”, deveriam levar para o local todo material adquirido no período anterior e todos os seus equipamentos.

¹³ O que, segundo relatado em entrevista de Rampazzo, gerou uma série de ameaças por parte dos atravessadores, tanto aos envolvidos no processo da Prefeitura, quanto aos catadores.

Segue-se que este grupo de catadores, acompanhado pela INTECOOP¹⁴, começou a ser pressionado pelo proprietário do galpão a pagar pela utilização do local, caso contrário seus equipamentos seriam confiscados. Assim, constata-se que, pelo menos em nível local, as formas de exploração podem não se apresentar apenas na forma clássica, mas trazem os mesmos elementos finais, a saber: super-exploração da força-de-trabalho e coação. Estes setores têm benefícios garantidos em projetos de lei¹⁵, tais como isenção de ICMS às indústrias recicladoras. O esperado então é que o valor que deixam de pagar, mesmo que irrisório, seja repassado aos atravessadores.

Quanto à falta de solidariedade na categoria, isto ocorre pela forma como o trabalho é executado. Sendo regra o trabalho autônomo, não há necessidade de cooperação no trabalho de catação, excetuando a ajuda de familiares, tanto nas ruas quanto no aterro, sendo normal haver a disputa pelo material. A forma de trabalho é a descrita sobre os trabalhadores informais e precários (BERNARDO, 2000), que realizam a atividade de forma solitária, e, às vezes, em disputa com outros trabalhadores. Foram comuns os relatos de brigas entre catadores, não havendo nenhum indício de cooperação entre os mesmos a não ser de forma eventual, como o respeito por pontos de coleta ou ajuda em carregar parte do material. Perguntados sobre a existência de apoio entre catadores, a maioria, cerca de 67% dos entrevistados, disse desconhecer qualquer forma de apoio entre eles, conforme exposto anteriormente. Nas ruas, a disputa se dá pelas rotas, pelo fornecimento de materiais por determinadas lojas ou condomínios, enquanto no aterro a disputa é praticamente física, na medida em que o caminhão despeja os materiais e somente os mais fortes ou ágeis conseguem, ao mesmo tempo, fugir da retroescavadeira e assegurar-se a melhor parte.

Muitos se reportam ao apoio dado pelo atravessador com quem negociam, utilizando-se de maneiras variáveis para atrair clientes. Dependendo da quantidade de material, alguns atravessadores vão até a casa dos catadores para buscar o material; outros, a cada 1500 quilos de material de determinado tipo vendidos, doam “sacolão” de alimentos; e ainda há os que fazem o sorteio de charretes para aqueles

¹⁴ Incubadora Tecnológica de Cooperativas, ligada à Universidade Católica de Pelotas.

¹⁵ Projeto de Lei de autoria do Deputado Vieira da Cunha (PDT) que pretende isentar as indústrias recicladoras e incentivar a expansão deste setor, que, sedimentado, é “aliado fundamental da preservação ambiental” (Mil Famílias Vivem como catadoras. Diário Popular, Pelotas, 24/09/2006).

com quem negociam de forma exclusiva. Foi Destacada a prática do empréstimo do carrinho; isto acontece quando há exclusividade da venda dos materiais, assim como o empréstimo de dinheiro; (que, na verdade trata-se de adiantamento feito aos catadores mediante o compromisso de venda). Estas formas de cooptação empregadas pelos atravessadores estabelecem laços relativamente duradouros, gerando então maior identificação com o atravessador com quem negociam, do que com outros catadores.

Pelas respostas recebidas nas entrevistas, há uma total atomização da atividade, vendo aqueles de mesma situação laboral, muitas vezes, como competidores e se comportando e sendo vistos pelos atravessadores, como clientes, fregueses. Conforme relatos, os atravessadores são escolhidos pelos catadores de acordo com o melhor preço oferecido e tratamento dispensado. Em alguns casos, um catador vende seu material para outro, isso acontece principalmente por causa da longa distância entre o local onde o catador realiza a atividade e o local para venda. Outras vezes, acontece porque a quantidade de material é insuficiente para que o atravessador vá buscá-lo. Foi presenciada a venda feita por valores inferiores aos praticados pelos atravessadores, o que significa uma forma de exploração direta entre os próprios catadores. Para os que compram o material não há acréscimo de trabalho, pois não levam o que compraram ao atravessador, somente acrescentam a mercadoria ao que eles mesmos já cataram para vender junto. Alguns deles, além da atividade de coleta de material, trabalham também como pequenos atravessadores, havendo inclusive um caso de trabalho “cooperativado”, ou seja, um deles realiza a compra de materiais de outros catadores.

Além de receber um baixo valor dos atravessadores, os catadores também, quando precisam de dinheiro imediatamente, são explorados por outros catadores, como na compra de materiais a preços inferiores, em casos de urgência de dinheiro, de acordo com o observado em campo. Diretamente relacionado à falta de solidariedade da categoria, há uma falta de coesão, que poderia ser demonstrada, de diversas formas, além das já elencadas. Como, por exemplo, em empreendimentos solidários, como cooperativas de reciclagem. A regra geral é que existam por iniciativa externa, e o trabalho, mesmo dentro destas formas “solidárias”, ocorre de maneira solitária e em disputa direta com outros membros da categoria.

Há, inclusive, certa resistência, por parte de muitos, sobre iniciativas cooperativadas ou sobre a organização da atividade por parte do Poder Público. Isso decorre, de acordo com os próprios, das experiências realizadas nesta área, em especial o Projeto Coleta Solidária e os COLIPOS, bem como as restrições do acesso ao aterro. Questionados sobre formas de apoio, declararam, em sua maioria, desconhecer iniciativas a este respeito.

A atividade no município é quase totalmente realizada sem identidade entre os catadores, sem se auto-reconhecerem como categoria de trabalhadores. Daí uma das possíveis interpretações da adesão a determinado atravessador como forma individual de sair da situação atual, desvalorizada, de catador. Adota a estratégia de empregar os valores do atravessador na busca de se tornar um deles, como se viu em alguns casos em que começam a comercializar materiais assim que conseguem mínimos recursos. Ou, ainda, buscam tomar a confiança destes empresários na tentativa de se tornarem preneiros, buscando a relação salarial, estável e segura, de acordo com vários entrevistados.

Muitos responsabilizam outros catadores pelos baixos ganhos; declaram que os valores dos materiais são baixos porque existem muitas pessoas coletando. Não relacionam o valor baixo com aspectos comerciais não diretamente observáveis por eles, expressão da alienação do processo produtivo e, por não trabalharem enquanto coletivo, dificulta a percepção dessas relações. A ausência de um coletivo dificulta a percepção local de agentes antagônicos, tanto economicamente quanto politicamente. Não responsabilizam o atravessador ou a indústria, a não ser uma pequena parcela, limitando-se às respostas dadas pelos próprios atravessadores sobre o valor baixo das mercadorias.

5.4 Os Atravessadores

Qual o papel desempenhado no ciclo da reciclagem pelos atravessadores de materiais recicláveis, é o que se procura mapear no presente sub-capítulo. Para compreensão de sua atividade e do ciclo de reciclagem no município de Pelotas – Rio Grande do Sul/ Brasil, se faz necessário recapitular a exposição de como se estruturam as relações de trabalho no circuito local, entre catadores e atravessadores, sendo estes os responsáveis pelo envio do material coletado nas

ruas por catadores autônomos, para outras cidades, geralmente localizadas na região metropolitana do Estado. Este agente específico recebe o nome de atravessador, intermediário ou sucateiro, dependendo da região do país em que se aborde o tema. Necessariamente, trabalhará com os catadores não organizados em cooperativa, pois estes têm à disposição, normalmente, um galpão para selecionar o material e perfazem um montante suficiente para ser comprado por outro atravessador de maior porte, ou diretamente pela indústria.

Assim, pode-se afirmar que os atravessadores não têm interesse na organização dos catadores, visto que isso, necessariamente, leva a uma redução do *quantum* de materiais recebidos por eles. As etapas de seleção, armazenamento e transporte seriam realizadas pelos cooperados, e, sendo assim, a figura do pequeno e médio atravessador se tornaria desnecessária para a realização do ciclo de recicláveis até a indústria, pois as cooperativas desempenhariam a atividade que ficaria a cargo destes. Não havendo organização dos trabalhadores catadores, o atravessador é o agente do circuito de recicláveis responsável pelo envio dos materiais coletados às indústrias quando não existem cooperativas.

O que é generalizável, em âmbito nacional, é que o mercado de recicláveis é extremamente concentrado, encontrando-se as indústrias na região sudoeste do Brasil com parte do material reciclável servindo para exportação. Neste ciclo, os catadores cooperados são a minoria, sendo regra, portanto, o ciclo catador-médio atravessador-grande atravessador e indústria. A diferença do grande para o médio atravessador é a capacidade de armazenagem e sua localização, estando os verdadeiramente grandes próximos das metrópoles. E também há uma diferença em relação aos materiais de trabalho, pois, novamente, os grandes dispõem de maiores meios para agregar valor ao material. Ficam, desta forma, os médios atravessadores, localizados em cidades de médio e pequeno porte, servindo de fornecedores para estes grandes atravessadores. Segue abaixo, de acordo com o exposto sobre a organização da reciclagem, a descrição do mercado local de médios atravessadores em Pelotas conforme foi possível apreender das entrevistas.

5.4.1 Médios Atravessadores de Pelotas

Foram realizadas três entrevistas com atravessadores de diferentes regiões do município de Pelotas: Atravessador 1, localizado no bairro Areal, Atravessador 2, no bairro Centro e Atravessador 3 no bairro Simões Lopes¹⁶. Eles foram escolhidos pela estrutura que dispunham e por serem citados pelos catadores nas entrevistas realizadas. Além dos três entrevistados, foram citados outros 22 pontos de entrega de materiais espalhados pela cidade. Cada um dos entrevistados tem seu galpão e contam com estrutura semelhante, em que compram materiais recicláveis de catadores autônomos (que vão ao local para vender os materiais coletados durante o dia), ou ainda de pessoas que esporadicamente juntam materiais para complementação da renda.

O movimento nestes locais geralmente é intenso, não sendo exclusividade a venda de materiais por parte das camadas de baixa renda. De acordo com um dos entrevistados, algumas empresas de médio e grande porte, como por exemplo, a loja C & A, vendem materiais recicláveis, tais como caixas de papelão. Isto significa em primeiro lugar, que todo material, inclusive aquele que não é objeto do comércio direto dessas lojas, é aproveitado para gerar lucro. Em segundo, estes materiais que antes eram dados aos catadores e agora vendidos diretamente pelos geradores, demonstram uma possibilidade de prática generalizável, em médio prazo, pelos demais estabelecimentos comerciais. Todos os atravessadores compram os recicláveis a determinado preço, que a princípio é estabelecido pelo mercado. Os preços oscilaram, no período de 2007 em Pelotas, conforme quadro a seguir:

¹⁶ A escolha destes atravessadores se deu em razão do tamanho do estabelecimento e infra-estrutura disponível e por serem os mais citados por catadores como ponto de vendas. Ainda outro atravessador, que comercializa somente metais, se negou a dar entrevista.

Tabela 18: Preços de compra e venda operado por atravessadores em Pelotas

	COMPRA	VENDA
PAPELÃO (Kg)	R\$ 0,10 a 0,13	R\$ 0,23
PET (Kg)	R\$ 0,30 a 0,35	R\$ 0,65
ALUMÍNIO (Kg)	R\$ 2,00 a 2,50	R\$ 3,20

Os preços de compra apresentam pequena oscilação em razão da qualidade do material que recebem dos catadores e demais vendedores, pagando a mais pela pré-seleção dos materiais, como, por exemplo, a separação das garrafas pet por cor, ou ainda a necessidade de limpeza do papelão, sem material molhado junto, evitando contaminação e reduzindo o seu gasto direto com pessoal.

A oscilação de preço não ocorre quando estes atravessadores realizam a venda, sendo exigência dos grandes atravessadores e indústrias um padrão de “pureza” dos materiais. Conforme as entrevistas, a fonte de maior renda são os três materiais apresentados no quadro acima, sendo ignorados vidro, isopor e borracha pelo seu baixo preço de mercado, e, sendo assim, seu destino será o aterro local ou terrenos baldios do município.

Todos estes atravessadores locais também têm empregados que exercem as funções de seleção, separação e prensagem do material e são pagos da mesma forma, com salário por tempo de trabalho, diferindo apenas na assinatura da Carteira de Trabalho, em razão do tempo de funcionamento e tamanho do estabelecimento. Quanto menor o estabelecimento, mais provável se torna que não assine a carteira destes trabalhadores. A relação de trabalho com estes selecionadores é completamente diversa daquela com os catadores. Estes funcionários, em sua maioria, já exerceram a catação e foram contratados pelo estabelecimento a partir de uma relação de confiança entre ambos, mas são vistos como empregados, independentemente da situação jurídica (NORONHA, 2003), expresso na assinatura ou ausência da Carteira de Trabalho, o que não ocorre com os catadores, que são considerados em outra esfera de relação, como clientes.

Todos os atravessadores entrevistados, ao serem questionados sobre como entendiam sua relação com os catadores, se esta seria uma relação de subordinação ou de mando, disseram não compreender desta forma, chamando os catadores que vendem material para seu depósito, de fregueses ou clientes. Tal fato chamou atenção tanto pela significância do termo, em que expressam a compreensão de aparente igualdade na relação, que se desvia de uma relação de exploração, para mera compra e venda de materiais, intercâmbio de valores (MARX, 1983).

Chama atenção também o sentido dado pelo atravessador ao freguês, que ao estabelecer uma relação de confiança, pode se tornar empregado ou selecionador do galpão, sendo esta uma relação compreendida pelo atravessador e catador como totalmente diversa daquela que é percebida como a de dois negociantes autônomos. Esta relação de confiança se dá pelos diferenciados mecanismos utilizados pelo atravessador para negociar com determinados catadores, tais como empréstimo de carrinho, adiantamento do dinheiro, e outras formas descritas anteriormente, em troca da exclusividade da venda. Estas relações aparecem a ambos, de acordo com o observado, como uma atividade de benemerência do atravessador, que escolhe aqueles catadores que se destacam pela honestidade na negociação. Tal percepção pode resultar da falta de uma identidade salarial por parte dos catadores, advinda da forma como recebem seus ganhos através do seu trabalho, mas que é remunerada pelo atravessador por material comercializado. Assim, como não existe uma relação salarial formal, percebe-se e é percebido pelo atravessador como mero comerciante.

Os atravessadores locais têm, em média, à sua disposição, a mesma estrutura e meios de trabalho. Dispõem de prensas, que servem para o enfardamento dos diferentes materiais negociados. Estes equipamentos geralmente aparentam ser toscos e representar risco aos selecionadores, pois estes inserem materiais dentro da máquina, às vezes com esta já em funcionamento, sem utilização de qualquer tipo de Equipamento de Proteção Individual (EPI). A ausência de segurança do trabalho dos selecionadores foi uma constante em todos os casos observados, sendo este um resultado da inexistência ou baixo investimento em segurança do trabalho ou manutenção do maquinário, com intuito de manter a margem de lucros maior possível, assim como a falta de recursos para o melhoramento destes fatores, situação típica do setor.

Também dispõe de elevadores para levantar o material até a caçamba do transporte, que levará o material ao comprador. Todos pagam frete de caminhões até a região metropolitana, o que perfaz boa parte do custo do atravessador, reduzindo o que recebe no final do ciclo até a entrega à indústria, não impossibilitando, de qualquer forma, os negócios. Na maioria dos casos, algum equipamento de trabalho foi cedido por um comprador final, geralmente a prensa, em troca da exclusividade de venda. Esta prática não foi descrita em outros trabalhos que tratam do tema (GONÇALVES, 2006), aparentando, portanto, ser específica da região.

Contudo, em outros locais, como São Paulo, é descrita a prática do atravessador de cobrar aluguel do catador pelo carrinho, o que se verifica em Pelotas de forma diferenciada, de acordo com o relatado anteriormente. Todos os materiais são enviados para fora da cidade, com exceção do alumínio e cobre, que são comprados por atravessador que trabalha somente com metais, sucatas e ferro. Este atravessador se negou a dar entrevistas, possibilitando, assim, somente especulações sobre a origem e destino dos materiais que negocia.

De acordo com as entrevistas, todos os atravessadores vendem, em média, todos os materiais por 100% a mais que o valor da compra junto ao catador, excetuando o alumínio, conforme se observa na tabela 15. Descontados todos seus custos, como aluguel do galpão, pagamento de frete, funcionários e, em alguns casos, impostos, conseguem uma renda mensal de aproximadamente R\$ 2.000,00 mensais, com exceção do Atravessador 3 que tem um sócio e tem de dividir seus lucros. Conforme este entrevistado, o rendimento mensal separado para gastos pessoais é a menor parte dos ganhos compreendida como “pró-labore” de R\$ 500,00 para cada sócio, reinvestindo parte dos ganhos no aumento da estrutura, pois estão na atividade por “amor ao ambiente”, tendo ganhos fixos, advindos de sua aposentadoria. De toda forma, o resultado das vendas mensais é aproximado aos valores recebidos pelos outros dois entrevistados.

Os três entrevistados não se conhecem e tampouco demonstram interesse em se conhecer, exceto em caso de negociação, o que se dá de forma muito esporádica, como no caso da compra dos metais, que apresenta um mercado diferenciado e mais lucrativo. A única vez que alguns se articularam politicamente, por uma questão pontual e diretamente econômica, foi na ocasião do

desenvolvimento do Projeto Coleta Solidária desenvolvido pela gestão municipal do Prefeito Marroni (2001-2004), em que alguns destes intermediários fizeram um abaixo-assinado contrário a este projeto por se sentirem ameaçados economicamente. Isto se deu em razão do projeto pretender implantar cooperativas de catadores no município, o que, conforme exposto anteriormente, retira do ciclo de comercialização, o atravessador. Não houve prosseguimento neste abaixo-assinado em razão dos problemas enfrentados pelo Coleta Solidária e a questão deu-se por encerrada. O entrevistado 2, que trabalha no ramo há 18 anos, declarou que não se envolveu neste assunto, porque não gosta de “politicagem”.

Verificou-se, assim, que *enquanto* intermediários, não desenvolvem atualmente, e tampouco desenvolveram no passado, nenhuma ação em conjunto, mas têm em comum uma série de similaridades que possibilita sua separação em uma categoria específica: atravessadores, empresários médios do ramo de reciclagem, que através dos traços comuns socioeconômicos e formas de agir junto aos catadores e grandes atravessadores ou indústrias, comprovam que não são indivíduos independentes de relações socioeconômicas estruturadas e estruturantes, pois o agir é padrão.

Ainda, não necessitam organizar-se enquanto categoria para que continuem nos negócios, pois sua atividade parte da premissa da necessidade de desorganização política e econômica alheia, no caso a dos catadores, e não é necessária sua organização como categoria para que exerçam sua atividade. Daí a razão, pelo menos no plano local, do descaso dos entrevistados em relação a formas de organização mínimas da categoria, mesmo que apenas um abaixo-assinado, compreendido como desnecessário ou ligado a interesses políticos partidários. A principal razão é a de não haver um antagonista no setor que tenha interesses contrários. Como não existe a organização de catadores em associação ou cooperativa, que atue de forma independente, mas somente autônomos, caracteriza-se o setor local como comerciantes ou fregueses que se vêem como iguais, pois somente vendem mercadorias.

6 A EXPERIÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO

6.1 O Projeto Coleta Solidária De Pelotas (2001-2004)

O presente capítulo foi elaborado com base nos relatos das entrevistas dos participantes da gestão da Prefeitura Municipal de Pelotas, no período de 2001 a 2004, respectivamente Alexandre Melo, Secretário de Qualidade Ambiental (2001 a 2004), Lauro Borges, Coordenador Geral da Secretaria de Qualidade Ambiental (2001 a 2003) e Luis Antonio Paiva Rampazzo, Diretor do Departamento de Políticas Ambientais da Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental (2001 a 2004). Ainda se utilizou, como referência, o trabalho monográfico de Virgílio Porto (2004) sobre o referido Projeto, bem como o Relatório Ambiental (RAMB, 2002) da cidade de Pelotas.

O projeto Coleta Solidária teve como propósito a formação de uma associação de reciclagem, responsável pelo recebimento do material da coleta seletiva no município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Foi implantada pela Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental de Pelotas (SQA) em 2001, ano do início da gestão de Fernando Marroni (PT) e também da criação da referida secretaria, que anteriormente era um departamento ligado à Secretaria de Serviços Urbanos. A criação da SQA, assim, demonstrava, formalmente, uma maior preocupação com a questão ambiental pelo governo que se iniciava. Isto se dava especialmente no caso da Coleta Seletiva, em que, seguindo o exemplo das gestões da Prefeitura de Porto Alegre, RS, Brasil, à época também sob administração do Partido dos Trabalhadores (PT), pretendia implantar um modelo de Coleta Seletiva próximo ao que vinha sendo adotado até então na Capital, através do envolvimento de grupos organizados de catadores de lixo e com foco na economia solidária. Desta forma, pensou-se na organização de um programa piloto que observasse as

diferenças em relação à organização da coleta de Porto Alegre, inicialmente em relação à escala.

Um dos requisitos iniciais do programa local seria o trabalho com agentes que tivessem prévio envolvimento com projetos sociais. A intenção era formar uma disciplina na coleta seletiva no município, que envolvesse os munícipes, em especial os moradores de condomínios residenciais e os catadores de materiais recicláveis, realizando um programa integrado de coleta de resíduos sólidos de forma cooperativa, criando um circuito de comércio que acabasse com a dependência dos catadores aos atravessadores e melhorasse o sistema de coleta de materiais recicláveis na cidade.

Com a orientação do programa de governo da gestão eleita, foi sancionado o projeto através de decreto lei, assinado pelo prefeito em 2001. Para que se desse início ao trabalho, foram convidadas organizações sociais para auxiliar no começo do projeto, de forma a não deixar o poder público como único envolvido. Os participantes do grupo gestor inicial do Projeto Coleta Solidária eram de três organizações distintas: Grupo Cidadania e Vida (GCV), ligado à Igreja Católica e Caritas, que desenvolvia projetos assistenciais junto às comunidades carentes, Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), que sempre desenvolveu projetos e manifestações em sintonia com o grupo político que então estava na direção da Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental (SQA) e União Pelotense de Carroceiros e Charreteiros (UPCC), associação que possuía prévio trabalho junto aos catadores, mais especificamente aos charreteiros. Como tinha ligações com políticos que atendem às demandas imediatas e que eram oposição ao governo e como também possuíam um mínimo de organização do setor, este grupo, necessariamente, precisava estar envolvido no projeto para não criar atritos internos à categoria.

Todos os grupos foram articulados pelos participantes da Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental de Pelotas (SQA), já em 2001. O GCV e MTD participaram na organização do projeto, não tendo trabalhadores de sua organização diretamente no galpão, estando o primeiro envolvido com a seleção das pessoas que trabalhariam no projeto Coleta Solidária, através de cadastro de pessoas envolvidas em suas ações, e o segundo pelos motivos citados anteriormente e pelo seu histórico relacionado à luta pelo direito ao trabalho dos estratos mais desfavorecidos.

O projeto, em seu início, contou com 100 pessoas, sendo 60 carroceiros e charreteiros¹⁷ na rua, cabendo esta parte à UPCC, e 40 selecionadores dentro do galpão, ficando sob responsabilidade do MTD e GCV. A SQA cedia aos participantes do projeto um galpão, sendo este localizado no final da Rua Andrade Neves, no centro da cidade e que é de propriedade do governo do Estado. O projeto Coleta Solidária, em determinado momento, chegou a contar com três galpões integrando o projeto. Um no bairro Centro, o qual é descrito no presente capítulo, um no bairro Três Vendas, que teve muito curta duração e poucos participantes, e outro no Balneário dos Prazeres, o qual será relatado adiante. Cada um era responsável por uma quantidade determinada de resíduos, geralmente o produzido no bairro em que se encontrava o galpão.

A Prefeitura também realizava ou pagava o frete dos materiais para os compradores finais e conseguia prensas através de financiamentos sociais e com um grande atravessador, tal qual os atravessadores locais, tendo que vender o material selecionado a este, como contrapartida.

Enfim, todos os meios de trabalho necessários ao funcionamento de um galpão de coleta seletiva foram oferecidos aos integrantes do projeto. Um caminhão que trabalhava para a Prefeitura fazia a coleta seletiva em condomínios mais distantes e também levava material para o galpão diretamente. O valor recebido pelos trabalhadores, em média, era superior ao pago pelos atravessadores locais, sendo a principal razão disso o total de subsídios bancados pela Prefeitura, como o frete, o pagamento de milho e ferraduras para os cavalos dos charreteiros. Uma cesta básica era dada a cada integrante por mês, o que era contabilizado na forma de pagamento indireto. Segundo relato dos envolvidos no projeto por parte da SQA, foram feitas palestras pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas (INTECOOP) da UCPEL explicando como se daria a relação cooperativa com trabalhadores do galpão e como seria sua relação com a Prefeitura, de forma a, futuramente, os próprios trabalhadores realizarem a criação da cooperativa sem a necessidade de auxílio da Prefeitura.

A observação posterior dos participantes da SQA da época é a de que não se conseguiu romper a relação assistencialista com estas pessoas, sendo necessário

¹⁷ Em Pelotas e região a diferença é a seguinte: carroceiros são os que utilizam tração humana e charreteiros utilizam tração animal no transporte dos materiais.

manter um funcionário da SQA, que sempre era um cargo de confiança, acompanhando o projeto e servindo de intermediador, tanto dos integrantes do projeto junto à secretaria, quanto tentando resolver conflitos internos entre integrantes do projeto.

Um dos muitos problemas enfrentados, de acordo com os relatos, se deu pelo fato de inicialmente o lucro ser igualmente dividido entre todos, o que causava muita insatisfação. Assim, por exemplo, aquele catador que levava diariamente 100 quilos de papelão, acabava recebendo o mesmo que outro que contribuía apenas com 50 quilos. Esta forma de divisão foi rapidamente modificada, ficando restrito aos selecionadores o recebimento do mesmo valor. A divisão dos ganhos foi revista para que os trabalhadores da triagem recebessem 30% do valor de forma igual, e 70% seria distribuído entre os catadores, de acordo com a quantidade de material entregue.

Outro problema observado aconteceu com os charreteiros, identificados geralmente como os que causavam mais problemas. Eles não obedeciam às escalas que eram combinadas entre os cooperados para a passagem nos condomínios, causando conflitos com estes e com o grupo do projeto. Vendiam o melhor material para os atravessadores e levavam ao galpão do projeto somente aqueles materiais de valor mais baixo, reduzindo assim os ganhos coletivos. Uma das razões para que isto ocorresse, acredita-se, se dava pela demora no recebimento pela carga entregue no galpão, que podia variar de trinta a quarenta dias, em oposição ao atravessador, que, mesmo oferecendo um valor inferior pelos materiais, realizava o pagamento na hora. Igualmente, eles permaneciam no projeto somente para garantir o milho e ferraduras para seus cavalos, bem como a cesta básica, não havendo mais nenhum charreteiro já no segundo ano de funcionamento do galpão. O projeto, já em 2004, contava com menos de 20 pessoas no galpão original e na mudança da gestão municipal, quando foi eleito Bernardo de Souza (PPS), foi encerrado.

Destes poucos integrantes do final do projeto, apenas um já havia participado de alguma organização social prévia ao Coleta Solidária. Estes trabalhadores, em sua maioria, advinham de atividades informais, sem ter experiência prévia em coleta seletiva, tampouco cooperativa. Muitos permaneciam no projeto em razão de sua situação de desalento e, pela forma como relataram suas experiências, havia muito conformismo com a situação, demonstrando insatisfação, mas acostumados a isso.

Assim, permaneciam no projeto, pois mesmo recebendo pouco, tinham a certeza da cesta básica e dos vales-transporte (PORTO, 2004).

Muitos problemas foram observados e relatados pelos entrevistados, com destaque para as disputas internas à gestão da SQA, sendo notório o desentendimento entre setores e departamentos desta secretaria, o que era percebido pelos trabalhadores do galpão e de alguma forma os atingia. Também a falta de participação dos integrantes nas decisões, a baixa participação em reuniões que serviam para decisões do trabalho diário, as negociações e organização de rotas e o desconhecimento técnico, foram fatores que influenciaram no desenvolvimento do projeto.

Durante sua existência, mais especificamente durante o ano de 2002, e, segundo relato do coordenador geral da SQA na época, no mesmo momento em que ele participava de atividades fora da cidade junto com o secretário, eles receberam a informação de que os trabalhadores do galpão da Coleta Solidária entrariam em greve. Isto se deu em razão do atraso na entrega das cestas básicas e do milho para os cavalos. De acordo com o relato deste representante da SQA à época, o problema foi resolvido.

Assim, *enquanto* trabalhadores do projeto Coleta Solidária decidiram, não importa se realizada efetivamente ou como ameaça, realizar uma greve, *a priori*, contra a Prefeitura, que era percebida como patrão, mesmo com a inexistência de relações salariais e com todo o contexto relatado, especialmente sendo explicado como se daria o funcionamento do galpão.

A pauta seria sobre o atraso dos pagamentos indiretos, alimentação humana e animal, contrapartida que no início do projeto era fundamental, visto que muitas vezes era a única fonte de rendimento dos participantes do projeto Coleta Solidária. Fica visível que não houve, assim, a constituição de um projeto que pudesse responder tanto à coleta seletiva quanto ao desenvolvimento autônomo de cooperativismo neste setor, pois permaneceu sempre atrelado ao Poder Público.

Tal iniciativa não logrou êxito, pois estava presa à gestão da Prefeitura do período de 2001-2004 e não teve continuidade. Ainda, como não foi uma ação autogestionada, mas tomada por grupos politicamente constituídos e que não contavam com catadores em sua organização, com exceção da UPCC, que, de qualquer forma, não tinha a catação como foco, ou participação na formulação do projeto,

ficou atrelada à iniciativa do Poder Público para sua continuidade. Com a mudança na gestão municipal e sua decisão política de não trabalhar mais em parceria com os catadores, o projeto morreu. É importante ressaltar que não se compreende o insucesso do projeto como responsabilidade da gestão específica, como se ela não permitisse a autonomia do grupo da Coleta Solidária, mas como um problema de vício de origem.

6.2 O Projeto Balneário dos Prazeres

Diferente do caso anterior, em relação à experiência de organização interna, foi o que ocorreu com o galpão de catadores que se constituiu no Balneário dos Prazeres, bairro pertencente ao município de Pelotas e que contava com ex-integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), tendo, portanto, um histórico organizacional prévio politicamente. Segundo relato de grupo de acompanhamento da INTECOOP (GOTARDO, 2006), os próprios integrantes do galpão estabeleciam horários de trabalho, organização interna, regimento e toda uma série de dispositivos para o funcionamento de sua cooperativa, sem intervenção externa na organização do trabalho ou tendo de conciliar-se com grupos de orientação diferente. Este grupo tinha o mesmo suporte dos demais, tais como pagamento do aluguel do galpão, prensa cedida, e, assim como os outros, teve seu subsídio cortado quando da mudança da gestão municipal.

O que importa ressaltar é a diferença de sua organização frente aos demais grupos de cooperativas que foram constituídos para o projeto, pois os trabalhadores do Balneário dos Prazeres tinham o que pode se denominar de saldo organizativo, pela participação anterior em um movimento social organizado¹⁸. Estes trabalhadores já estavam acostumados, em razão da disciplina de seu arranjo, a auto-organizar-se, distribuindo tarefas, tanto relacionadas ao trabalho, quanto à administração e representação política junto aos demais segmentos da sociedade, e, em especial, neste caso, ao Poder Público Local. Tinham uma identidade coletiva

¹⁸ Em E. P. Thompson é presente a discussão sobre a influência de movimentos políticos, tais como o Jacobinismo, Luddismo e Cartismo que influenciaram o desenvolvimento organizacional da classe trabalhadora. (*A Formação da Classe Operária Inglesa: A Maldição de Adão*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1987. p. 16 a 18, volume 1).

enquanto trabalhadores organizados junto a um movimento social e, mais importante, se compreendiam em competição aos atravessadores, o que não aconteceu com os demais casos analisados, em especial com os catadores autônomos, que muitas vezes os vêem como “parceiros”.

Contudo, estavam isolados do ponto de vista da totalidade das organizações de catadores do município no período, constituindo exceção frente aos demais grupos, que não possuíam esta autonomia ou organização prévia. Faziam parte do Coleta Solidária, o qual se constituía em um projeto de governo, mas eram um grupo de trabalhadores organizados de forma independente do governo. O resultado disso foi que não se criou uma representação coletiva destes trabalhadores que pudesse fazer frente à nova gestão, de forma a defender seus interesses específicos. Além disso, como o local de funcionamento era muito distante, tanto do centro (cerca de 18 quilômetros) bem como de qualquer outro bairro, para coletar materiais, e como o balneário em que trabalhavam é muito pequeno, somente com o resíduo coletado no local, sem qualquer subsídio, não podiam continuar seu trabalho. E, por isso, o projeto também acabou junto com a gestão Marroni.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os catadores de Pelotas formam um grupo relativamente heterogêneo no que se refere às atividades laborais anteriores à catação. Como exposto no capítulo 5, há um corte geracional, que define os trabalhos anteriores dos sujeitos investigados. Os mais jovens ocupavam atividades informais, as quais denominam “bicos”, ou sempre realizaram a catação de materiais. Os mais velhos tiveram trabalhos com carteira assinada ou de longa duração. Isto vai diferenciar as maneiras de encarar o trabalho na catação e também pode carregar experiências de organização coletivas nos casos em que houve prévia participação em grupos sindicais, o que não é o caso dos catadores investigados.

Não houve relatos de organização dos trabalhadores, nem mesmo através da experiência prévia em associações, por exemplo, ou por outras maneiras de ação coletiva. O que é comum à quase totalidade dos catadores locais é a realização de atividades não especializadas e o trabalho informal como uma constante em seu histórico profissional, se não de forma permanente, pelo menos esporadicamente, naqueles períodos de espera por trabalhos ligados à profissão de referência.

Constituem-se no que se pode denominar de desempregados estruturais, pois não se incluem mais no mercado de trabalho formal contemporâneo na maioria dos casos, pela não especialização e pela retração local das vagas de trabalho. Para esta situação contribuem tanto o novo padrão produtivo mundial, de enxugamento da mão-de-obra, quanto o fato da região em que se insere a cidade estar deprimida economicamente há muitas décadas, o que origina poucas oportunidades para os menos especializados e provoca a saída da cidade daqueles com maior escolaridade e dos jovens de estratos sociais mais altos.

Uma das formas encontradas de se vincular ao trabalho, portanto, é a catação de materiais recicláveis. O mercado de trabalho do lixo é cada vez maior e não exclui

nenhum trabalhador. No entanto, os ganhos materiais quase inexistem, permitindo, para a maioria destes trabalhadores, somente a sobrevivência. As características do trabalho, pelo que foi visto localmente, colocam uns trabalhadores contra os outros, numa competição por rotas e materiais. A imagem atribuída a este trabalhador é negativa, e é incorporada por muitos deles. Pode-se dizer que muitas pessoas comparam a atividade à mendicância.

Tal processo é próprio da alienação das relações sociais de produção, e, nesse caso, aplicado especificamente ao ramo da reciclagem. Há aqueles que os consideram um inconveniente, por mexer em seu lixo, atrapalhar o trânsito. Ainda existem os que tomam uma atitude assistencial, se penalizam com sua situação, e lhes dão as sobras de comida, por exemplo. Ambos os casos são lógicas de desumanização. Uns tratam os catadores como coisas, obstáculos e outros com distância estamental, deixando clara uma diferença social hierárquica, entre incluídos e excluídos.

Ressalta-se que estes catadores fazem parte de um ciclo industrial complexo, no qual se inserem no princípio da linha de produção, e que, não fosse seu trabalho, inexistiria a reciclagem no país. O que ocorre é que, pela maneira como é executado o trabalho, na rua e de forma precária, e todos os adjetivos já expostos, o catador não é compreendido como participante da linha de montagem do processo da reciclagem. Mesmo sendo sua atividade uma mercadoria, não é considerada como tal, provavelmente pela forma como o trabalho é ainda compreendido por grande parte das pessoas, inclusive por alguns catadores, que se envergonham da atividade. Também, por muitos não considerarem o material reciclável ou o lixo como uma mercadoria, não compreendem a catação como trabalho. Ligam a reciclagem a um símbolo, de valor ambiental, alienado da materialidade e sem perceber as relações que a concretiza como um ciclo produtivo.

Ademais, a reciclagem também é vista por muitos como algo essencialmente bom, pois reduz a quantidade de lixo depositado nos aterros ¹⁹e reaproveita os produtos de pós-consumo. No entanto, ao serem reciclados, são recolocados no mesmo ciclo de produção, que não altera a forma do consumo. Também não são apreendidas as relações que possibilitam o ciclo industrial referido, baseado grandemente no trabalho mal remunerado dos catadores. E, igualmente, no que se

¹⁹ Conforme opinião de alguns catadores entrevistados (p. 88).

refere ao consumo, não mudará por si só a lógica atual de aumento do desperdício, pois depende inicialmente deste para existir. Precisam de quantidades crescentes de resíduos para servirem como matérias-primas de seu processo, e mais baratas, pois é, fundamentalmente, um negócio que precisa de lucro. A questão ambiental, assim, se torna mera marca, valor agregado.

Referente à afirmação que a catação reduz o impacto sobre os aterros, é verdadeira, pois o trabalho diário dessas pessoas desvia uma grande quantidade de recicláveis do destino final. No entanto, não há contrapartida do Poder Público para com os catadores de Pelotas.

Há, conforme declarado pelo técnico do SANEP, o impedimento da entrada no aterro para seleção de materiais. O motivo alegado por esse é de que “não pode resolver problemas sociais criando um problema técnico”. Na verdade a atividade ligaria o Poder Público ao trabalho dos catadores. Essa é a real e não declarada razão. O mesmo não ocorre nas ruas. Aí o trabalho é realizado sem impedimentos, salvo quando há atrito com condomínios que não disponibilizam seus resíduos para qualquer catador. O que se afirma é que o Poder Público municipal, por omissão, se aproveita, mesmo que indiretamente, do trabalho destes catadores. Não há contrapartida para com estes trabalhadores, tendo sido encerrados todos os empreendimentos realizados em conjunto e iniciados na gestão Marroni (PT).

Não interessa ao Poder Público interferir no setor de reciclagem, pois já traz benefícios da maneira como atualmente se estrutura, não tendo custos pelo trabalho realizado. Também é do desejo de muitos atravessadores que não haja interferência por parte da Prefeitura nesta área.

Alguns atravessadores entrevistados disseram que preferem que a Prefeitura não se envolva com a coleta seletiva. Uma das razões disso foi a experiência realizada no período de 2000 a 2004, em Pelotas, com o Coleta Solidária. Mesmo não tendo continuidade, foi muito criticado pelos entrevistados. Não foi dito o nome do projeto, mas o período em que existiu foi criticado, pois a Prefeitura “se metia”. Sabe-se que durante a existência dos galpões era pago o frete e comercializado o material diretamente com Porto Alegre e outros locais em que se localizavam os grandes atravessadores e indústrias. Obviamente, essas são as razões das reclamações desses agentes. Entretanto, as reivindicações sobre esse período, bem como dos empreendimentos cooperados não é restrito a esses agentes.

Muitos catadores entrevistados, bem como vários da época, não gostavam do projeto Coleta Solidária. As reclamações se davam pelos ganhos baixos, pois acreditavam que iriam ganhar muito mais trabalhando “para a Prefeitura”. Na maioria, se incomodavam com a interferência nos seus pontos de coleta, acreditavam que seriam proibidos de trabalhar com coleta em determinados locais, só sendo permitido o acesso aos catadores das cooperativas. Também diziam que muitos desses não eram de fato catadores.

É importante também o alcance dos galpões do Coleta Solidária. Dado o tamanho do município, havia um limite de pessoas que podiam trabalhar por setores da cidade dentro dos galpões, deixando a maioria dos catadores de fora, motivo de disputas entre os catadores associados e não associados.

Diversas reclamações repetiam ou se remetiam às mesmas dos atravessadores. Isso se dá porque de fato havia não só uma grande dependência dos catadores a esses agentes como uma identificação maior com eles do que com sua categoria, não havendo um grupo de referência que pudesse lhes dar indicações ou diretrizes. Como os atravessadores não se sentiam satisfeitos com a interferência da Prefeitura, os catadores autônomos, maioria absoluta dos trabalhadores da cidade, também não se sentiam. Diziam que a Prefeitura iria proibir seu trabalho, que privatizaria a catação e coisas do gênero. Repetiam inclusive as mesmas respostas sobre as razões dos seus baixos ganhos.

As possíveis razões para a adesão a esses agentes é a falta de uma solidariedade da sua categoria, o que se origina na maneira como se executa a catação. Os catadores de rua não se vêem como coletivo, pela distância entre os membros da categoria ao executar a coleta de materiais, não existindo, fora algumas exceções, formas de trabalho em cooperação; por exemplo, os que trabalham no aterro, pela grande proximidade, o que, no entanto, reforça o afastamento, pois têm de disputar pelo material encontrado em um espaço reduzido. Assim, a distância e a proximidade são fatores que contribuem para impedir a introjeção de coletividade, de comunidade desses trabalhadores, pois estão em disputa no trabalho. Essa seria uma determinação material direta, advinda da experiência presente na organização local da atividade. Também pela inexistência de uma representação coletiva dos catadores em Pelotas, tal como o MNCR ou outra entidade do gênero.

Como se viu, esses trabalhadores, pelas respostas recebidas, não participaram de associações, cooperativas ou sindicatos no passado. Muitos parecem, inclusive, não gostar da idéia, resultado, talvez, da imagem negativa da atividade, até mesmo, pelas características das atividades anteriores, muitas delas informais, ou ainda, sem características de organização sindical local. Expressam assim a realidade local e o conjunto do qual faziam parte.

Dessa forma, procuram não se vincular com sua situação atual, ou com seus iguais no que diz respeito ao trabalho, mas sim àqueles a quem são, mesmo que indiretamente, subordinados, ou seja, os atravessadores, pois só através desses é que podem ganhar seu dinheiro. Como visto, muitos dependem de um agente específico em razão de empréstimos ou da utilização de carrinho em troca de venda exclusiva, tanto os que trabalham na rua quanto os do aterro. Procuram-se vincular a determinado atravessador, talvez, para conquistar o emprego de preneiro, ou buscando ser também um atravessador. Exploram-se entre si, nos casos de compra de materiais para revenda ao atravessador. Assim, os valores recebidos são ínfimos, e tornam o setor mais segmentado ainda.

O mesmo aconteceu com aqueles que participavam do galpão Andrade Neves do Coleta Solidária. Buscavam uma adesão subordinada, somente mudando o agente, nesse caso a Prefeitura. O que é comum a esses trabalhadores, ainda que participem indiretamente de uma cadeia produtiva complexa, é que por sua origem profissional e pela maneira como o trabalho é realizado, são, regra geral, sujeitos passivos, que esperam por assistência. Se não os atravessadores, a Prefeitura, ou pessoas que lhes dêem alguma assistência. São, de fato, agentes produtivos, mas não se constituem localmente enquanto agentes políticos coletivamente organizados. São agentes individualizados e que se portam, em grande parte, como são concebidos pelo senso comum, ou seja, como mendigos, excluídos sociais.

Apesar de que os processos cooperativos iniciados em Pelotas não tenham sido bem sucedidos, tiveram o mérito de minimamente organizar o setor local de reciclagem durante o período de vigência da gestão Marroni. Compreende-se que o processo cooperativo, dentro desse setor, acaba por não se desvincular da lógica global de produção e, acompanhando os processos de alienação e também da taxa de utilização decrescente do valor de uso, são um avanço nas suas condições materiais, pois minimamente aumentou seus ganhos, e uma potencialidade de

organização política auto-gestionária, pelo menos materialmente, pois dispõe os meios para a realização do trabalho de forma coletiva.

Uma das razões da interrupção do projeto, além da linha política elitista da gestão municipal atual (2005-2008), é que o Projeto Coleta Solidária, em grande parte, também encarava a catação como atividade exclusivamente marginal e precária, e tentava organizar o setor de trabalho através de uma perspectiva exterior, sem agentes políticos participantes, de fato, do processo de trabalho. A interferência se dava sempre na forma de auxílio, de assistência, técnica e política.

Um dado não considerado para a realização do referido projeto foi as características dos trabalhadores do setor. Tal atitude não é exclusiva deste exemplo, mas parte da presunção do conhecimento do funcionamento do setor por parte dos executores dos projetos. A busca da “inclusão social” de pessoas através da reciclagem ocorreu sem a análise anterior e posterior, tanto da cadeia produtiva quanto das pessoas envolvidas na atividade. As pessoas que participaram do projeto eram, em sua maioria, desempregados e que não trabalhavam com catação como atividade principal, tampouco esporádica.

Conforme relatado no capítulo 6 foi feita uma seleção, principalmente pelo Grupo Cidadania e Vida, ligado à Igreja Católica, para pessoas em situação de risco participarem do trabalho nesse galpão. O que não havia, portanto, eram catadores com experiência política, com um histórico de organização em movimentos sociais que participassem ativamente do projeto.

O local que apresentava tais características e que os catadores eram qualitativamente diferenciados do ponto de vista político foi no Balneário dos Prazeres. Estes não foram convidados a realizar a catação, mas começaram a desenvolver sozinhos o trabalho neste local e, posteriormente, solicitaram o auxílio da Prefeitura. Infelizmente, esses catadores vieram se incluir no Projeto Coleta Solidária no final da gestão. Além disso, encontravam entraves materiais para o desenvolvimento do trabalho, e também eram em número pequeno, não podendo, sozinhos, fazer frente ao Poder Público, tampouco seguir a atividade do seu galpão sem auxílio deste. Assim, pelas maneiras de gerir o projeto, e pelas características de grande parte desses catadores, não houve a aglutinação dos mesmos em uma entidade comum, capaz de pressionar a Prefeitura para continuar o projeto.

O resgate dessa experiência de associação, mesmo que não bem sucedida ao longo do tempo, e a observação do funcionamento do setor local, em especial da relação dos catadores e atravessadores, são de fundamental importância para a construção de um projeto futuro, que leve em conta as necessidades locais e que seja construído em conjunto com os trabalhadores do setor.

Finalizando, pelo que foi observado em campo, mesmo parecendo um lugar comum, é necessário chamar a atenção para o fato de que a atividade da catação não é sinônimo de mendicância. Conforme exposto, é um trabalho que está ligado, mesmo que indiretamente, ao ciclo industrial. A catação é uma das poucas opções abertas de trabalho para um crescente número de pessoas, e que são consideradas, sobre uma ótica liberal, inúteis ou não empregáveis. Na verdade, são os principais fornecedores de matéria-prima para a reciclagem no Brasil.

Viu-se que não são improdutivos, e, também, rompendo com o senso comum de que o trabalho enobrece, se demonstrou que a catação pode levar os homens e mulheres a situações degradantes, em que suas atividades os condenam a grandes dificuldades. O que parece óbvio, para a grande maioria é visto por uma ótica inversa, desumanizada.

FONTES PRIMÁRIAS

Entrevista com *Atravessador 3*, realizada pelo autor em dezembro de 2005 em seu local de trabalho.

Entrevistas com *Atravessadores 1 e 2* realizadas em fevereiro de 2007 em seus locais de trabalho.

Entrevista com Lauro Borges, Coordenador Geral da Secretaria de Qualidade Ambiental de 2001 a 2003, realizada em julho de 2006 em sua casa sobre o Projeto Coleta Solidária.

Entrevista com Luis Antonio Paiva Rampazzo, Diretor do Departamento de Políticas Ambientais da Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental de 2001 a 2004, realizada em julho de 2006 na sede do Centro de Estudos Ambientais (CEA) sobre o Projeto Coleta Solidária.

Entrevista com Alexandre Melo, Secretário Municipal de Qualidade Ambiental de 2001 a 2004, realizada em junho de 2006 no Instituto de Sociologia e Política sobre o Projeto Coleta Solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo (org.). **A Dialética do Trabalho**: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2004.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2003.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores**: Ainda há lugar para os sindicatos? Campinas, SP: Boitempo, 2000.

BOSI, Antônio. **Os “cartoneros” no contexto da Reestruturação Produtiva e do crescimento da classe trabalhadora no Brasil (1970-2005)**. [online]. <http://www.urosario.edu.co/RET/documentos/Ponencias%20pdf/370.pdf>

CALDERONI, Sabetai. **Os Bilhões Perdidos no Lixo**. 4. ed. São Paulo: Ed. Humanitas, 2003.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CORTES, Soraya. Técnicas de Coleta de Dados. **Cadernos de Sociologia n. 9**, 1998, Porto Alegre, PPGS UFRGS, p.11-47.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma História Não Contada**: Negro, Racismo e Branqueamento em São Paulo no Pós-Abolição. São Paulo, SP: Editora SENAC, 2004.

DUBET, François. **As Desigualdades Multiplicadas**. Ijuí: Esta venda pode ser feita por valores inferiores aos praticados pelos atravessadores.: Ed. Unijuí, 2003.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **Envolvimento e Alienação**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 1998.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

FOSTER, John Bellamy. **A Ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GALBRAITH, John Kenneth. **A Sociedade Afluente**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1974.

GILL, Lorena Almeida. Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (RS) 1890-1930. In: **História Unisinos**. 10(1), Janeiro/Abril 2006, p.45-52

GOLDMAN, Lucien. **Dialética e Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOTARDO, Solaine. **Breve Relato do Acompanhamento Feito por Uma das Equipes da INTECOOP Junto aos Grupos de Coleta de Resíduos Sólidos nos anos de 2005-2006**. Pelotas, 2006. Relatório, Digitado e Inédito.

GONÇALVES, Marcelino, A. **O Trabalho no Lixo**. UNESP, Presidente Prudente. Tese (Doutorado em Geografia), 2006.

GUERRA, Alexandre et. al. **Trabalhadores Urbanos**: ocupação e queda na renda. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000**.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

LEAL, Antonio Cezar et. al., A Reinserção do lixo na sociedade de capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. In: **Terra Livre**. Ano 18, nº 19.. São Paulo, SP. Julho/Dezembro de 2002, p. 177-190.

LESSA, Sérgio. **Para Além de Marx?** Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Ed. Xamã, 2005.

LIMA, Luiz Mário Queiroz. **Remediações de Lixões Municipais**: aplicação de Biotecnologia. São Paulo: Ed. Hemus, 2004.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à Razão Informal**: a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo, 2001.

MAYER, Ricardo. Lutas por Reconhecimento em Associações de Catadores de Lixo no Sul do Brasil. **XIII° Congresso Brasileiro de Sociologia**. 2007. http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT8%20Emancipação,%20Cidadania%20e%20Reconhecimento/Lutas%20por%20reconhecimento%20em%20associações%20de%20catadores%20de%20lixo.pdf

MARCONI, Marina de A e LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política, v. I.t.I e II.São Paulo, SP: Abril Cultural, 1983.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: Rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NORONHA, Eduardo. “**Informal, Ilegal, Injusto**”: percepção do mercado de trabalho no Brasil. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. Out. 2003, vol.18, no.53, p.111-129. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000300007&lng=en&nrm=iso.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/ O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Os Direitos do Antivalor**: A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

PORTO, Virgílio Prestes. **Alternativas Econômicas em Tempos de Globalização**: O Caso do Projeto Coleta Solidária. UFPEL. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), 2004.

PRADO, Marcos. **ESTAMIRA**. Rio de Janeiro: Zazen Produções, 2005. 115 minutos.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Ed. Gradiva, 2005.

Relatório Anual do Meio Ambiente (RAMB). Prefeitura Municipal de Pelotas. Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental, 2002.

SEVERO, Ricardo Gonçalves. **Loteamento Belo Horizonte**: Trabalho Informal e Moradia Precária. UFPEL. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), 2005.

SILVA, Marcelo Cozzensa da. **Trabalho e Saúde dos Catadores de Materiais Recicláveis de uma Cidade do Sul do Brasil**. UFPEL. Tese (Doutorado em Medicina), 2006.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**: A Maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em Comum**: um estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto, N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Ed. Atlas. 1987.

VARGAS, Francisco Eduardo Beckenkamp. **Relações Sociais de Classe e Gênero**: o trabalho safrista na indústria de conservas de Pelotas. UFRGS, Dissertação (Mestrado em Sociologia), 1994.

WAUTIER, Anne Marie. Para uma Sociologia da Experiência. Uma leitura contemporânea: François Dubet. In: **Sociologias**. N° 9: p. 174-214, jan/jun 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE 1- QUESTIONÁRIO DE APLICAÇÃO AOS ATRAVESSADORES

- 1 Nome, idade e escolaridade do atravessador, bem como o tempo que atua como atravessador.
- 2 Por que foi trabalhar nesta área?
- 3 O que fazia antes de trabalhar na área?
- 4 Com quantos catadores negocia em média por mês?
- 5 São sempre os mesmos catadores ou mudam? (se positivo) Porque trabalha sempre com os mesmos catadores?(como é a relação com estes)
- 6 Qual freqüência de negociação com os mesmos?
- 7 Qual é a quantidade média de materiais (plástico/papelão/alumínio) negociados por mês?
- 8 Qual valor por quilo de cada um atualmente (compra e venda)?
- 9 Para quem vende os materiais?
- 10 São sempre os mesmos compradores?
- 11 Como se deu o recrutamento/contato com as indústrias/catadores e outros trabalhadores do ramo? Como vê/ percebe a relação com os catadores e atravessadores; se de patrão empregado ou entre negociantes independentes.
- 12 Como é a relação com os compradores de seu material? Existem problemas na venda? A venda é casada?
- 13 Que tipo de processos os materiais tem de passar para serem comercializados?
- 14 De que maquinários e estruturas dispõe? Quais são os seus custos?
- 15 Têm empregados no galpão? Quantos são e qual a forma de pagamento? Que atividade executam?

- 16 Tem contato com outros intermediários na cidade?
- 17 O que na sua opinião poderia melhorar os negócios? E o que poderia Piorar?
- 18 Como gostaria que fosse? (Medidas/sugestões)
- 19 Acha interessante/importante a Prefeitura se envolver com a coleta seletiva? (Se positivo) De que forma? (Se negativo) Por quê?
- 20 Como achas que será o trabalho com a reciclagem no futuro?
- 21 Quanto consegue de renda média mensal?

APÊNDICE 2- ROTEIRO DE ENTREVISTA – CATADORES

Questionário nº _____ Entrevistador(a) _____

Dia: _____

- 1 – Qual seu nome? _____
- 2 – Onde mora? _____ 2-a Com quem mora? _____
- 3 – Tem filhos? () Não () Sim. 3-a Eles vão à escola? () Não () Sim
- 4 – Qual sua atual ocupação? _____ 4a Há quanto tempo a exerce?

- 5 – Por que foi trabalhar nesta atividade? _____
- 6 – Na sua família, (se tem) alguém mais trabalha? () Não () Sim. 6-a-Quem e em
quê? _____
- 7 – Alguém o ajuda na catação? () Não () Sim.
- 7 –a -Quem? _____
- 8 – Pode descrever o que tem que fazer no trabalho? (como trabalha, o que faz, com
quem trabalha, em que lugares). _____

- 9 – O que fazia antes de exercer a atual ocupação? _____
- 9-a- Há quanto tempo foi isso? _____
- 9-b- Por quanto tempo exerceu esta atividade? _____
- 10 – Quanto ganha por mês? _____
- 10-a- Quantas horas, em média, trabalha por dia? _____
- 10 – b- Em que horários? () manhã de __ às __ () tarde de __ às __
() noite de __ às _____
- 11 - Quantos dias por semana trabalha? _____

12 - O carrinho é seu? ()Sim ()Não.

12-a- De quem é? _____

13 - O que ganha é o suficiente para atender às suas necessidades? ()Sim ()Não

13-a - Quanto seria necessário? _____

13-b- Por que acha que ganha tão pouco? _____

14 - Encontra alguma dificuldade para trabalhar/ exercer a atividade? () Não

() Sim

14-a-Qual? _____

15 - Sofre concorrência na catação? ()Não ()Sim.

15-a-De quem? _____

16 -Há alguma forma de apoio entre os catadores? () Não () Sim.

16-a-Que tipo de apoio? _____

17 -Vende o material todos os dias? ()Sim ()Não.

17-a-De quanto em quanto tempo vende? _____

17-b-Onde guarda o material enquanto não os vende? _____

17-c- Quantos quilos em média carrega por dia? _____

18 - Para quem vende o material? _____

18-a-Por que vende o material para esta pessoa? _____

18-b- Há quanto tempo vende o material para esta pessoa? _____

18 -c- Vende somente para ela? ()Não ()Sim. 18 -d-(Independente da resposta anterior)Por quê? _____

19 - Já vendeu material para outro? ()Não () Sim

19-a - Para quem? _____

19-b- Por que mudou de comprador? _____

20 - Acha justo o valor pago pelo material? () Sim () Não.

20-a- Por quê? _____

21 - A pessoa que compra seu material, o ajuda de alguma outra forma (comida, roupa, encaminhamento de demandas a alguém, etc.)? ()Não ()Sim.

21-a- De que forma? _____

22 -Como é a relação com o comprador dos materiais? Sente que é empregado ou freguês? _____

23 - Gostaria de exercer alguma outra atividade? () Não () Sim

23-a-Qual? _____

